







SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Sergio Miceli Pessoa de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero

Vice-presidente Maria Angela Faggin Pereira Leite

Clodoaldo Grotta Ragazzo

Laura Janina Hosiasson

Merari de Fátima Ramires Ferrari

Miguel Soares Palmeira

Rubens Luis Ribeiro Machado Júnior

Suplentes Marta Maria Geraldes Teixeira

Primavera Borelli Garcia

Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana

Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

LOUIS PINTO

SOCIOLOGIA DOS
INTELECTUAIS

Tradução
Elisa Klüger



Copyright © Éditions La Découverte, Paris, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pinto, Louis

Sociologia dos Intelectuais / Louis Pinto; tradução Elisa Klüger –
São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

Título original: Sociologie des intellectuels

Bibliografia.

ISBN 978-65-5785-156-2

1. Antropologia 2. Ciências políticas 3. Intelectuais – História
4. Socialismo – História 5. Sociologia – História 1. Título.

23-168821

CDD-301.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia: História 301.09

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2023

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 11

INTRODUÇÃO 13

1. A PRODUÇÃO DE DISCURSOS LETRADOS 23

A Sociologia dos Intelectuais de Max Weber:

Economia e Religião 24

A Problemática Weberiana 25

China, Índia e Mediterrâneo 27

Poetas e Filósofos na Antiguidade Grega e Romana 30

 Escolas Filosóficas 30

 Uma Filosofia Ornamental 32

Os Filósofos Escolásticos e a Invenção das Universidades 34

 QUADRO: Classificações Sociais, Classificações Lógicas 37

Humanistas, Letrados e Homens de Letras 39

 Cortes, Academias, Mecenas 39

 QUADRO: Classicismo e Espírito Francês 42

 Os Filósofos 44

A Sagração do Escritor 46

2. UM GRUPO SOCIAL? 49

A Sombra do Socialismo 50

Os Intelectuais, Filhos da Sobreprodução Escolar 51

QUADRO: Questões Terminológicas 53

A Sociologia do Conhecimento 54

QUADRO: Karl Mannheim: Uma Figura da Sociologia do Conhecimento 56

Uma Teoria Marxista dos Intelectuais: Antonio Gramsci 58

Uma Teoria Ambiciosa 58

Um Dualismo Insuperável 60

Os Intelectuais: Um Tema para Profecias Sociais 61

Inteligência Massificada... 62

... ou Nova Elite? 63

QUADRO: Os Intelectuais dos Países Socialistas: Uma Classe Dominante? 65

Os Intelectuais como Grupo Social: Composição e Delimitações 66

Em Busca de Uma Definição Objetiva 66

Intelectuais e Diplomados 69

3. UM ESPAÇO AUTÔNOMO 73

Superar a Antinomia da Análise Interna e da Análise Externa 74

Sociologias Marxistas 74

O Campo Intelectual 76

Mecanismos Estruturais 79

Acumulação e Gestão do Capital 80

QUADRO: Gestões do Capital Poético 82

Afinidades Estruturais 86

Colocar em Perspectiva 88

As Palavras e sua Parte Irrefletida 88

Além das Fronteiras 89

O Que é uma Leitura Sociológica? 92

QUADRO: Conflitos de Interpretação Sociológica 93

Pré-Requisitos: Desconstruir os Princípios de Visão e de Divisão 95

As Estratégias de Classificação 97

QUADRO: Sociologia da Filosofia 100

Socioanálise 102

4. O INTELLECTUAL COMO FIGURA PÚBLICA: UMA CONQUISTA FRÁGIL 105

O Intellectual: Uma Gênese Política 106

O Caso Dreyfus 106

QUADRO: Anti-intelectualismos 108

O Intellectual como Arquétipo 110

A Sociologia dos Engajamentos Intelectuais 112

Posições e Tomadas de Posição 112

QUADRO: Os Intelectuais e a Política: Dois Modelos 114

O Mandato Intellectual 117

Rumo à Heteronomia? 121

A Universidade na Linha de Frente das “Reformas” 123

Universalismo e Relativismo 126

Podemos Dispensar a Verdade? 129

CONCLUSÃO 131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 135



AGRADECIMENTOS

Agradeço, por seus comentários e sugestões, a todos aqueles que gentilmente leram as primeiras versões deste livro, em particular Julien Duval, Johan Heilbron, Gérard Mauger e Dominique Merllié.

INTRODUÇÃO

A palavra *intellectual*, relativamente recente, não data de antes do fim do século XIX. Outros termos poderiam ser usados como equivalentes a ela. É o caso da palavra *letrado*, que sugere, ao mesmo tempo, uma relação com a escrita, que por muito tempo foi uma prerrogativa de grupos privilegiados, e uma relação com uma tradição caracterizada por textos dignos de serem preservados e estudados. Certas palavras se baseiam preferencialmente na relação com um saber: “sábio”, “douto” e “erudito”, sugerindo um indivíduo que muito estudou e é portador de conhecimentos não acessíveis aos mortais comuns. Finalmente, em um período bem delimitado, o século XVIII, foi o termo *filósofo* que serviu para designar um espírito enciclopédico, interessado pelos principais domínios do saber. É possível ver na personagem do filósofo a prefiguração do intelectual contemporâneo. Se há uma constante nessas denominações, ela parece advir da posse de uma competência para a manipulação de pensamentos, ideias, sinais e símbolos, sendo correlata à privação dessa competência por parte considerável dos membros de uma sociedade.

O que a palavra *intellectual*, de aparição recente, aporta de novo em relação às palavras anteriores? Não arriscamos ceder às ilusões de uma projecção retrospectiva? O sociólogo (e o historiador) se encontra(m) preso(s) a uma alternativa: é preciso limitar o trabalho de pesquisa em função da aparição do termo, ignorando períodos anteriores, ou é possível considerar que, por mais significativa que tenha sido essa aparição, temos perfeitamente o direito de retornar muito antes para estudar os intelectuais?

Para escapar dessa dificuldade, poderíamos ser tentados a adotar definições formais do que se deve entender por “*intellectual*”. O risco, nesse caso, seria cair no arbitrário (e privilegiar sub-repticiamente um ponto de vista) ou em um essencialismo a-histórico (no qual, para além das variações, haveria um núcleo substancial). Entre um nominalismo rigorista, para o qual não é possível considerar a categoria de *intellectual* independentemente do trabalho de objetivação realizado no final do século XIX, e um ponto de vista realista, levado a tratar as palavras como secundárias em relação a uma realidade independente e a todo tempo presente, devemos poder trabalhar em uma longa duração, aquela da história dos intelectuais, buscando tirar todas as consequências do fato de que a cristalização, em uma só palavra, de realidades anteriormente pensadas de maneira dispersa constitua, em si, um objeto de análise. A abordagem mais rigorosa e fértil consiste em, ao mesmo tempo, levar a sério as questões do vocabulário e adotar um enfoque comparativo, visando a conciliar o estudo da singularidade histórica e a busca de propriedades estruturais capazes de manifestar o jogo dos invariantes e das variações. É essa abordagem que tentaremos seguir aqui.

Fazer a sociologia dos intelectuais requer, antes de tudo, desprender-se do etnocentrismo inerente às representações ordinárias do *intellectual*: essa figura é associada a uma imagem profética proveniente, em parte, da heroicização romântica do poeta que concebe, na solidão, ideias que, em um primeiro momento, incomodam seus contemporâneos e que, em um segundo momento, são celebradas com admiração e reconhecimento pelas novas gerações. Esse espírito singular é o criador de uma obra escrita original, tornada célebre junto ao grande público por meio de artigos na imprensa, debates, entrevistas etc. Para romper com essa imagem, devemos

14 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

trabalhar para analisar toda uma constelação de noções que parecem evidentes.

A primeira delas é a noção de autor, construção histórica predestinada talvez a desaparecer¹. A existência contemporânea dos direitos autorais tende a fazer com que esqueçamos que a apropriação de um texto escrito não tem nada de natural e que ela foi ignorada ou tida como secundária em muitas sociedades². Roger Chartier evoca o caso da publicação anônima, da escrita coletiva de um texto ou ainda da reunião de vários autores em uma compilação de “lugares-comuns”. Ele assinala, ademais, a proliferação de plágios e cópias que complicam as tentativas de identificação de um nome próprio. Assim, segundo o caso, os textos de um autor podem ser reunidos (“encadernados”) ou disseminados com textos de outros³. Na Idade Média, o estatuto de autor foi suspenso entre as figuras graças às quais um texto vem à existência – o “escriba” ou *scriptor*, que copia o texto tão fielmente quanto possível, o *compilator*, que reúne textos que não são seus, o *commentator*, que propõe uma mistura de suas palavras e as de outro, e o *autor*, cujas próprias palavras prevalecem em relação às de outro autor⁴: o autor é, assim, visto em continuidade com outras figuras. Quanto à noção de “criação”, ela se relaciona exclusivamente a Deus. Coloca-se, pois, a questão de saber qual o tipo de *authoritas* do qual dispõe o autor (questão que se coloca primeiramente a respeito do “autor” – humano – da Bíblia). Se a aparição de um autor-criador não é anterior a cerca de 1300, com um inovador como Dante, o autor profissional não aparece antes do fim do século XVI. É com um pano de fundo de cultura transmitida, verdades partilhadas e lugares-comuns que uma personagem exemplar, tanto por sua sabedoria quanto por sua ciência, pode se destacar, escapando às tentações de uma glória vã. De quem obter sua “autoridade”? De si mesmo, de uma fonte superior, de um “corpo” impessoal e transcendente?

1. Michel Foucault, “Qu’est-ce qu’un auteur?”, *Dits et écrits*, vol. 1, [1969] 2001.
2. Isabelle Diu e Elisabeth Parinet, *Histoire des auteurs*, 2013.
3. Roger Chartier, *L’Ordre des livres: Lecteurs, auteurs, bibliothèques entre XIV^e et XVIII^e siècle*, 1992.
4. Jean-Philippe Genet, *Genèse de l’état moderne: Culture et société politique en Angleterre*, 2003.

O reconhecimento de uma qualidade de autor implica três tipos de instâncias. A primeira é ligada à instituição escolar, que contribui para a existência de textos dignos de preservação e para atribuí-los a pessoas singulares, capazes de alcançar, se for o caso, o panteão dos grandes homens. A segunda concerne à legitimidade das reivindicações de uma pessoa sobre esses bens específicos que são os textos: a codificação, no final do século XVIII, dos “direitos autorais” favoreceu a objetificação dessa categoria, ao reconhecer seu controle sobre o conteúdo imaterial de sua atividade. A terceira se relaciona com considerações de ordem pública e o aparelho repressivo que as sustenta: a quem, a qual pessoa física se devem imputar afirmações julgadas contrárias à moral e à ordem pública? Estabelecer a responsabilidade do autor, indivíduo claramente identificado, é uma questão de polícia e direito, como mostram os processos contra diversos escritores, dentre os quais Charles Baudelaire e Gustave Flaubert⁵.

Poderíamos interrogar também a noção de *obra*, coextensiva à noção de autor. Que dizer das notas práticas, não destinadas à publicação, tais quais as listas de compras ou as cartas, algumas sendo anódinas e outras tendo ressonâncias com os textos publicados? A publicação das “obras completas” se confronta com questões como saber se certos textos, como notas de cursos, merecem publicação e se a autoria é imputável àquele que detém o papel de compilador, comentador ou autor. O monolitismo da noção de obra dissimula uma pluralidade de estatutos dos discursos emitidos, transcritos e preservados. É preciso substituir a imagem homogeneizante de livros agrupados em bibliotecas por uma concepção pluralista dos modos de existência dos textos e seus usos. Se Platão, Tomás de Aquino, Jean-Jacques Rousseau, Emmanuel Kant e Ludwig Wittgenstein, para se restringir a filósofos, escreveram “livros”, eles não mantiveram a mesma relação com sua atividade, seus pares, seus discípulos e sua audiência, pois seus contextos de enunciação eram sensivelmente diferentes. Da mesma forma, os gêneros textuais (epopeia, tragédia, comédia, romance, tratado, discurso, disser-

5. Gisèle Sapiro, *La Responsabilité de l'écrivain: Littérature, droit et morale en France (XIX^e-XX^e siècle)*, 2011.

tação, tese de doutorado, manual etc.) não devem ser considerados como essências atemporais, mas como formas relativamente estáveis, produzidas e posteriormente consagradas por uma história e que, na maior parte do tempo, dissimulam, sob a identidade de uma palavra, uma grande variedade de usos.

A tradição letrada impõe uma seleção de autores ilustres e, sobretudo, uma postura de reverência para com os textos, uma forma de lê-los e utilizá-los. A única escapatória reside na historicização dos objetos e categorias de pensamento: trata-se de questionar os pressupostos do comentador e de indagar acerca das condições históricas de possibilidade dos textos em questão, ou melhor, das condições de produção, circulação e recepção. A quem se dirigiria nosso “autor”? Usando qual forma? Quem o lia? Como era a leitura esperada, prescrita e autorizada?⁶ O ponto de vista histórico assume um entendimento pragmático dos textos, considerados como atos efetuados por agentes socialmente determinados, que buscam agir sobre o mundo social mobilizando saberes em parte implícitos, adotando ou recusando tal opção (política, religiosa etc.), aprovando tal aliado, contestando tal adversário etc.⁷

Essa história não se passa no céu puro das palavras. Ela diz respeito a agentes sociais em dois aspectos. Por um lado, os intelectuais fazem parte da sociedade de seu tempo e ocupam uma posição determinada no espaço social: para compreender como eles podem se consagrar a uma atividade que pode não ser imediatamente rentável, é preciso saber como e de que eles vivem e como eles são vistos pelos diferentes grupos sociais. O intelectual em tempo integral, proveniente de grupos privilegiados e com renda permanente assegurada, difere daquele que é obrigado a “ganhar o seu pão” ou a fazer atividades extras. Por outro lado, os intelectuais não estão isolados face a leitores indefinidos. Eles se inserem em círculos de relações sociais, dotados de níveis variados de institucionalização. Segundo os lugares e as épocas, eles lidam com sociedades eruditas, academias, laboratórios, universidades, “escolas” (os durkheimia-

6. Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (orgs.), *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, 2001.

7. Quentin Skinner, *Visions politiques*, vol. 1, *Sur la méthode*, [2002] 2018.

nos, os fenomenólogos etc.), “movimentos” (os simbolistas, os surrealistas etc.); eles devem contar com editores, críticos, tradutores, discípulos, mas também, às vezes, com censores e representantes de instituições não especificamente intelectuais (Igreja, Estado, magistratura, imprensa etc.); eles se exprimem em escritos diversamente caracterizados (pela editora, coleção, preço etc.) e, também, oralmente (cursos, conferências, emissões de rádio, televisão etc.).

É difícil reduzir uma diversidade tão grande de situações a um modelo único, mas é possível ordenar um pouco o volume de dados, apoiando-se em um pequeno número de esquemas principais e recorrentes de classificação, fundados em pares de oposições que podem se combinar e se emaranhar. O primeiro esquema, de certa maneira constitutivo da própria existência de uma atividade intelectual, é aquele da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, evocada por Karl Marx e Friedrich Engels, caso particular de um movimento de diferenciação e autonomização que engendra uma esfera de práticas sociais apropriadas por um corpo de especialistas – escribas, juristas, teólogos e filósofos: essa divisão favorece uma ilusão ideológica genérica, a de uma vida independente das ideias, e contribui para dotar de uma força social específica profissionais convencidos a agir em nome dessas ideias, e não para satisfazer interesses particulares seus ou dos dominantes. Um segundo esquema é aquele que opõe oral e escrito. É verdade que nossa concepção de intelectual está ligada à escrita, mas não devemos esquecer que existiram sociedades sem escrita, dotadas de técnicas puramente orais de transmissão e memorização graças às quais virtuosos (aedos e rapsodos) tornaram possível a produção e preservação de narrativas legendárias. Uma vez que a escrita foi inventada e difundida, as formas orais e escritas de transmissão permaneciam longe de ser separadas, com a escrita podendo esposar a tradição oral e também modificá-la⁸. É igualmente difícil estabelecer uma separação nítida entre sagrado e profano em muitas sociedades nas quais o saber reunia considerações sobre a divindade, o cosmos, a vida, a saúde e o destino do homem e a moral. O sagrado, por sua vez, se desdobra entre um polo utilitário, mágico e voltado ao

8. Jack Goody, *La Raison graphique*, 1978.

bem-estar dos indivíduos singulares, e um polo especulativo, que se concentra na produção de uma doutrina sistemática capaz de resistir às objeções e à descrença⁹. A própria ordem profana dos saberes está dividida em função dos fins alcançados. Uns, prioritariamente externos, são determinados por potências temporais ou espirituais de todo tipo que supõem, da parte dos intelectuais, seja contribuições úteis a suas visões políticas, jurídicas, econômicas e ideológicas, seja contribuições gratuitas destinadas ao prazer, lazer e “glória”, como no caso dos artistas da corte. Os outros, mais internos, refletem a lógica própria de um saber que, ao menos idealmente, não responde a nenhuma outra norma além daquela da sua acumulação. Aqui intervém uma diferença importante entre duas modalidades de acumulação: a primeira, a erudição, se baseia na constituição minuciosa de uma trama de conhecimentos considerados dignos de serem preservados e que deveriam valer por si mesmos – por exemplo os doxógrafos, que coletam as opiniões de sábios do passado, ou os redatores de monografias locais ou regionais; a segunda modalidade de acumulação é a “ciência”, cuja generalidade seria melhor descrita pelo termo alemão *Wissenschaft*. A ciência se baseia na cumulatividade, quer dizer, no aumento, não somente quantitativo, mas sobretudo qualitativo dos instrumentos de pensamento. Uma última oposição nos traz novamente à divisão do trabalho, mas, desta vez, no interior do trabalho intelectual, com, de um lado, os generalistas que reivindicam uma competência fundamental e universal e, do outro lado, os especialistas que se consagram a uma parte determinada do saber, sem renunciar, se necessário, a contestar as fronteiras impostas.

Tantas maneiras de ser intelectual e tantas maneiras de legitimar a competência da qual somos portadores e, por conseguinte, o corte em relação àqueles dela despojados. Uns podem reivindicar um carisma que se manifesta por meio de uma inspiração irracional, ao passo que outros afirmam a aquisição metódica de um saber transmissível e impessoal, frequentemente certificado; alguns podem se apoiar nas virtudes do desinteresse, em oposição àqueles que se

9. Max Weber, *Sociologie de la religion*, [1921] 2014, pp. 125-129.

vangloriam de agradar a um público amplo ou audiência escolhida e que se orgulham de ter uma utilidade social direta. Todas as oposições evocadas têm por pano de fundo a divisão, essencial, que separa os intelectuais e os detentores de diferentes formas de poder temporal. Elas permitem tornar inteligível a grande diversidade das figuras intelectuais, com a condição de não funcionar no vazio, mas sempre com referência ao contexto histórico, às condições materiais e simbólicas de existência, às formas de sociabilidade, às modalidades de consagração, às lutas pela definição da excelência intelectual etc.

Como em todos os grupos sociais, podemos indagar, também, acerca do pertencimento e da fronteira da categoria. Nos censos contemporâneos, onde é possível encontrar os intelectuais? A profissão e a categoria socioprofissional (PCS) “executivos e profissões intelectuais superiores” da nomenclatura do Instituto Nacional da Estatística e dos Estudos Econômicos (INSEE) de 1982 tem por base o agrupamento de profissões que “aplicam diretamente conhecimentos bastante aprofundados, nos domínios das ciências exatas ou humanas, a atividades de interesse geral de pesquisa, ensino ou saúde”. Onde encontrar os “intelectuais” propriamente ditos? Outra questão: qual é a relação entre a identidade intelectual, a competência e a posse de títulos escolares, princípio unificador da categoria estatística? Essas questões parecem difíceis, mas, antes de tudo, são bem formuladas?

A sociologia dos intelectuais se distingue claramente de gêneros comuns nos quais falamos de intelectuais, como a história das ideias, a crônica histórica, o ensaísmo filosófico, a especulação teórica e o profetismo social. Ela mantém relações diversas com outras especialidades da sociologia. As intersecções são numerosas; as questões e os métodos são frequentemente muito próximos. É o caso da sociologia da cultura e da arte, da sociologia da literatura, da sociologia da filosofia, da sociologia das ciências (da natureza e da sociedade), da sociologia da educação, da sociologia das religiões e da sociologia (da) política, sem esquecer a sociologia dos grupos sociais. Não obstante, não se poderia, evidentemente, negligenciar o interesse de abordagens que não se calcam na sociologia, como

20 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

a história cultural¹⁰, a história dos conceitos¹¹, a história política da filosofia¹², sem esquecer outros caminhos de aparência marginal, como a sátira ou a “sociologia em ação dos intelectuais”, como praticada por um escritor como Karl Kraus¹³.

Para esclarecer essas questões, os dois primeiros capítulos se inspiram em uma abordagem predominantemente objetivista: neles, os intelectuais são tomados como objeto e grupo identificável na história em função de um conjunto de traços distintivos. Nos dois capítulos finais, trata-se de avaliar de que forma os intelectuais se afirmam como tal, se relacionam com outros grupos, com eles mesmos e uns em relação aos outros em alianças, conflitos e inovações, por meio de representações, definições e mitologias. Esta abordagem não resulta somente das exigências didáticas do método de exposição, mas está inscrita no próprio objeto. Ela reflete esse movimento de reflexividade e ruptura por meio do qual um grupo associado às sociedades contemporâneas, relativamente volumoso, estruturado e diferenciado, se afirmou distinguindo-se das populações de tamanho reduzido, heterogêneas e dispersas das sociedades do passado. Por fim, destacamos que o que se propõe aqui não é um quadro sintético centrado em um período ou país¹⁴, mas instrumentos de análise que, embora sempre mobilizem pressupostos teóricos, não são arbitrários, pois precisam ser avaliados segundo critérios de pertinência, fecundidade e cumulatividade.

10. Carl E. Schorske, *De Vienne et d'ailleurs: Figures culturelles de la modernité*, [1998] 2000.
11. Reinhart Koselleck, *Le Futur passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*, [1979] 1990; Quentin Skinner, *op. cit.*, [2002] 2018.
12. Domenico Losurdo, *Nietzsche, le rebelle aristocratique: Biographie intellectuelle et bilan critique*, [2002] 2016.
13. Michael Pollak, “Une Sociologie en acte des intellectuels. Les Combats de Karl Kraus”, 1981; Jacques Bouveresse, *Schmock ou le triomphe du journalisme: La Grande bataille de Karl Kraus*, 2001.
14. Dentre outros, Jean-François Sirinelli, *Intellectuels et passions françaises: Manifestes et pétitions au xx^e siècle*, 1990; Christophe Prochasson, *Les Années électriques: 1880-1910*, 1991; Rémy Rieffel, *La Tribu des clercs: Les Intellectuels sous la v^e République, 1958-1990*, 1993; Christophe Charle e Laurent Jeanpierre (orgs.), *La Vie intellectuelle en France*, vol. 1: *Des lendemains de la révolution à 1914*; vol. 2: *De 1914 à nos jours*, 2016.

1. A PRODUÇÃO DE DISCURSOS LETRADOS

Este capítulo de sociologia histórica busca mostrar a diversidade de figuras intelectuais de algumas sociedades do passado. Mais do que fazer um sobrevoo, que seria necessariamente sumário e sem interesse, o objetivo aqui é sugerir, em linhas gerais, as relações entre essas figuras e suas condições de existência, modo de vida e *status* social; em suma, aquilo que os distinguiu de outros grupos sociais, tanto dominantes quanto dominados¹. Trata-se, além da apresentação cronológica, de um quadro com fim comparativo, baseado em alguns princípios analíticos, como o grau de dependência em relação aos poderes temporais, o grau de proximidade com as classes privilegiadas, o peso relativo das preocupações de salvação, entretenimento, conhecimento e os modos de socialização.

A questão central, que encontraremos adiante, a respeito das relações entre análise interna e análise externa, consiste em saber de

1. Tratando mais especificamente dos cientistas, ver: Yves Gingras, Peter Keating e Camille Limoges, *Du Scribe au savant: Les Porteurs de savoir de l'antiquité à la Révolution Industrielle*, 2000.

que forma as características sócio-históricas dos grupos intelectuais permitem dar conta das formas de discursos, modelos de comunicação e transmissão, visões de mundo e da sociedade etc. Nós nos basearemos, para começar, na sociologia de Max Weber, não por tratar de períodos e de terras distantes, mas porque, ao manifestar uma preocupação comparativa constante e real, ele propõe um quadro analítico poderoso e ilustrações de grande riqueza.

A Sociologia dos Intelectuais de Max Weber: Economia e Religião

O interesse de Weber pela questão dos intelectuais está intimamente ligado a uma problemática global que deve muito ao debate com o marxismo. Na realidade, a seguinte pergunta é uma oportunidade de testar pressupostos teóricos: em que medida as “ideias” são determinadas pelas divisões entre classes e pelos interesses econômicos das diferentes classes? A resposta de Weber foi tida como uma crítica antimaterialista do marxismo, notadamente em seu célebre estudo sobre o “espírito do capitalismo”. De fato, a resposta de Weber é realmente materialista na medida em que, trazida do céu para a terra, a religião é examinada por meio dos seus efeitos econômicos ou, mais precisamente, da contribuição que ela aporta à preservação ou à subversão da ordem social. O quadro geral das análises, baseado na divisão entre grupos sociais antagônicos (classe social, “estado”² ou *Stand*³), é próximo ao de Marx: trata-se de relacionar os sistemas de representações aos interesses materiais e simbólicos desses grupos⁴, com a diferença de que Weber analisa de forma aprofundada o trabalho propriamente doutrinário dos agentes religiosos e rejeita toda teoria reducionista ou mecanicista que deduz conteúdos ideológicos a partir das propriedades das classes dominantes. Os produtores de ideologias religiosas estão longe de

2. Na tradução brasileira apresentada no livro de Max Weber *Ensaio de Sociologia* ([1946] 1963): Classe, Partido e Estamento.
3. Pode ser traduzido do alemão como estamentos ou grupos de *status*.
4. Max Weber, *Sociologie de la religion*, [1921] 2014.

24 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

serem simples servidores do capital ou dos poderosos; eles se preocupam, acima de tudo, com questões puramente “espirituais”, como a da salvação. No entanto, mesmo quando eles se dedicam a questões etéreas da doutrina religiosa, os intelectuais são inevitavelmente conduzidos a se posicionarem sobre a vida terrena. Eles se esforçam, em particular, para, de acordo com suas especulações sobre o divino, impor uma definição legítima da ética que encerra uma relação positiva ou negativa com o “mundo” e, no interior dele, com a economia. É assim que eles consideram o trabalho e a troca mercantil, segundo o caso, com indiferença e desprezo ou, ao contrário, à maneira dos protestantes, como terrenos propícios a uma conduta de vida inspirada por altas exigências morais e espirituais.

A Problemática Weberiana

A sociologia dos intelectuais de Weber está estreitamente ligada à sociologia das religiões por duas razões: em primeiro lugar, os intelectuais são os portadores de demandas de sistematização e são agentes, por excelência, da racionalização; em segundo lugar, na maior parte das sociedades, é a religião que desempenha um papel determinante na produção das representações do cosmos e da vida humana. Não encontramos, em Weber, uma teoria dos intelectuais propriamente dita, mas podemos reconstituir, por meio de seus numerosos trabalhos empíricos de sociologia histórica das religiões, uma problemática original e fértil que faz dele uma figura central da sociologia dos intelectuais. É, com efeito, em textos como *Confucionismo e Taoísmo*, *Hinduísmo e Budismo*, *O Judaísmo Antigo*, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*⁵ e em uma grande parte do texto *Economia e Sociedade* que Weber se interessa pelos intelectuais de maneira relativamente sistemática. Ele se refere essencialmente a sociedades nas quais a racionalidade capitalista estava ausente ou apenas em estado emergente. O método com-

5. Max Weber, *Confucianisme et taoïsme*, [1916a] 2000; *Hindouisme et bouddhisme*, [1916b] 2003; *Le Judaïsme antique*, [1918] 2010; *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, [1905] 2000.

parativo permite escapar das abordagens monográficas que levam a isolar os objetos e impedem de perceber os ganhos de conhecimento, para além dos contrastes superficiais, da aproximação entre diferentes universos e da busca de traços verdadeiramente distintivos. É o caso quando Weber tenta situar os pensadores gregos em relação aos brâmanes ou mandarins.

A questão principal colocada por Weber é a da relação entre os intelectuais e os detentores do poder temporal, ou, se quisermos, da distribuição das chances de rendimentos de todos os tipos (econômicos, estatutários, culturais, litúrgicos, mágicos etc.) entre os grupos sociais que exercem a dominação social sobre os outros grupos. Com nuances, os intelectuais são considerados como parte dos grupos privilegiados (eles se beneficiam de prebendas, postos, pensões, distinções etc.). Há exceções: assim, no caso do judaísmo antigo, ao passo que os religiosos haviam sido, primeiramente, *gentlemen*, membros das camadas superiores instruídas⁶, eles passam, cada vez mais, a provir das “camadas proletaroides dos intérpretes da Lei” que cultivam principalmente um “intelectualismo pequeno-burguês”. No cristianismo, do mesmo modo, são sobretudo os “caixeiros-viajantes” que imprimem sua marca à mensagem religiosa. O pertencimento aos grupos privilegiados, longe de impor uma submissão incondicional aos interesses de classe, é compatível com a celebração de valores alternativos aos dos grupos detentores do poder temporal e dos instrumentos da violência física: esses valores podendo conduzir a uma crítica moral dos poderosos, culpados de vaidade ou orgulho. As relações entre os diferentes grupos sociais têm efeitos sobre a natureza das orientações e produções doutrinárias dos letrados. Em Weber, há uma grande oposição em função da atitude em relação à vida terrena, que permite confrontar éticas do aperfeiçoamento “intramundano” (*diesseitig*) como o puritanismo e as técnicas de liberação mística e “acósmica”. A diferença é essencial, pois pode induzir condutas tão opostas quanto o engajamento ativo e a indiferença contemplativa.

6. Max Weber, *Sociologie de la religion*, [1921] 2014, pp. 125-129 e 279.

No caso das religiões asiáticas, uma parte dos intelectuais provêm das camadas privilegiadas e outra parte associa-se às vantagens proporcionadas por uma economia de tipo agrária e pelo Estado. Não obstante, eles representam o polo “desmilitarizado” desses grupos sociais: mantidos longe dos meios da violência física, eles se devotam à palavra e ao pensamento. Essa privação de origem pesa fortemente em sua visão de mundo, que se exprime em hierarquias de valores e estilos de vida. A forma extrema de integração dos intelectuais às regiões superiores do espaço social é, sem dúvida, a dos mandarins chineses⁷. Eles são letrados que derivam sua justificativa do título escolar e da cultura refinada da qual são detentores: tendo sido submetidos a um longo e complexo percurso de concursos, eles têm um papel central na visão da ordem social legítima e no discurso de “teodiceia” que permite apresentar os privilégios dominantes como justos e naturais. A combinação de funções administrativas a serviço do Estado e de uma cultura gratuita e desinteressada leva, em seu limite, à conversão da qualificação letrada em competência prática, justificada pelo exercício de uma forma delegada de poder temporal: o Estado só pode ser decentemente governado por um grupo de *status* (*Stand*) letrado, e esse grupo só pode estar à altura de sua missão se não negar suas pretensões culturais. O mandarim está a serviço do imperador e da ordem do mundo, e essa missão o dissuade de se entregar a especulações metafísico-religiosas que excederiam as funções de reprodução da ordem. Sua visão do mundo, tal qual expressa no confucionismo, se inscreve nos limites “intra-mundanos”: trata-se de propor receitas aplicáveis à vida ordinária, à gestão dos assuntos domésticos e às relações com os parentes, amigos e próximos; em resumo, é uma “ética utilitarista”⁸. Disso resulta uma desconfiança dos discursos e rituais que seguem caminhos pouco controláveis: o pensamento teórico, de um lado, e a magia,

7. Max Weber, *Confucianisme et taoïsme*, [1916a] 2000; Étienne Balazs, *La Bureaucratie céleste: Recherches sur l'économie et la société de la Chine traditionnelle*, 1968.

8. Max Weber, *Confucianisme et taoïsme*, [1916a] 2000, p. 255.

de outro. A magia, no entanto, está longe de estar ausente: ela é ilustrada pelo taoísmo, uma concessão à religiosidade popular e, deste modo, correlato informal do confucionismo, que se volta sobretudo aos grupos cultos. Os mandarins tiram proveito também de um carisma mágico do qual afirmam ser detentores e que lhes permite assinalar sua distância em relação às pessoas comuns. Face ao poder imperial, por sua vez, eles nunca constituíram um corpo autônomo que fosse capaz de fazer uma oposição baseada em uma autoridade de ordem estritamente espiritual.

Da mesma maneira, os brâmanes na Índia se baseiam na dimensão mágica de seu poder, presumidamente fundada em um saber, e não em uma relação oculta com forças incontrolláveis, como no caso da magia destinada às classes baixas. Essa camada culta é uma nobreza clerical que, como beneficiária de seu pertencimento às classes dominantes, desfruta de rendas fundiárias e fiscais fixas⁹. Mas, diferentemente dos mandarins, os brâmanes não participam do exercício ordinário dos assuntos públicos e se consagram a questões de pura especulação, rituais, filosóficas e científicas. Eles são, de forma ideal-típica, os portadores de uma religiosidade intelectualista de salvação cuja mensagem está destinada a exprimir e a superar a “miséria interior” e também a apreender o mundo como dotado de “sentido”. Como intelectuais, eles se referem a exigências de racionalização que se opõem às variantes comuns da religiosidade popular e às ideologias de autojustificação do sucesso intramundano produzidas para e/ou pelos detentores do poder temporal.

O judaísmo antigo oferece a Weber um terreno por excelência para testar a tríade profeta-sacerdote-mágico. Na época pré-exílio, os sacerdotes estavam ligados ao poder temporal do qual eram os mandatários espirituais, mas eles contavam, de um lado, com os profetas da corte e, de outro lado, sobretudo com os profetas livres, vindos de estratos mais modestos e se distinguindo de seus concorrentes por uma orientação plebeia¹⁰. Houve “bardos” vindos de camadas privilegiadas e compondo canções de amor em gêneros bastante refinados, mas o crescimento do profetismo surge como

9. Max Weber, *Hindouisme et bouddhisme*, [1916b] 2003, p. 252.

10. Max Weber, *Le Judaïsme antique*, [1918] 2010.

uma reação ao meio dos reis, da corte e dos letrados que a ele se associavam. Ligados aos plebeus, os profetas são portadores de uma mensagem, oral ou escrita, que tem um conteúdo objetivamente político, mas com uma forma religiosa (*berith*, a “aliança” de Deus e de Israel): trata-se de um lembrete da “Lei” da Torá e de uma denúncia daqueles que se afastam dela, sendo a ética da vida cotidiana o importante. Mesmo que os próprios profetas tivessem às vezes experiências extáticas, eles tendiam a rejeitar as tentações místicas, bem como as preocupações gnósticas, e não perdiam jamais de vista as expectativas das camadas plebeias às quais se dirigiam: o que os distingue dos intelectuais elitistas da Ásia ou da Grécia.

Depois do exílio, o profetismo entra em declínio e se vê confrontado com a postura antiprofética comum aos representantes do poder sacerdotal e aos rabinos. Os rabinos constituíam um novo grupo de doutos familiarizados com a Torá, sem serem, como os sacerdotes, agentes permanentes, reconhecidos e mantidos pelo poder temporal. Eles eram artesãos que, vivendo de seu trabalho, são reconhecidos em matéria de textos sagrados, não como detentores de saberes iniciáticos destinados a um pequeno número de iniciados, mas como detentores de uma competência quanto à ética da vida cotidiana à disposição de pessoas comuns.

Sem propor um estudo tão aprofundado quanto os precedentes, Max Weber dá algumas pistas sobre os intelectuais da Grécia antiga do período clássico. Estes, em particular os filósofos designados como *gentlemen*, se caracterizam por sua forte integração às camadas dominantes das cidades. Em contraste com os outros grupos anteriormente mencionados, para os quais encontramos equivalentes na Grécia em um período anterior, eles se voltam a uma cultura puramente laica, fundada em sua orientação para a vida terrena e urbana, sob a preeminência do *logos* e uma certa reticência a especular sobre as divindades¹¹.

A sociologia weberiana dos intelectuais, mesmo não tendo sido objeto de uma formulação teórica, oferece um conjunto extremamente rico de questões e instrumentos. Weber se interessa pelas

11. Max Weber, *Confucianisme et taoïsme*, [1916a] 2000, pp. 186-187; *Hindouisme et bouddhisme*, [1916b] 2003, p. 250.

condições materiais de existência das camadas cultas, por suas relações com outros grupos sociais e com a natureza e pela intensidade de sua conexão com o mundo, a economia e a política. Uma polarização aparece entre frações notáveis de *gentlement* e frações plebeias. Em função de sua distância em relação às diferentes classes, por um lado, e do tipo de cultura que possuem, por outro lado, os intelectuais são portadores de mensagens que variam segundo o grau de orientação dentro ou fora do mundo, o peso relativo de questões de salvação (dos dominados) e de justificação do mundo (em favor dos dominantes), o grau de laicização (em contraste com a magia e a religião) e o grau de racionalização (em contraste com a tradição e as forças afetivas).

Poetas e Filósofos na Antiguidade Grega e Romana _____

ESCOLAS FILOSÓFICAS

Uma das grandes invenções da Antiguidade europeia, na qual a Grécia desempenhou papel central, parece ter sido a figura do filósofo. Esta não apareceu em um dia, pela graça de uma súbita iluminação racionalista (o “milagre grego”), mas como resultado de um processo de diferenciação. No centro de uma “nebulosa de funções polimorfas”¹² que formava a elite das cidades, um grupo tendeu a se distinguir pela importância destinada à educação, ainda que partilhasse com outros grupos privilegiados o interesse pelos assuntos comuns da cidade¹³. Embora os diferentes tipos de saberes (poesia, medicina etc.) tenham sido reunidos na pessoa dos “mestres da verdade”, que reivindicavam uma inspiração divina, foi ao longo do século IV a.C. que a personagem do filósofo emergiu. Ele se construiu contra uma forma de competência fundada

12. Vincent Azoulay, “Champ intellectuel athénien et stratégies de distinction dans la première moitié du IV^e siècle: de Socrate à Isocrate”, em Jean-Christophe Couvenhes e Silvia Milanezi (orgs.), *Individus, groupes et politique à Athènes, de Solon à Mithridate*, 2007, pp. 171-199.
13. Eric Perrin-Saminadayar, “Des élites intellectuelles à Athènes à l’époque hellénistique? Non, des notables”, em Mireille Cébeillac-Gervasoni e Laurent Lamoine (orgs.), *Les Élités intellectuelles et leurs facettes*, 2003.

30 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

na memorização da palavra ouvida e recitada, dominada graças a técnicas sofisticadas. Platão opõe, à *performance* momentânea e instável do poeta, as qualidades do filósofo associadas à escrita, que decorrem da possibilidade de reavaliar uma afirmação para explicitá-la e discuti-la. A oposição entre a aparência fugidia e enganosa da doxa e as “formas” (as ideias) do conhecimento filosófico poderia muito bem ser uma retradução da clivagem entre oral e escrito¹⁴. A despeito das afirmações de Platão e seus comentadores, o filósofo nem sempre é diferenciado do sofista no discurso dos contemporâneos. O sofista é um homem que viaja entre cidades, um sábio detentor de uma competência oratória que lhe permite, em troca de uma retribuição, tratar de todos os tipos de temas do interesse dos homens que vivem na cidade e, em particular, daqueles que pretendem exercer funções de poder¹⁵. Os sofistas eram frequentemente alvo de grande estima, reconhecidos como competentes e hábeis, e não eram considerados, necessariamente, como opostos aos “verdadeiros” filósofos. Sofistas e filósofos se ocupavam dos temas mais diversos, como mostram os exemplos de Platão e Aristóteles tratando de política, medicina, física e metafísica. Eles partilhavam, ademais, uma forma “dialética” de argumentação que repousa na confrontação racional de teses opostas. Ao tentar compreender a passagem “do mito ao pensamento”, Jean Pierre Vernant¹⁶ buscou relacionar o uso regulamentado do discurso filosófico com as propriedades da democracia ateniense e as exigências de igualdade civil. Essa tese, que destaca a afinidade formal entre estruturas políticas e estruturas mentais, é alvo de críticas: entre outros, ela teria o inconveniente de não considerar suficientemente a aversão à democracia de personalidades como Platão e Sócrates¹⁷. Depois da época da tirania e do processo de Sócrates, dois polos apareceram, um associado à vida cívica (os autores de teatro) e outro devotado à “sublimação intelectual”¹⁸, que mantinha uma

14. Eric Alfred Havelock, *Preface to Plato*, 1963.

15. George Briscoe Kerfeld, *Le Mouvement sophistique*, [1981] 1999.

16. Jean-Pierre Vernant, *Mythe et pensée chez les grecs: Études de psychologie historique*, 1965.

17. Paul Ismard, *L'Événement Socrate*, 2013.

18. Vincent Azoulay, *op. cit.*, 2007, pp. 171-199.

relação distanciada com a vida cívica, consistindo em fazer política apenas “em segundo grau”.

Uma das características da vida intelectual ateniense é a existência de escolas filosóficas, sendo as mais conhecidas a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles, o Pórtico de Zeno e o Jardim de Epicuro. Ao redor da figura de um mestre (o fundador e depois seus sucessores), frequentemente dotado de um patrimônio importante e reconhecido por sua *persona* mais do que por uma doutrina sistemática, reúnem-se discípulos que permanecem vários anos e se iniciam em diferentes saberes¹⁹. Trata-se de associações, entre outras, que são reconhecidas pela cidade e que estão longe de se opor a ela: celebram os cultos das divindades, e uma de suas funções consiste em oferecer a seus membros experiências extáticas²⁰, favorecendo uma busca intelectual e moral da excelência humana à qual se predispõem os jovens abastados que se beneficiam do lazer (*skôlé*). À exceção da escola epicurista, que parece ter funcionado segundo um modelo mais ou menos “sectário”, a maior parte das escolas se afastaram de uma transmissão de estilo dogmático, dificultada, ademais, pela ausência de livros de referência, e tenderam a favorecer um ensinamento oral com prevalência, segundo o caso, da retórica, da gramática ou da lógica²¹. É a constituição da Biblioteca de Alexandria, no século III a.C., que tornará possível uma cultura “escolástica” fundada na leitura e no comentário dos textos.

UMA FILOSOFIA ORNAMENTAL

Em Roma, a filosofia não foi simplesmente o resultado da importação de produtos de origem grega, pois essa importação levou em conta um contexto cultural completamente diferente daquele do país de origem²². Primeiramente, a dimensão ritual e religiosa da filosofia desapareceu, pois os homens romanos instruídos mantinham uma relação mais distante com as divindades. Em segundo

19. Carlo Natali, “Lieux et écoles du savoir”, em Jacques Brunschwig e Geoffrey Lloyd (orgs.), *Le Savoir grec: Dictionnaire critique*, 1996.

20. Pierre Vesperini, *La Philosophie antique*, 2019, pp. 127-134.

21. Ilsetraut Hadot, *Arts libéraux et philosophie dans la pensée antique*, 2005, pp. 34-47.

22. Pierre Vesperini, *op. cit.*, 2019, pp. 127-134.

lugar, o peso dos mecenas ricos e poderosos se impôs aos poetas e/ou filósofos, na maioria das vezes desprovidos economicamente. Apaixonados pela cultura grega e falando frequentemente em grego, os membros da elite esperavam que essa cultura contribuísse para sua própria glória. A filosofia fazia, assim, parte dos bens considerados próprios de um estilo de vida nobre, sendo um *ornamentum*, como as residências e esculturas. Não se espera dos filósofos a construção de uma doutrina coerente ou o desenvolvimento de teses defendidas com convicção, mas a ocasião de saborear uma forma cultivada de prazer. Lucrécio definia a si mesmo como *philosophus et poeta*. Essa beleza do saber era amplamente reconhecida fora dos círculos letrados, e os debates podiam suscitar o entusiasmo das pessoas comuns. Finalmente, a filosofia, a poesia e os outros gêneros não são tidos separadamente: são reunidos pela sua função social e pelo valor acordado ao discursar junto a um público de qualidade. Essa cultura é marcada, ao mesmo tempo, pela reciclagem de bens culturais gregos e por uma forma de curiosidade enciclopédica: não se trata de incrementar o saber, mas de percorrer o vasto domínio das coisas conhecíveis, graças às boas mentes que podem ser escravas. Assim, o *De Rerum Natura* (Sobre a natureza das coisas) de Lucrécio não seria uma versão poética da doutrina epicurista, como admitido na história da filosofia, mas o produto de uma encomenda. Ele assumia, como era corrente, a forma de uma epopeia de estilo romano, tendo por objeto não a celebração, como na Grécia, das proezas de heróis, mas “de todas as coisas”, comemorando aquilo que se sabe sobre os fenômenos naturais, a agricultura, a história. Buscaríamos em vão um fio argumentativo contínuo ao redor de questões “filosóficas”, já que o autor se baseia em “locais” e circula entre eles por meio de associações flexíveis entrelaçando opiniões que servem de pretextos para a exploração de novas pistas²³.

Poetas e filósofos participam do universo *litterae*. Face aos oradores, homens de palavra e de poder, eles estavam do lado da cultura ornamental e, dada a lógica clientelista de dependência, eram desviados da tentação de satisfazer interesses eruditos específicos, embora encontremos entre eles, mais ou menos, uma tensão entre

23. Pierre Vesperini, *Lucrèce*, 2018, pp. 147-184.

um polo de letrados de origem elevada, que cultivava a tolerância em relação a opiniões opostas, e um polo de autores de origem mais modesta, prioritariamente envolvidos em disputas internas. Esses letrados romanos evocam, até certo ponto, os homens de pluma do século XVII francês.

Os Filósofos Escolásticos e a Invenção das Universidades _

Durante a Alta Idade Média, a cultura erudita era um bem raro, apropriado essencialmente pelos clérigos de certos monastérios, que estudavam e preservavam os manuscritos antigos. A filosofia dos antigos parecia mais ou menos esquecida, e mesmo a teologia não existia ainda como tal. A literatura se constituía de gêneros orais de tipo épico ou cortês que refletiam a primazia da recitação em público, dirigida a membros de grupos sociais privilegiados.

O desenvolvimento demográfico, político e econômico das cidades favoreceu, a partir do século XII, a constituição de um grupo de intelectuais que retomavam as práticas eruditas da Antiguidade. É o que sublinha Jacques Le Goff, inventor da expressão “intelectual da Idade Média”. Para ele, o uso dessa palavra não é inadequado na medida em que se trata de uma figura social original que se destaca de figuras anteriores e se define pelo saber e estudo (*studium*). O intelectual é aqui um homem da Igreja, que se consagra a uma abordagem inédita: embora partilhe a preocupação comum de defesa da “verdade”, a verdade da religião revelada, ele o faz com as luzes naturais da razão humana. Homem das cidades, o intelectual medieval não se restringe ao âmbito local, ele circula no espaço ampliado da cristandade, no qual se beneficia de múltiplos contatos com outros clérigos. O saber, deixando de estar confinado nos monastérios e depositado em escritos raros, tende a se difundir graças a livros mais numerosos, acessíveis e manejáveis (escritura cursiva, divisão do texto etc.).²⁴ A oposição entre o clérigo e o laico, ligada à

24. Jacques Le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Âge*, 1957; Jacques Verger, “Naissance et essor des universités au Moyen Âge”, em Christophe Charle e Jacques Verger, *Histoire des universités*, 2012, pp. 7-27.

concepção de uma escrita para a posteridade própria a uma sociedade de *restricted literacy*, é substituída por uma oposição entre o letrado e o iletrado, que caracteriza uma concepção laica da escrita²⁵.

Essa figura nova é indissociável da inovação institucional que é a universidade. Inserida no universo corporativo, a universidade é uma associação de professores ou estudantes fundada nos valores de entreajuda. Os colégios universitários, criados inicialmente para os estudantes pobres, se tornaram, com o passar dos anos, lugares de formação. Frequentada pelo conjunto dos estudantes, a faculdade de artes era a base desse sistema de ensino. Ela era generalista e proporcionava os conhecimentos considerados indispensáveis: uns, reunidos no *trivium* (gramática, retórica, lógica ou dialética), pertenciam à ordem dos métodos fundamentais, ao passo que os outros, reunidos no *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia), provinham da ordem dos saberes mais exatos, fundados no cálculo e nas proporções. Acima da faculdade de artes estavam as faculdades ditas superiores – o direito (cânion), a medicina e a teologia: elas asseguravam a formação útil de especialistas nos domínios nobres. A progressão no saber estava organizada, ao longo de um programa que podia durar de seis a quinze anos, por diplomas de nível crescente (bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado). Consagrada a saberes nobres, ensinados em latim, a universidade se destacava das disciplinas ordinárias, destinadas à utilidade ou ao lazer, as “artes mecânicas”, de um lado, e as “ciências profanas” e belas-letas, de outro lado²⁶.

Os intelectuais estavam ligados à Igreja por seu estatuto clerical, condições materiais de existência e formação recebida. Muitos deviam à Igreja a obtenção de benesses; e estas podiam ser suficientemente importantes para que alguns se desviassem de sua missão principal. Essa relação de dependência esteve sempre mais ou menos conjugada com uma luta pela autonomia de seu *status* e atividade. Em relação à Igreja, tratava-se de se libertar da tutela do bispo e das escolas catedrais, conquistando as margens indispensáveis a

25. Jean-Philippe Genet, *Genèse de l'état moderne: Culture et société politique en Angleterre*, 2003, p. 43.

26. Jacques Verger, *op. cit.*, 2012, pp. 31-32.

um saber com finalidades outras que a pregação e a cura das almas. Uma etapa importante foi o momento no qual o bispo foi desinvestido do direito de conceder a licença para ensinar²⁷. Não se tratava mais de formar padres: o intelectual da Idade Média é, de certo modo, um “professor-pesquisador” que se consagra à formação de estudantes e, sobretudo, à ciência e ao estudo. Em relação ao papado, a afirmação da autonomia buscava evitar a redução do saber a uma ideologia justificadora dos interesses temporais dos papas. Por fim, em relação ao poder temporal, os universitários deviam extorquir o reconhecimento do *studium* como um dos ápices de uma tríade, sendo os outros o *sacerdotium* e o *imperium*, e tendo tal reconhecimento impactos sobre a produção e a transmissão de conteúdos doutrinários e sobre os procedimentos de avaliação. Essa busca por paridade, reveladora das aspirações dos doutores, estava fadada a permanecer mais ou menos em estado utópico, na medida em que era inconcebível o estabelecimento do saber como finalidade soberana, emancipada da fé cristã e da ordem social que ela deveria fundar. A verdade da ciência devia estar em harmonia com a da fé, e a ideia de que a cultura era sobretudo um meio de acesso à santidade²⁸ tendia a prevalecer. O conhecimento dos professores tinha, assim, um caráter ambíguo, pois o reconhecimento de sua avaliação por meio de um sistema de graus universitários investia a instituição de uma forma de autoridade independente, que corria o risco de concorrer com os princípios superiores de autoridade e favorecer um orgulho ilusório em seus detentores. Enfim, as qualidades pessoais do erudito prevaleceriam sobre seus títulos²⁹.

As lutas pela autonomia intelectual se refletem nas delimitações e hierarquizações de competências. A teologia, inovação ou conquista própria à instituição universitária medieval³⁰, foi vista por alguns como a ciência suprema face à qual deviam curvar-se não somente os outros eruditos, mas também os papas e príncipes. Mas, estando

27. Jacques Le Goff, *op. cit.*, 1957, p. 75.

28. Elsa Marmursztejn, *L'Autorité des maîtres: Scolastique, normes et société aux III^e siècle*, 2007, p. 33.

29. *Idem*, p. 266.

30. Alain Boureau, *L'Empire du livre: Pour une histoire du savoir scolastique (1200-1380)*, 2007, p. 24.

CLASSIFICAÇÕES SOCIAIS, CLASSIFICAÇÕES LÓGICAS

A história social da educação esboçada por Émile Durkheim aporta uma contribuição à análise de diferentes períodos, entre os quais o medieval. Em *A Evolução Pedagógica na França*¹, Durkheim examina uma problemática geral concernente às relações entre estruturas institucionais e estruturas mentais, mostrando a conexão entre a sociologia da educação e a sociologia dos intelectuais e ilustrando concretamente o que a produção intelectual dos autores em consideração deve às suas condições institucionais de possibilidade. Desde então, essa linha analítica foi perseguida por historiadores, embora o nome de Durkheim fosse raramente evocado por eles.

A cultura escolar medieval tem um efeito de homogeneização que se manifesta de duas formas: por um lado, a atividade de cada indivíduo é considerada não como o reflexo de uma criação original de um “pensador”, mas como uma contribuição a um empreendimento coletivo²; por outro lado, a escola inculca esquemas de pensamento comuns, generalizáveis e transponíveis, como “força formadora de hábitos” que opera em todos os domínios, tanto nas sumas teológicas como na arquitetura das catedrais góticas³. Filósofos e construtores de catedrais adquiriam disposições mentais fundadas, notadamente, em um “princípio de esclarecimento” (*manifestatio*), que consiste em favorecer a passagem da obscuridade à claridade e na busca de conciliação de termos opostos; eles procedem com método, decompõem, distinguem (*divisio*) e aproximam, explorando os recursos da analogia e da transposição.

Pensamento escolástico (ou de escola), a filosofia carrega a marca da formalização dos conhecimentos e do seu modo de aquisição. Contrariamente à imagem de rigidez que lhe foi posteriormente associada, esse pensamento comporta a ideia de um percurso em direção à verdade que toma a forma de uma investigação contraditória, dividida, por razão de método, em uma sucessão de questões precisas. No século XII, a atividade intelectual se livrou dos limites próprios ao comentário de textos e à leitura (*lectio*) dos textos dotados de autoridade. Professores e

1. Émile Durkheim, *L'Évolution pédagogique en France*, 1938.
2. Alain Boureau, *op. cit.*, 2007, pp. 36 e 54.
3. Erwin Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, [1951] 1967.

alunos foram incitados a defender em público posições opostas (*sic et non*) sobre um ponto determinado (*questio*) no decurso de uma *disputatio* e a exercer seus talentos oratórios e lógicos sobre toda sorte de temas (*quodlibet*): a excelência escolástica se manifesta na capacidade de desempenhar alternadamente os papéis de *respondens* e de *opponens* em relação a uma proposição argumentada (*determinatio*).

apoiada na filosofia, ela se encontrava exposta em duas faces: é possível recriminá-la seja de pecar pelo excesso de intelectualidade, impondo maneiras de ver sofisticadas e debates inúteis à salvação e ao conhecimento de Deus pelo mero mortal, seja de subestimar os poderes da razão. Dois nomes podem simbolizar os obstáculos ao conhecimento, entre os quais o filósofo, apoiado no *lumen naturale*, deveria se esforçar por navegar: Averróis, o filósofo árabe que encarnava um pensador não cristão, ignorante da verdadeira fé e suspeito de conduzir ao ateísmo; e santo Agostinho, erigido pelos místicos (são Bernardo de Claraval) como fiador da pura fé face aos doutos orgulhosos que invocam tão somente os recursos da razão. O espaço intelectual estava, assim, estruturado pela clivagem racionalismo/misticismo, a posição central de equilíbrio sendo a mais forte. Entre as armas teóricas das quais dispunham os intelectuais, figurava a obra de Aristóteles, que ofereceria o melhor que poderia propor um autor antigo, não tocado pela revelação. Essa obra foi traduzida, comentada e explorada pelos pensadores mais ilustres e influentes, a começar por Tomás de Aquino, fornecendo um modelo dialético de pensamento. A liberdade concedida aos servidores do *studium* era tida como compatível, por princípio, com as exigências das verdadeiras revelações contidas nas Escrituras (não há “dupla verdade”) e expressamente lembradas nos escritos filosóficos (como a *Suma Teológica* de Tomás de Aquino): trata-se somente, face a certas dificuldades, de encontrar a via de uma conciliação entre a razão e a fé. Via nem sempre fácil de encontrar e defender: as proposições podiam ser julgadas ímpias, censuradas e condenadas, lembrando a seus autores que eles deveriam contar com as autoridades tanto da ordem temporal quanto da ordem espiritual.

38 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

Humanistas, Letrados e Homens de Letras

A universidade acima evocada não colapsou no final da Idade Média, uma vez que preservou sua organização institucional e a maior parte de suas funções até o final do século XVIII. Mais do que uma ruptura, poderíamos falar em um declínio secular por razões múltiplas, algumas delas decorrentes da heteronomia crescente da instituição. Os professores da universidade tendiam a perder aquilo que os diferenciava, particularmente em relação à aristocracia proprietária de terras. Muitos deles pertenciam, cada vez mais, ao mundo dos ricos proprietários e usavam de seu peso social para favorecer a transmissão hereditária de sua posição. Seu estilo de vida se afastava assim do ideal austero de estudo e se aproximava do ideal de cavalheirismo. As outras causas referem-se à constituição de uma categoria nova de agentes culturais, os mecenas, que ofereciam sua proteção e vantagens materiais a seus doutos protegidos³¹. Esses favores tinham um preço, pois impunham a celebração dos grandes e, sobretudo, figuravam na origem de uma economia simbólica específica: a glória dos benfeitores constituía uma medida do valor reconhecido ao protegido. Outra transformação importante: a imprensa. É verdade que essa nova técnica não promoveu uma convulsão imediata: as cópias de manuscritos continuaram a ser feitas, e os livros impressos permaneceram, por muito tempo, raros e caros. Não obstante, os autores tiveram que contar com a figura do impressor-editor, confrontados ao fato de que a fabricação de livros é uma mercadoria que tem um custo, aporta lucros e, às vezes, notoriedade.

CORTES, ACADEMIAS, MECENAS

O centro de gravidade intelectual não é mais a cidade universitária, mas a corte dos grandes príncipes da Europa, transformação que afeta os locais e formas de sociabilidade³²: os “colégios” ou “academias” ofereciam então um enquadramento para as trocas entre as mentes de qualidade. Por remeter a um “modo de produção”

31. Peter Burke, *La Renaissance européenne*, [1998] 2000, p. 106.

32. Jacques Le Goff, *op. cit.*, 1957, p. 181.

intelectual considerado arcaico, a universidade torna-se o alvo privilegiado de ataques dos inovadores: ri-se do latim escolar, da terminologia obscura e bárbara e do formalismo estéril. Por fim, a própria instituição cede aos atrativos do novo espírito, e numerosos de seus membros são próximos dele. É contra a figura do clérigo universitário que se afirma a figura do “humanista”. Embora o termo só apareça mais tarde, ele expressa uma transformação bem tangível: não se trata mais de argumentar sobre a teologia ou o direito, mas de se ocupar das “humanidades”, quer dizer, de um *corpus* nobre de textos profanos da Antiguidade greco-latina de toda sorte (poesia, filosofia, mitologia, fenômenos naturais) e, por vezes, de textos sagrados. A Idade Média certamente não esqueceu ou ignorou os antigos, mas ela se servia deles para seus próprios fins (filosofia e teologia) e não fazia deles objetos de conhecimento cultivado (ou de celebração), como fazem os sábios do Renascimento, que, por preocupação com a preservação e fidelidade a um passado ilustre e inigualável, vão paradoxalmente contribuir para “matar o latim”³³, língua louvada e estudada, mas rejeitada fora do presente. Frequentemente um clérigo, como Erasmo de Roterdã³⁴, o humanista é um letrado que mobiliza os diversos talentos que uma leitura supõe: primeiro os da gramática e da filologia, que concernem ao texto propriamente dito, e, em seguida, a erudição que permite apreciar o teor por meio das práticas de comentário e interpretação. O espaço no interior do qual ele se move não é mais o das disciplinas escolares, mas o de pares extrainstitucionais, mentes de qualidade que mantêm, graças a uma intensa atividade epistolar³⁵, um circuito de troca de saberes, recomendações e empréstimos de documentos. Constitui-se, assim, uma “república das letras” informal, mas relativamente vigorosa e prestigiosa, que toma a forma de clubes eruditos (*sodalitates litterariae*)³⁶. A criação, por Francisco I, em 1530, do Collège de France, fora do quadro da universidade, pode ser vista

33. Pierre Vesperini, *op. cit.*, 2018, p. 216.

34. Peter Burke, *op. cit.*, 1998 [2000], p. 120.

35. Robert Mandrou, *Des Humanistes aux hommes de science (xvi^e et xvii^e siècles)*, 1973, p. 42.

36. Hans Bots e Françoise Wacquet, *La République des lettres*, 1997.

como uma consagração institucional do espírito humanista, sendo um dos seus membros eminentes Guilherme Budé, helenista e erudito versado em múltiplas disciplinas. De que vivem os letrados? Parte deles está fadada a uma existência instável, oscilando entre pequenos ofícios (preceptores e trabalho na imprensa) e atividade acadêmica; outra parte, mais estável, é constituída de indivíduos com renda regular e suficiente, professores e homens da lei³⁷. Finalmente, muitos deles vivem graças à generosidade dos grandes.

Os humanistas não propuseram uma doutrina unificada. Sua coesão advinha sobretudo das finalidades letradas de suas ações: trata-se, para eles, de conhecer e divulgar o que foi acumulado pelos modelos exemplares do passado. Mas, ao abalar os quadros da cultura escolástica, considerados estreitos, eles se expuseram a acusações de pedantismo da parte dos grupos dominantes, pouco dispostos a se submeterem às exigências da erudição e ao aprendizado das línguas mortas. Face ao latim dos doutos, as diferentes línguas dos Estados europeus puderam se impor, especialmente por estarem, desde o início, afinadas com as práticas linguísticas das cortes, nobreza e burguesia das grandes cidades. É, portanto, uma nova constelação cultural que se constitui, fundada em um conjunto de instituições (Estado monárquico, academias em Paris e na província), lugares de sociabilidade (cortes e salões) e relações de troca (mecenas): ela prevalecerá por dois séculos, durante a “Era clássica”.

O novo letrado, que aparece na primeira metade do século XVII, é um literato que, diferentemente dos humanistas, se consagra menos ao crescimento dos conhecimentos do que às coisas do “gosto”, em que o desenvolver de seus talentos se alinha com o lazer dos poderosos³⁸. Ele se beneficia do papel crescente do mecenas estatal (pensões e empregos a serviço do príncipe) e das academias. As academias, inicialmente fruto da iniciativa privada, foram favorecidas pelo poder público como lugares não de ensino, mas de trocas e debates, tendendo a cumprir funções de consagração³⁹. A mais célebre delas, a Academia Francesa, foi criada em 1635 com o propósito de

37. Robert Mandrou, *op. cit.*, 1973, p. 97.

38. Alain Viala, *Naissance de l'écrivain*, 1985, p. 25.

39. *Idem*, p. 43.

CLASSICISMO E ESPÍRITO FRANCÊS

A fertilidade da sociologia da educação proposta por Durkheim se manifesta particularmente na parte da *Evolução Pedagógica na França*¹ consagrada aos colégios jesuítas, que representam, para ele, o modelo consumado de uma pedagogia “formalista”, ou seja, um contramodelo do que seria uma pedagogia ideal, dita “realista”, voltada ao conhecimento da natureza e da sociedade. Esse modelo oferece uma ilustração privilegiada à sua tese segundo a qual as propriedades que atribuímos habitualmente ao espírito nacional estão ancoradas nos valores, programas e exercícios da instituição escolar.

O ideal pedagógico dos jesuítas marca o desmembramento do humanismo da Renascença em duas tendências: a primeira, voltada ao prazer das coisas belas, prevalecerá; a segunda, voltada à erudição, terá um lugar menor. Resultado de um compromisso entre os valores cristãos e os valores mundanos, esse ideal inspira uma formação generalista destinada a cultivar indissociavelmente as virtudes da piedade e a aptidão à bela linguagem dos jovens bem-nascidos, provenientes da nobreza e da alta burguesia. A língua e a literatura gregas e latinas são celebradas precisamente por sua distância em relação à realidade, à utilidade e às coisas comuns, mas nunca devem chegar ao ponto de enclausurar os estudantes no pedantismo dos eruditos. Elas favorecem um humanismo abstrato que fala de coisas eternas, da piedade, da glória, do amor, do ódio etc.²

A retórica foi transposta à língua francesa para uso da corte e dos homens de letras³. É a sua função sensível, estética, que prevalece sobre as outras: trata-se, para retomar a tríade aristotélica, de deleitar o público (*pathos*) mais do que argumentar (*logos*) ou manifestar as qualidades pessoais que dão credibilidade ao orador (*ethos*). Daniel Mornet, historiador da literatura um pouco esquecido que se inscreve na esteira de Durkheim (por meio de Gustave Lanson), tentou reconstituir a lógica interna da retórica clássica, mostrando que, além de suas numerosas regras e suas *distinguo* sofisticadas, ela obedece a um ideal de “clareza” que se manifesta em três dimensões principais: a “invenção” (escolher

1. Émile Durkheim, *L'Évolution pédagogique en France*, 1938.

2. *Idem*, pp. 261-303.

3. Marc Fumaroli, *L'Âge de l'éloquence: Rhétorique et “res literária” de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, [1980] 1994.

apenas ideias simples, como os “lugares-comuns”), a “disposição” (dividir o discurso em momentos bem delimitados) e a “elocução” (evitar os termos obscuros, neologismos e expressões raras)⁴⁰.

Essa disciplina intelectual e acadêmica da retórica prevaleceu por muito tempo, na França, nos exercícios tipicamente nacionais da dissertação, no ensino das “humanidades” e também na literatura (incluindo o romantismo). O mesmo se aplica à arte da oratória. A eloquência política de dois presidentes da República, Charles de Gaulle e François Mitterrand, deve muito à formação clássica deles no ensino privado. Em seguida, outros modelos de oratória triunfam nesse domínio.

4. Daniel Mornet, *Histoire de la clarté française: Ses origines, son évolution, sa valeur*, 1929.

determinar os bons usos da língua francesa e, desse modo, dar um estatuto oficial a uma língua diferente do latim. Não se tratava de um simples papel decorativo, mas de um empreendimento político que visava a impor uma forma específica de legitimidade cultural. É possível identificar lutas entre diferentes frações de letrados: enquanto uns, os modernistas, buscavam oferecer um reconhecimento aos usos linguísticos orais da boa sociedade, à conversa no interior da corte e da nobreza, os outros, os tradicionalistas, se esforçavam para perpetuar os valores do humanismo enciclopédico, correndo o risco de serem desvalorizados como “pedantes”, encalhados em conhecimentos inúteis. São, não obstante, os modernistas que apareceram como “puristas” no que diz respeito à língua, por se esforçarem para propor uma codificação dos belos usos da língua, indo no sentido da elegância e da simplicidade; ao passo que os tradicionalistas eram relativamente alheios a tais preocupações⁴⁰. Essa inversão dos valores culturais teve vários efeitos: o desenvolvimento de uma literatura de tipo “extraescolar” que anunciava uma história das letras em língua francesa, a aparição de clássicos, o declínio da produção erudita e a separação entre ciências e letras⁴¹. Face aos

40. *Idem*, pp. 283-285.

41. *Idem*, pp. 137-143.

doutos de todo tipo do passado, emergiu a figura do escritor, calcada em um modelo de excelência cultural, o do homem honesto e de mente admirável, caracterizado por qualidades próprias ao entretenimento dos prazeres mundanos da conversa sobre temas acessíveis às pessoas bem-nascidas (galanteria e aventuras). Um sinal do sucesso dessa nova figura é a individualização pelo nome, por meio do direito à propriedade literária.

OS FILÓSOFOS

De certa forma, o “filósofo” do século XVIII é também um escritor, um espírito ao mesmo tempo enciclopédico e crítico, inserido em uma sociedade de boas mentes⁴². Embora seja, segundo Jean le Rond D’Alembert, a razão faculdade humana que o filósofo reivindica, ele não renuncia totalmente a outras faculdades (a memória, coisa de historiador; e a imaginação, coisa de poeta). O domínio do filósofo é vasto pois concerne a Deus, à natureza e ao homem. Mas o termo marca uma ruptura. Primeiramente, o papel da corte declina, ao passo que o das academias e salões cresce. Em seguida, ciências e técnicas adquirem uma nova legitimidade face às letras, como testemunham a aparição de uma academia de ciências, em 1666, e a multiplicação de revistas científicas. Finalmente, a expansão editorial é marcada por múltiplos aspectos: o declínio da literatura devota, a parte crescente dos campos científicos e tecnológicos e a autonomização de um mercado que, sem abolir as relações de mecenato, faz com que os autores se beneficiem mais frequentemente e sejam melhor remunerados pelos editores⁴³; seus manuscritos podem até mesmo se tornar fontes de enriquecimento⁴⁴. Três grupos podem ser discernidos de acordo com suas receitas: aqueles que dispõem de um título, benefício, cargo ou ofício (clérigos etc.); aqueles que têm competências e talento (advogados etc.) e aque-

42. Roger Chartier, “L’Homme de lettres”, em Michel Vovelle (org.), *L’Homme des lumières*, 1996.

43. Daniel Roche, *Les Républicains des lettres: Gens de culture et lumières au XVIII^e siècle*, pp. 225-226, 1988.

44. Stéphane van Damme, *À Toutes voiles vers la vérité: Une Autre histoire de la philosophie au temps des lumières*, 2014, p. 119.

44 SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS

les que são protegidos pelos poderosos⁴⁵. Por fim, não poderíamos esquecer que havia também uma “boemia literária”, que vivia de panfletos e escritos pornográficos⁴⁶.

O filósofo deve levar em conta as novas instâncias de avaliação, incluindo as mais informais, de “opinião”, suscitadas pela ampliação do público “esclarecido”, e as instâncias de crítica e difusão. Superando a alternativa mundano-erudito⁴⁷, o filósofo é supostamente capaz de se endereçar a todos e de explorar os conhecimentos dominados pelas melhores mentes da época e úteis à maioria. No filósofo, a “razão” aparece como a expressão de uma atividade incansável de crítica aos preconceitos, dogmas, religião e instituições. Conhecemos as palavras de Kant: “Nossa época é por excelência a da crítica à qual tudo se deve submeter”. A opinião é um “tribunal” solto de todas as amarras, tanto institucionais quanto pessoais, que extraem sua autoridade da circulação densa e diversificada de julgamentos⁴⁸. Lutando contra as trevas da ignorância, o filósofo tende a se instituir como “educador” do gênero humano, preocupado em elevá-lo em direção às “luzes”, denunciar abusos e injustiças e, assim, contribuir para o bem-estar universal. A liberdade e o conhecimento humano são inconcebíveis um sem o outro. Não se trata mais de propor uma concepção doutrinária dos fundamentos do Estado, mas de questionar a legitimidade da ordem social (como fez Rousseau no *Discurso sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade entre os Homens* em 1755) e, por vezes, de se aventurar em direção a utopias. Essa função cívica, até então ignorada pelos letrados, foi ilustrada no caso de Jean Calas, tornado célebre por Voltaire, que anuncia o personagem do intelectual. Mas os filósofos não foram um grupo homogêneo, como mostra a oposição entre Voltaire e Rousseau. Ele podia questionar a ideia de progresso, que poderia ser acompanhada, no caso de diversos autores, de uma visão eurocêntrica e de uma desconfiança em relação ao povo.

45. Roger Chartier, *op. cit.*, 1996, p. 165.

46. Robert Darnton, *Bohème littéraire et révolution: Le monde des livres au XVIII^e siècle*, 1983.

47. Johan Heilbron, *Naissance de la sociologie*, 2006.

48. Roger Chartier, *Les Origines culturelles de la Révolution Française*, [1990] 2000, p. 51.

A Sagração do Escritor

A Revolução Francesa viu prosperar um grande número de indivíduos, advogados, médicos, padres e periodistas, que desejavam agir sobre a sociedade por meio da palavra, via imprensa e clubes, e propor reformas ao gênero humano. A utopia de uma República das Letras, aportando seus conhecimentos e sabedoria aos homens de seu tempo, pareceu ter tomado forma com os “ideólogos” (Pierre Cabanis, Antoine Destutt de Tracy, Volney), um grupo intelectual que retomava, por conta própria, a inspiração das Luzes: reivindicando-se como ateus, sensualistas e materialistas, o grupo pôde se estruturar graças à criação, em 1795, sob o Diretório, de um instituto e, no interior deste, de uma “classe” consagrada às ciências morais e políticas. Com a reflexão filosófica e a ação política associadas, os valores republicanos poderiam encontrar uma ancoragem nas pesquisas de estudiosos interessados em assuntos públicos. Em 1795, foram criadas as escolas centrais que proclamavam, contra a cultura humanista dos colégios do Antigo Regime, uma cultura nova, fundada na razão científica e na observação⁴⁹. Favorável, em um primeiro momento, a esse grupo que estava disposto a prestar-lhe seus serviços, Napoleão Bonaparte se desviou dele quando, ao se tornar primeiro-cônsul, lhe pareceu preferível, para a manutenção da ordem social, a reconciliação com a Igreja, realizada por meio da Concordata de 1801. Em 1803, a reforma do instituto e a substituição das escolas centrais por liceus marcam seu declínio e induzem, assim, uma transformação das relações de força entre “filósofos” e amigos das letras. Podemos ver nesse evento o início de um movimento de reação intelectual que se acentuará no início do século XIX: tinha por alvo os “eruditos”, acusados de preferirem uma razão orgulhosa ao sentimento e à fé e de fabricarem abstrações politicamente perigosas.

Os escritores foram aqueles que melhor puderam aproveitar a mudança da conjuntura. A fraqueza das instituições de ensino e pesquisa favorecia a literatura, que aparecia como o modo de expressão menos austero e mais comprometido com a beleza. Alguns

49. Émile Durkheim, *L'Évolution pédagogique en France*, 1938, pp. 334-350.

escritores utilizaram essa transformação em uma direção conservadora, proclamando a afinidade entre o retorno à ordem social e os valores espirituais (a alma, o infinito etc.), enquanto outros aproveitaram para promover um discurso inspirado e sublime a serviço da nação e do povo. A “sagração do escritor”⁵⁰ designa um momento histórico singular, no qual se cristalizaram e uniram, na pessoa do poeta, dois atributos prévios: a missão social de salvação coletiva, retradução do iluminismo, que atribui ao artista o poder de anunciar o futuro aos homens de seu tempo; e a prerrogativa do “gênio”, que repousa em dons singulares e extraordinários⁵¹. A fortuna dessa nova figura social deve-se, em parte, ao declínio dos detentores tradicionais da autoridade em matéria de discursos sobre o mundo social: a Igreja e o monarca. O escritor se beneficia de um carisma pessoal que lhe permite dirigir-se a todos sem nenhuma mediação, sagrada ou profana. Mas o desencanto surge quando suas sublimes aspirações se deparam com a realidade prosaica (“burgueses” e “filistinos”, arte ameaçada pela imprensa e pelos folhetins, editores em busca de tiragens etc.).

Ao final do século XIX, a paisagem mudou. Com o desenvolvimento da universidade e de novas disciplinas, dentre as quais a sociologia, o escritor precisou lidar com outras figuras e modos de expressão e comunicação. Foi nesse momento que o intelectual se constituiu como tal.

50. Paul Bénichou, *Le Sacre de l'écrivain*, 1750-1780, 1973.

51. Norbert Elias, *Mozart: Sociologie d'un génie*, 1991.

2. UM GRUPO SOCIAL?

A partir do início do século XX, o termo *intellectual* se difundiu consideravelmente. Alguns dos seus usos são relativos a personagens ilustres, que contribuíram para a criação de produtos culturais de qualidade: é esse significado que prevalece, por exemplo, nos relatos, mais ou menos hagiográficos, de nomes célebres ou na história cultural tradicional. Outros usos contemplam a ideia de um grupo social específico, em relação de concorrência ou de aliança com outros grupos. Nesse caso, o grupo intelectual parece indissociável do sistema escolar, visto que o diploma constitui a principal propriedade objetiva a lhe assegurar uma relativa consistência. Antes mesmo da aparição do termo *intellectual*, certos indivíduos foram agrupados de acordo com sua competência certificada: na primeira metade do século XIX, falava-se de “capacidades” para designar aqueles, como médicos ou advogados, que eram considerados como parte das elites sociais graças à cumulação de um nível de instrução superior e de bens herdados de sua família. No entanto, é a dissociação dos dois traços, diploma e pertencimento à burguesia, que criou um problema e favoreceu uma transformação das percepções coletivas.

O surgimento de uma sociologia dos intelectuais supõe ao menos duas condições: a objetivação de uma categoria como grupo social, por um lado, e, por outro lado, a percepção de uma conexão entre propriedades dos produtores e propriedades dos produtos. Entretanto, não é certo que esses dois aspectos, por mais determinantes que pudessem ter sido, estivessem associados de forma rigorosa em análises concretas. A sociologia dos intelectuais parece ter sido constituída de uma separação entre duas especialidades: de um lado, o estudo de um grupo social caracterizado pela educação e pela cultura e, de outro lado, o estudo de produções intelectuais, inicialmente designado como “sociologia do conhecimento”. Essa tensão nunca desapareceu por completo, alguns autores se dedicando prioritariamente ao devir do grupo, em particular aos seus aspectos econômicos e políticos, e outros se voltando sobretudo aos textos e ideias. A esse respeito, o caso da produção em língua alemã dos anos 1890-1930 é instrutivo. Foi na Alemanha que se encontraram reunidas as condições de aparição de uma nova problemática – ainda que a escola durkheimiana, por meio da questão das classificações primitivas, tenha oferecido aportes consideráveis a uma sociologia do conhecimento. O peso do marxismo foi determinante, pois se tratava, para diversos pensadores, de definirem-se em relação a questões suscitadas pela obra de Marx: como situar os diplomados e portadores de cultura nas “relações de produção” e no sistema de relações de classes? Os produtos culturais podem ser assimilados a uma simples “ideologia” dissimulando interesses de classe?

A Sombra do Socialismo

O tema da sobreprodução intelectual, do qual encontramos diversos elementos nos teóricos da época, inspirou toda uma literatura que data pelo menos do século XVII e que se baseia na evolução dos detentores de títulos acadêmicos¹. Nos períodos nos quais o número de diplomados parece aumentar, uma das questões que os

1. Roger Chartier, “Espace social et imaginaire social: les intellectuels frustrés au XVII^e siècle”, 1982, pp. 389-400.

defensores da velha ordem são levados a se colocar é: o que fazer com todos esses candidatos? Seu número pode ser julgado excessivo em relação ao dos empregos disponíveis, tido como mais ou menos estável: foram criadas aspirações culturais que não podem ser satisfeitas como tal. A população em questão, que não consegue ter acesso às profissões claramente delimitadas (clérigos, juristas ou mesmo homens de letras), pode ser caracterizada pela combinação de dois aspectos: um talento que se manifesta por meio da palavra e da escrita e uma posição social em contradição. Foi no momento da Revolução Francesa, com escritores conservadores como Edmund Burke, que se destacou a conexão entre a sobreprodução de diplomados e a revolução política: são alvo os “mendigos de plumas” (Edmund Burke), os “Pougatchev da universidade” (Joseph de Maistre), os “letrados esfomeados” (Arthur Schopenhauer) e o “proletariado instruído” (Friedrich Nietzsche), todos aqueles cuja amargura pessoal, alimentada por ideias simplistas, conduz à crítica social e intelectual. Considerações morfológicas (sobreprodução) e psicológicas (frustração) levam ao questionamento da ideia de educação (superior) para todos. “O operário não quer mais permanecer operário, o camponês não quer mais ser camponês, e o último dos burgueses não quer para o seu filho uma carreira diferente das funções pagas pelo Estado [...]. No baixo da escala social, [a escola] cria exércitos de proletários descontentes com seu destino e sempre prontos para a revolta”, escreve o autor do *best-seller Psicologia das Massas*².

OS INTELECTUAIS, FILHOS DA SOBREPRODUÇÃO ESCOLAR

Esses discursos encontram eco em sociólogos conversadores, preocupados com a conversão de uma fração dos intelectuais à causa do socialismo. O italiano Robert Michels (1876-1936) redigiu o verbete “Intelectuais” na *Encyclopedia of the Social Sciences*³. Bom conhecedor da vida intelectual na Alemanha e na França, ele ocupava uma posição a meio caminho entre a sociologia política e a ação militante; inicialmente próximo do socialismo, alinhou-se pos-

2. Gustave Le Bon, *Psychologie des foules*, [1895] 1981, p. 53.

3. Robert Michels, “Intellectuals”, 1932, pp. 118-126.

teriormente ao fascismo. O que lhe interessa nesse texto é a questão da “condução das massas pelos intelectuais (*Intelligenz*)”. Após se aventurar em vão em um exercício de definição (se os intelectuais são em geral diplomados, o diploma não é um critério suficiente), ele identifica figuras salientes: os “missionários”, motivados por sentimentos elevados, e, no polo oposto, as crias do proletariado intelectual, que têm razões objetivas (carreira) e subjetivas (ressentimento) para se devotarem a uma causa política e adotarem posições extremas. Michels se mostrava, finalmente, mais matizado quanto ao poder social dos intelectuais, segundo ele um tanto superestimado. Joseph Schumpeter (1883-1950) vê no intelectual um “profissional da agitação”, despertado pela expansão do capitalismo. Renunciando a definir os intelectuais por meio de profissões determinadas ou de características precisas e não tendo nada a propor além de ilustrações, ele evoca algumas figuras concretas que partilham a capacidade de perturbar as mentes, como os “sofistas, filósofos e oradores”⁴, especialistas em palavras e não na gestão dos negócios da cidade.

No outro extremo do espectro ideológico, a “questão dos intelectuais”, que aparece como tal no movimento socialista, em particular na social-democracia alemã, é igualmente associada à posse e à inflação de títulos acadêmicos. Em um artigo de 1883, August Bebel, figura importante da social-democracia, trata da “sobreprodução da inteligência [*Intelligenz*] burguesa”. Karl Kautsky, o grande teórico marxista, retoma, em 1895, em artigos da *Neue Zeit*, esse tema que estará no centro dos debates do partido nos anos 1900, bem como, no entreguerras, entre os “austromarxistas”. Encontramos também numerosos ecos na França, sobretudo por meio das traduções ou em escritos com títulos quase similares (“O Socialismo e os Intelectuais” de Louis de Brouckère, em 1899; *O Socialismo e os Intelectuais* de Paul Lafargue, em 1900; “Os Intelectuais face ao Socialismo” de Hubert Lagardelle, em 1901; “Os Intelectuais e o Socialismo”, capítulo de *O Futuro do Socialismo*, de Paul Louis, em 1905). O termo se aplica, segundo Paul Louis, “aos diretores de estudos das universidades e aos mestres-repetidores, ou aos instrutores; ao cirurgião célebre e ao

4. Joseph Schumpeter, *Capitalisme, socialisme et démocratie*, [1942] 1972, p. 205.

QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

A palavra *intellectual*, que surge na França por volta de 1890, pode ter sido confrontada com outros termos a respeito dos quais podemos nos perguntar em que medida eram equivalentes. “Intellectual” se difunde na França nos anos 1900, notadamente como resultado do caso Dreyfus. O vínculo com a “inteligência” e o “intelecto” (*intellectus*) não é anódino: os intelectuais seriam homens do entendimento, levados a analisar tudo, privilegiando uma faculdade humana considerada fria e racional, o que pode ser tomado a seu favor ou, ao contrário, censurado como uma deficiência em relação à sensibilidade, à alma, ao espírito e ao sagrado. Na Rússia e na Europa do Leste utilizava-se, desde o início do século XIX, uma denominação coletiva – *Intelligencjia* –, posteriormente importada pela Alemanha, na forma *Intelligenz*. Na Alemanha, os indivíduos podiam ser caracterizados seja por seu diploma (*Akademiker* ou *Gelehrte*), seja por sua posição na divisão do trabalho (*Geistiger Arbeiter* ou *Geistesarbeiter*). Eles eram recompensados frequentemente com o título de *Doktor*, marca estatutária que podia indicar, como no caso do título italiano *dottore*, o pertencimento às camadas superiores.

Ao passo que a palavra *intellectual* pode designar, segundo o caso, personalidades eminentes ou um grupo relativamente homogêneo, o termo coletivo da Europa central e oriental é sem dúvida mais apropriado para designar um conjunto de posições vizinhas na estrutura social (em função do diploma, da cultura ou do tipo de profissão), caracterizadas por aspirações culturais e políticas relativamente convergentes.

A palavra francesa *intellectuel* foi importada por outros países, às vezes com uma conotação distanciada, irônica ou negativa, marcando a procedência e especificidade francesa (ou mesmo parisiense): os “intelectuais” aparecem seja em contraste com os sábios e eruditos (na Alemanha), seja com os escritores (na Inglaterra), como pessoas cultas, mas um pouco pretensiosas, que se ocupam de grandes temas com conotações filosóficas ou políticas.

As diferentes opções de classificação podem ter efeitos sobre a própria abordagem científica: a sociologia dos intelectuais pode ser tratada seja como um domínio bastante extenso, englobando diversas profissões e especialidades (professores, jornalistas, advogados etc.), seja como um setor dominado unicamente pelos produtores de bens culturais, estudados por sociologias especializadas (da literatura, filosofia, ciências, religiões, ideologias políticas etc.)

pequeno médico do interior; ao escritor cujos artigos são disputados a peso de ouro e ao jornalista desafortunado que vive de traduções e compilações mal pagas; ao erudito e ao semierudito”⁵. O alemão *Intelligenz* foi traduzido, à época, seja como “intelectuais” seja como “profissionais liberais” ou “classes liberais”.

Essa literatura socialista combina duas questões. Uma, de ordem organizacional, relativa ao lugar que convém dar aos intelectuais no movimento socialista. A outra, de ordem teórica, trata da posição dos intelectuais nas relações de classe. A questão dos diplomas, que se tornou essencial nos debates da social-democracia alemã, foi abordada no Congresso de Frankfurt, em 1894. Embora a linha “operarista” estrita, que visava a excluir os intelectuais dos partidos operários, tenha sido afastada, a questão do lugar que eles deveriam ocupar permanecia aberta. A linha oficial, tal qual representada inicialmente por Kautsky, assentava-se em dois pontos: de um lado, a “sobreprodução” de intelectuais tende a aproximá-los objetivamente do proletariado; de outro lado, eles tendem, em função de sua educação, a se considerar como uma “classe privilegiada” que pensa estar acima dos operários. Na sequência de Kautsky, vários outros autores intervieram, dentre os quais o “revisionista” Eduard Bernstein, promotor da “nova classe média”, e o pensador austromarxista Max Adler. As clivagens quanto à linha partidária correta continham uma questão teórica, a do papel respectivo dos fatores culturais e materiais. Adler, reivindicando a herança kantiana, insistia na necessidade de recorrer a valores socialistas e “interesses intelectuais” (e não estritamente econômicos) para encorajar os intelectuais a se alinharem ao proletariado. Léon Trotski⁶, por sua vez, respondia que a própria dimensão “mental” está a serviço das classes proprietárias.

A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

O outro polo da sociologia dos intelectuais, onde encontramos às vezes os mesmos protagonistas, é a “sociologia do conhecimento” (*Wissenssoziologie*), que objetiva romper com a filosofia neokantiana

5. Paul Louis, *L'Avenir du socialisme*, 1905, p. 224.

6. Léon Trotski, “Les Intellectuels et le socialisme”, 1910.

54 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

do conhecimento e da cultura. Um momento importante foi o Congresso de Sociologia de Zurique, em 1928, do qual participaram sociólogos (Werner Sombart e Alfred Weber), filósofos mais ou menos abertos à sociologia, próximos do marxismo (Max Adler e Otto Neurath) ou opostos a ele (Max Scheler), economistas e historiadores (Karl Wittfogel) e, por fim, o jovem Karl Mannheim, que suscitou debates. A conjuntura que reuniu esses autores tão diferentes foi marcada pela crise da universidade na República de Weimar. Esta tem como sintomas, dentre outros, o declínio dos mandarins alemães que clamavam valores humanistas (*Bildung*) e o confronto, no interior do corpo docente, de conservadores e modernistas. Qual é o destino da cultura e de seus servidores em uma sociedade em plena transformação, marcada pelas ruínas da guerra, da derrota, da inflação, das lutas político-ideológicas entre nacionalistas, cristãos, socialistas e comunistas? Um dos desafios dos debates sobre o historicismo e o marxismo era dar conta do caráter historicamente condicionado das ideias e dos valores, tentando escapar da vertigem do relativismo (ou do niilismo) e do “declínio do Ocidente”, anunciado por um ensaísta como Oswald Spengler, lido e comentado por numerosos pensadores. Martin Heidegger e Georg Lukács aportaram respostas bastante distintas a esses debates.

A nova especialidade que é a sociologia do conhecimento se apresenta, pois, como uma espécie de lugar neutro entre autores com orientações divergentes. Em relação à velha história cultural (*Geistesgeschichte*) à moda de Wilhelm Dilthey, que pretendia estudar o “espírito objetivo” (*Zeitgeist*), ela pretende ser menos especulativa e menos voltada às ideias puras. Para os marxistas, ela era suspeita de querer suplantiar a abordagem materialista da história e, para os defensores da cultura clássica, como Ernst Curtius, ela era culpada de relativismo. Max Scheler, um dos primeiros a utilizar a expressão “sociologia do conhecimento”, em um livro de 1926 com esse título, era um filósofo inspirado pela fenomenologia em uma versão espiritualista. Sua sociologia pretendia, rejeitando o materialismo, mostrar a conexão entre as formas de saber (religioso, metafísico e científico) e as configurações sociais que favorecem sua aparição. Assim, os agentes religiosos estariam melhor ancorados nas camadas inferiores, ao passo que os metafísicos estariam mais conectados

KARL MANNHEIM: UMA FIGURA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Jovem assistente em Heidelberg, por um tempo discípulo de Georg Lukács e próximo da esquerda húngara, Karl Mannheim (1893-1947) é um dos participantes do Congresso de Zurique que instituiu a sociologia do conhecimento. A originalidade da sua apresentação “Sobre a Concorrência e Seu Significado no Domínio Espiritual” (*im Geistigen*)¹ consiste em oferecer um programa de trabalho empírico para essa nova especialidade da sociologia. O que caracteriza, segundo ele, os conteúdos espirituais é o modo como os produtores de discursos estão, ou não, em concorrência. Quatro fases se distinguem: a fase do “consenso”, na qual não há nem pluralidade nem debate; a fase do “monopólio”, na qual um discurso explícito se impõe como verdade; a fase da “concorrência atomizada”, na qual um grande número de indivíduos se confronta; e, finalmente, a fase da “concentração”, na qual apenas alguns poucos chegam a participar da arena intelectual. Mannheim se baseia em múltiplos exemplos tratados resumidamente: assim, o “realismo” filosófico medieval seria portado pelas frações dominantes, enquanto o “nominalismo” corresponderia às frações “intermediárias e subalternas”², tendo que, mais tarde, lidar com a “ciência”, instrumento do Estado absolutista, e com os letrados das academias. A cada vez, são os “meios” que se afrontam para contradizer as pretensões monopolistas dos outros.

Mannheim, que busca, em seguida, desenvolver os pressupostos teóricos de suas análises, enuncia a tese do “apego ao ser” (*Seinsgebundenheit*) do pensamento, afirmando, contra a tradição idealista e racionalista, que o pensamento não tem uma vida independente. O papel da sociologia é de conectar os “meios” e suas ideias próprias por meio das práticas de demarcação, apropriação e síntese. Mais tarde, com sua concepção de “intelectual sem amarras” (*freischwebende Intellektuelle*), segundo expressão tomada de Alfred Weber, ele pretende mostrar que, diferentemente das classes ancoradas na economia, os intelectuais são unidos essencialmente pela cultura³. Essa “camada sem raízes ou mal

1. Karl Mannheim, “De la Concurrence et de la signification dans le domaine de l’esprit”, [1928] 2001.
2. *Idem*, p. 71.
3. Karl Mannheim, *Idéologie et utopie*, [1929] 2006, p. 129.

enraizada na sociedade e difícil de relacionar com uma classe ou uma condição” nos aproxima, como mostra o movimento romântico, de indivíduos que, estando condenados ao isolamento e à instabilidade, estão tão mais disponíveis para sentir e exprimir as aspirações de “camadas melhor socialmente integradas”⁴. Essa ausência de amarras reflete certamente suas aflições materiais, mas também torna possível a missão histórica desses agentes, capazes de superar os limites dos pontos de vista dos outros agentes. Duas orientações principais aparecem entre eles: a da “ideologia”, voltada à conservação do passado, e a da “utopia”, voltada à transformação do mundo”⁵.

4. *Idem, La Pensée conservatrice*, [1927] 2009, p. 91.

5. *Idem, Idéologie et utopie*, [1929] 2006.

às camadas superiores⁷, mas esses laços não afetam a validade desses domínios: trata-se somente de registrar as condições factuais da emergência histórica das formas de pensamento favorecidas por suas afinidades essenciais com determinadas estruturas sócio-históricas. O austromarxista Max Adler rejeita vigorosamente essa orientação, na qual vê uma retomada da história cultural diltheyana. Admitindo um princípio causal diferente da economia⁸, ele preconiza uma sociologia que busca iluminar a “determinação sócio-histórica da vida mental”⁹. Sua insistência no caráter socialmente condicionado do saber (ilustrado pela oposição, com um futuro promissor, entre “ciência proletária” e “ciência burguesa”¹⁰) é acompanhada por considerações normativas sobre o papel dos valores na história. Em geral, no entanto, os marxistas (Otto Neurath e Karl Wittfogel) desconfiavam de uma sociologia do conhecimento que eles consideraram um *ersatz* [produto] burguês do materialismo histórico.

7. Max Scheler, *Problèmes de sociologie de la connaissance*, [1926] 1993, pp. 139-141.

8. Max Adler, “Wissenschaft und soziale Struktur”, em Volker Meja e Nico Stehr, *Der Streit um die Wissenssoziologie*, [1928] 1982, p. 133.

9. *Idem*, p. 145.

10. *Idem, ibidem*.

Uma Teoria Marxista dos Intelectuais: **Antonio Gramsci**

Embora Marx e Engels tenham polemizado com diversos intelectuais de seu tempo, eles não forneceram análises suficientemente sistemáticas que conduzissem a uma sociologia dos intelectuais. O único autor a percorrer essa via foi Antonio Gramsci (1891-1937). De origem modesta, ele não completou os estudos universitários, mas, graças a amplas leituras (em filosofia, linguística e história), conseguiu se tornar uma figura intelectual original e criativa. Adepto da causa socialista e militante ativo, ele adquiriu uma posição importante no recém-criado Partido Comunista Italiano. Suas análises sobre os intelectuais contrastam incontestavelmente com os discursos sustentados pelos teóricos socialistas antes mencionados. Encontramos em Gramsci um trabalho teórico coerente, que se baseia em diferentes disciplinas e em uma importante cultura histórica¹¹. É sem dúvida por isso que Gramsci se tornou incontornável para todos aqueles que, a partir dos anos 1970, se esforçaram para renovar o marxismo e abri-lo, dentre outros, aos domínios da teoria política e da teoria da cultura.

UMA TEORIA AMBICIOSA

É importante precisar que os escritos de Gramsci sobre a questão não são obras acabadas, mas “cadernos” que, escritos enquanto ele se encontrava nas prisões de Benito Mussolini, requeriam trabalhos futuros. É impossível, pois, dizer qual teria sido a versão final e se as imprecisões e lacunas teriam podido ser evitadas. Gramsci se mantém longe das divisões disciplinares e se mostra reservado quanto à sociologia, seja de Weber, Mannheim ou Pareto. Ele estabelece diversos objetivos: compreender as relações entre cultura, economia e classes sociais, em contraposição tanto com o idealismo filosófico (neo-hegeliano de Benedetto Croce) quanto com o economicismo marxista; detectar as propriedades gerais do grupo dos intelectuais, e também suas distinções internas; traçar uma linha política em relação aos intelectuais e às classes dominantes.

11. George Hoare e Nathan Sperber, *Introduction à Antonio Gramsci*, 2019.

Gramsci propõe uma tentativa de resposta marxista a um conjunto de questões filosóficas, sociológicas e políticas. Contrapondo-se ao economicismo e ao cientificismo da social-democracia europeia, ele se distingue pela atenção dada aos problemas culturais. Em particular, recusa-se a ver a sociedade capitalista como simples reflexo das relações de produção e a exploração dos trabalhadores como único efeito da dominação do capital: graças à célebre noção de hegemonia, ele pretende dar conta da coesão própria a uma sociedade de classes. A classe capitalista não é detentora apenas dos meios de produção material, mas detém também uma forma de poder espiritual que consiste em sua capacidade de fazer com que a sua imagem da sociedade seja aceita por todos os grupos sociais. Para além da análise econômica das contradições objetivas, trata-se de apreender as relações de classe a partir do conhecimento da história específica de cada uma das classes, no caso, a burguesia capitalista (do norte da Itália), a burguesia rural (do sul da Itália), as diferentes variantes da pequena burguesia, o campesinato e o proletariado.

Abstendo-se de uma definição formal e geral, Gramsci pretende se basear na análise das relações de classe. Imediatamente se coloca a questão de saber se os intelectuais são, ou não, um grupo autônomo. A oposição entre a burguesia e o proletariado se reflete na oposição entre os intelectuais associados a cada classe. Há uma simetria entre os intelectuais que contribuem para assegurar o poder de cada uma das duas classes, com a diferença de que o intelectual revolucionário não tem outras bases além das que lhe oferece o Partido, ao contrário do intelectual burguês que se beneficia de recursos oferecidos pelas companhias capitalistas e pelo Estado. A despeito dessa diferença importante, é possível dizer que os dois grupos intelectuais fazem a mesma coisa: eles desempenham as funções de concepção e organização a serviço de suas respectivas classes. Assim Gramsci pode reunir, ao lado do “empreendedor capitalista”, o “técnico da indústria, o estudioso da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.”. A “larguíssima extensão do conceito de intelectual” é uma dificuldade insuperável, pois permite agrupar os que têm a ver com a condução da indústria, mas também os “empregados” do grupo dominante, que devem “cumprir as funções subalternas da hegemonia social e do governo

político”. Estes não se engajam diretamente na produção: eles intervêm para assegurar, por um lado, o “consentimento ‘espontâneo’ das grandes massas da população em relação à direção impressa à vida social pelo grupo fundamental dominante”¹² e, por outro lado, o “funcionamento do aparelho de coerção do Estado” quando o consentimento falha.

UM DUALISMO INSUPERÁVEL

É aqui que aparece a dificuldade de relacionar os intelectuais burgueses (“urbanos”) a categorias profissionais identificáveis: podemos dizer que alguns são preferencialmente o que James Burnham chamará de “homens da organização”, enquanto outros são juristas. Mas e quanto aos que são encarregados expressamente da obtenção do consentimento? Se eles são pensadores e ideólogos, como caracterizá-los socialmente? A análise proposta mostra os limites de uma abordagem funcionalista que deduz, mais ou menos diretamente, as características dos indivíduos das funções que eles deveriam cumprir para a sociedade ou uma parte dela (a burguesia). Há, com efeito, casos em que é difícil determinar a ligação com uma das classes que participam do processo de produção econômica. Gramsci é levado, pois, a completar a análise de tipo funcionalista com uma abordagem histórica que permite considerar uma parte dos intelectuais como “sobreviventes” de épocas anteriores: são a Igreja (clérigos), a escola (professores) e outras instituições (profissionais liberais) que fazem existir uma população desprovida de funções diretas no sistema de classes. Para considerar conjuntamente a dependência dos intelectuais em relação às classes “essenciais” e compreender os que transbordam esse enquadramento, Gramsci foi levado a delinear a famosa dualidade “intelectual orgânico” / “intelectual tradicional”.

Essa dualidade foi a tal ponto considerada como dada, que as dificuldades que ela carrega foram relegadas à sombra. A primeira delas: quais são as relações entre os dois grupos? Trata-se de frações concorrentes? Há prioritariamente uma espécie de distribuição do

12. Antonio Gramsci, *Cahiers de prison: n. 10, 11, 12, e 13*, [1930-1932] 1978, p. 315.

“funcional” do trabalho, com um dos grupos se ocupando da “infraestrutura” material e o outro da “superestrutura” espiritual, ou então há intersecções entre eles? A segunda dificuldade: entre os intelectuais “orgânicos”, há verdadeiramente uma simetria entre os que estão do lado da burguesia e cumprem uma variedade de funções muito (demasiado?) grande, indo da direção da produção material e da condução dos homens até à defesa propriamente ideológica da burguesia; e os que, estando do lado do proletariado, se ocupam essencialmente da estratégia política? A palavra *orgânico* não seria um pouco imprecisa? A terceira dificuldade: o que é dito “tradicional” seria o “orgânico” de épocas anteriores que se tornou obsoleto ou é ele inerente às instituições autônomas que tendem a se reproduzir? A quarta dificuldade: a relação entre a suposta posição social dos intelectuais e suas produções não é realmente elucidada. No caso de Benedetto Croce, como passar do burguês ordinário, próximo do grande capitalista Giovanni Agnelli (como sublinha Gramsci), ao filósofo idealista? Podemos nos perguntar, finalmente, se a oposição entre os dois grupos de intelectuais é verdadeiramente esclarecedora e utilizável. Embora Gramsci tenha o mérito de tentar elaborar uma teoria marxista dos intelectuais, em sua obra a questão das funções de classe preenchidas pelos intelectuais parecia de tal maneira prioritária que ela encorajava debates teóricos difíceis de solucionar e se tornava um obstáculo ao trabalho empírico de sociologia e história.

Os Intelectuais: Um Tema para Profecias Sociais _____

A questão dos intelectuais é frequentemente menos a das produções culturais que a das transformações das estruturas sociais e, mais globalmente, da evolução das sociedades modernas. O terreno por excelência deste tipo de interrogações é a instituição escolar. O crescimento dos efetivos escolarizados, notadamente no ensino superior, que se reflete no desenvolvimento de grupos profissionais fundados na posse de títulos, é considerado, por certos autores, como um índice de profundas evoluções que afetam o funcionamento das sociedades capitalistas. Seus discursos vão além do que

é observável no presente e tomam a forma de uma profecia que atribui um papel determinante ao novo grupo social, em torno do qual o espaço social será recomposto. Para ver o quanto esse tipo de interrogação tem peso na sociologia dos intelectuais, basta ver um artigo de síntese publicado na *Annual Review of Sociology*¹³, no qual os autores estudam as variações ao longo do tempo de três hipóteses fundamentais: os intelectuais são vistos ora à maneira de Mannheim, como um grupo “fora das classes”; ora, ao contrário, à maneira de Gramsci, como “ligados a uma classe”; ora, finalmente, à maneira do escritor Julien Benda, como uma “classe em si”. Trata-se, sobretudo, de determinar se o grupo dos intelectuais se alinha à burguesia ou ao proletariado: devemos considerar os intelectuais como uma nova elite ou como um novo proletariado? É igualmente importante saber se o papel desse grupo é positivo ou negativo.

De acordo com a forma de pensar o crescimento dos diplomas, há quatro possibilidades principais: uma elite intelectualizada, uma nova burguesia, um proletariado intelectualizado ou uma *intelligentsia* proletarizada. Os intelectuais são chamados a tomar o poder? Para seu próprio proveito? Para benefício do conjunto da sociedade? Podemos observar que os intelectuais necessários para fins de demonstração não são exatamente os mesmos: trata-se, em um caso, prioritariamente de escritores e jornalistas e, em outro caso, de engenheiros, quadros e técnicos.

INTELIGÊNCIA MASSIFICADA...

O caminho mais antigo, de tipo catastrofista, é o de um proletariado da inteligência que, por razões opostas, os pensadores conservadores e os teóricos revolucionários concordam em denunciar. Os conservadores temem a aparição de agitadores, cada vez mais numerosos (“advogados sem causa”, “médicos sem doentes”), cujas aspirações universitárias desiludidas favorecem a expressão demagógica de seus ressentimentos junto às massas, até então passivas e dóceis. Seu alvo são, mais ou menos explicitamente, os diplomados vindos de classes inferiores, aos quais a universidade se voltou

13. Charles Kurzman e Lynn Owens, “The Sociology of Intellectuals”, 2002, pp. 63-90.

nutrindo aspirações descabidas (“desclassificados pelo alto”), uma burguesia ilusória, detentora de títulos acadêmicos, mas não de patrimônio. Os teóricos revolucionários vêm na sobreprodução intelectual uma confirmação das previsões relativas à pauperização de camadas sociais até então relativamente protegidas: trata-se, dessa vez, sobretudo de indivíduos de ascendência burguesa (“desclassificados por baixo”).

Uma variante otimista dessa via consiste em opor ao antigo proletariado, composto de operários de indústrias em declínio (minas, metalurgia etc.), frequentemente pouco qualificados, uma “nova classe operária”, feita de indivíduos altamente qualificados (como técnicos da informática). Essa via da “nova esquerda” foi tomada, entre outros, por Serge Mallet¹⁴, sociólogo da classe operária que, como outros teóricos dos anos 1960-1970¹⁵, previa uma espécie de intelectualização da sociedade e dos conflitos sociais: a “cultura” (*versus* a economia), a demanda por “autogestão” (*versus* as reivindicações salariais), o “qualitativo” (*versus* o “quantitativo”) são as novas chaves de análise que colocariam em questão os velhos “dogmas” do marxismo. Nessa linha, os teóricos pós-modernos defenderam a ideia de um “capitalismo cognitivo”, no qual o saber tenderia a tomar o lugar da força de trabalho assalariada nas relações de produção¹⁶.

... OU NOVA ELITE?

As duas outras opções relativas ao devir das elites se baseiam no papel crescente dos títulos acadêmicos nas classes dominantes.

A primeira opção prevê o surgimento de uma elite cada vez mais esclarecida, “inteligente”, provida de diplomas e que se distingue da antiga burguesia detentora do capital. Inicialmente concebida para contestar o marxismo, ela ressurgiu nos anos 1960, marcados, ao mesmo tempo, pelo crescimento econômico, progresso da escolarização universitária e contestação nos *campi* universitários. Desde o entreguerras, diversos autores procuraram mostrar as consequências da ascensão das frações escolarizadas no sistema produtivo.

14. Serge Mallet, *La Nouvelle classe ouvrière*, 1963.

15. André Gorz, *Stratégie ouvrière et néocapitalisme*, 1964.

16. Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, 2000.

Entre eles, o belga Henri de Man (1885-1953), socialista (que virou colaboracionista), sublinhava, contra o marxismo ortodoxo, o papel crescente da “classe média” dos intelectuais nas tarefas de direção econômica e política. James Burnham (1905-1987) previu em *The Managerial Revolution* (1941) a ascensão de uma classe de administradores, em detrimento da velha burguesia capitalista. Nos anos 1960, o sociólogo Daniel Bell (1919-2011), com base no crescimento dos empregos no setor de serviços, desenvolveu a noção de sociedade pós-industrial, caracterizada pelo conhecimento, informação e competência. Alvin Gouldner (1920-1980) propõe uma versão mais positiva da ascensão dos intelectuais enquanto “nova classe”, não dependente das outras classes. Composta de detentores de títulos acadêmicos, indo de técnicos encarregados da direção dos negócios aos intelectuais responsáveis pelas ideias, essa classe aparece como uma classe “universal”, capaz de oferecer seus valores específicos ao conjunto da sociedade. Por um lado, ela se impõe por meio de uma “cultura do discurso crítico” que tende a minar a antiga dominação capitalista em nome do saber e, por outro lado, ela ambiciona ocupar as posições dominantes. Portadora de um universalismo “imperfeito”, ela não representa, entretanto, uma classe menos progressista¹⁷.

A segunda opção, variante pessimista da anterior, atribui à nova classe ascendente uma ambição tão exclusiva quanto dissimulada: a de suplantar a antiga burguesia. Desde o início do século xx, o surgimento dos intelectuais como categoria específica deu lugar a críticas não somente nos meios conservadores, mas também em uma esquerda radical e antiparlamentar, marcada pelo anarcossindicalismo (Édouard Berth e Hubert Lagardelle). É o caso do teórico da violência revolucionária Georges Sorel (1847-1922), para quem o “Estado” é um “corpo de intelectuais [...] que possui os meios ditos políticos para se defender contra os ataques que lhe dirigem outros grupos de intelectuais”; assim, “todas as nossas crises políticas consistem na substituição de intelectuais por outros intelectuais”¹⁸. Mais voltado ao anarquismo, Jan Wacław Makhański (1886-1926)

17. Alvin Gouldner, *The Future of the Intellectuals and the Rise of the New Class*, 1979.

18. Georges B. Sorel, *La Décomposition du marxisme*, [1908] 1979, p. 54.

64 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS

OS INTELLECTUAIS DOS PAÍSES SOCIALISTAS: UMA CLASSE DOMINANTE?

O retorno da problemática dos intelectuais como classe que visa à dominação política foi favorecido pela crítica aos sistemas socialistas que, seguindo Trotski e alguns de seus discípulos (Bruno Rizzi e James Burnham), se baseava na noção de burocracia. György Konrád e Ivan Szelényi se inscrevem nessa linha, mas com ferramentas sociológicas e materiais históricos mais ricos. Sua preocupação principal era dar conta do tipo de dominação próprio às sociedades socialistas. No caso das sociedades capitalistas, os intelectuais se dividem entre os que participam da elite dirigente e os que, submissos às leis do mercado, estão em vias de proletarização. Diferentemente, nas sociedades socialistas, o controle centralizado da mais-valia econômica favorece a constituição de uma classe que reúne o conjunto das profissões intelectuais, os engenheiros, diretores de fábricas e também escritores. Entretanto, os intelectuais em questão são essencialmente dirigentes da economia e tecnocratas que, fazendo uso de seu saber para ter acesso a posições de poder e à redistribuição racional dos recursos, conseguem associar a legitimidade do socialismo científico à sua própria legitimidade de agentes portadores de valores universais. É, pois, no socialismo que a vocação histórica dos intelectuais parece melhor se realizar¹.

Konrád e Szelényi também são obrigados a levar em conta a grande heterogeneidade dos intelectuais que ocupam posições desigualmente próximas do poder econômico e político; mas, para preservar o grupo dos intelectuais como um todo, eles são levados a posicionar no coração do grupo uma contradição entre as funções desempenhadas por cada uma das suas partes, *telos versus techne*, o escritor se consagrando à visão global, e o tecnocrata à organização. Não se está muito longe da oposição gramsciana entre intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos. Mas, novamente, se coloca a questão do grau de coesão dessa classe intelectual, na qual se reúnem frações de classe diretamente associadas ao exercício do poder e frações dedicadas à produção propriamente cultural.

1. György Konrád e Ivan Szelényi, *La Marche au pouvoir des intellectuels: Le Cas des pays de l'est*, 1979.

considera que o socialismo é uma ideologia de intelectuais com pretensões científicas (indo de artistas a diretores de fábricas) que busca destituir, sob um discurso universalista, a classe burguesa a fim de impor sua própria dominação por meio do Estado¹⁹.

Os Intelectuais como Grupo Social: Composição e Delimitações

Se os intelectuais constituem um grupo social, podemos esperar que, como outros grupos, eles sejam portadores de reivindicações materiais e simbólicas e que procurem se fazer ouvir graças a mobilizações. Era o que pensavam os fundadores de um sindicato, a Confederação dos Trabalhadores Intelectuais, criada em 1923 para lutar, entre outras coisas, contra o desemprego intelectual. O sucesso limitado dessa organização mostra bem a dificuldade de reunir as categorias às quais ela se dirigia: trabalhadores intelectuais assalariados, profissionais liberais e profissionais das artes²⁰.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO OBJETIVA

Se o grupo dos intelectuais é dotado de uma consistência relativa, fundada objetivamente, qual é a sua composição e quais são os seus limites e principais subdivisões internas? A análise se mostra particularmente difícil por conta da indeterminação dos critérios de definição utilizáveis. O primeiro critério diz respeito à qualificação propriamente intelectual. Se o diploma constitui o meio mais apropriado para objetivar uma categoria estatística, seria ele, entretanto, suficiente? Na realidade, em um polo podem figurar os indivíduos cuja qualificação é atestada por suas *performances* efetivas, como a escrita literária, que pode ser reconhecida fora das instituições, ou até mesmo contra elas, e que, em todo caso, não está sujeita a uma avaliação estrita e incontestável; em outro polo, a qualificação é cer-

19. Jan Wacław Makhański, *Le Socialisme des intellectuels*, 1979.

20. Alain Chatriot, “La Lute contre le ‘chômage intellectuel’: l’action de la Confédération des Travailleurs Intelectuels (CTI) face à la crise des années trente”, 2006.

tificada por títulos escolares. Ora, nesse caso, a trama corre o risco de se mostrar bastante frouxa, em função da distância inevitável entre títulos e “postos”. Um segundo critério parece remeter à oposição entre autores e não autores: supondo que as diferentes questões, notadamente jurídicas, que giram ao redor da autoria sejam resolvidas, o intelectual se referiria a algo como uma obra. É discutível, não obstante, a exclusão imediata deste conjunto de indivíduos que, embora não tenham produzido textos, possam ter desempenhado um papel intelectual importante, ao menos pela fala. Por outro lado, a população dos autores está longe de ser homogênea: incluindo escritores ocasionais, produtores de livros práticos, de manuais, de obras técnicas etc. Embora seja perfeitamente concebível isolar, no interior dessa vasta constelação, uma população determinada como a dos escritores, um certo número de precauções devem ser tomados. Um terceiro critério seria de ordem nominal: somente os usos terminológicos permitiriam distinguir a quem se aplica uma certa nomenclatura. O mérito dessa via é de não impor uma definição exterior, mas, evidentemente, ela pouco serve como medida.

Uma análise dos intelectuais como grupo social que seja ao mesmo tempo global e rigorosa encontra certo número de obstáculos que podemos contornar admitindo, desde o princípio, que a imagem obtida será sempre uma aproximação. Assim, métodos quantitativos podem ser utilizados para determinar ordens de grandeza, detectar evoluções ou compreender de forma aprofundada as características de um subconjunto que possa ser considerado central ou importante. Apresentamos aqui apenas algumas das abordagens úteis.

Dada a conexão entre atividade intelectual e título escolar, é justificado o uso de indicadores de escolarização e de nível escolar, especialidade etc. Na medida em que a taxa de escolarização aumentou, a partir do século XIX, podemos inferir que o peso das frações intelectuais cresceu: há cada vez mais estudantes e professores primários, secundários e universitários. Na França, em 1931, o número de bacharéis era 15 mil, e o de estudantes 78700. Esses números se multiplicaram por dez na metade dos anos 1970²¹. Durante esse período, constatamos que os professores do ensino superior em

21. Antoine Prost, *L'École et la famille dans une société en mutation*, 1982.

disciplinas literárias e ciências humanas passaram de 280 a 7 700. O crescimento continuou nos anos 1990, com a “segunda massificação escolar”. Em 2018, 517 490 estudantes, ou seja, 32% dos efetivos globais, estavam inscritos em cursos de letras, ciências humanas e artes; os professores nestas disciplinas eram, então, 27 433²².

No interior dessas populações, como distinguir aqueles que podemos considerar como parte das frações propriamente intelectuais? Esse tipo de dificuldade está no coração da análise das profissões intelectuais, tornada possível pelas classificações das estatísticas públicas. Baseada no critério do saber e situada no alto da escala de classificações, a categoria do INSEE “quadros e profissionais intelectuais superiores”, criada em 1982, sucedeu a categoria “profissões liberais e quadros superiores”: ela “agrupa os professores e as profissões científicas assalariadas que aplicam diretamente conhecimentos altamente aprofundados, nos domínios das ciências exatas e humanas, a atividades de interesse geral de pesquisa, ensino ou saúde”.

Os efetivos desse grupo representavam 9% da população francesa ativa em 2017, sendo que a sua parte do total cresceu regularmente desde os anos 1960. Esse grupo é composto de quadros administrativos, comerciais e engenheiros do setor privado (29%), engenheiros e quadros técnicos de empresas (28%), professores e profissões científicas (15%), quadros da função pública (10%), profissionais liberais (10%) e profissionais da informação, artes e espetáculos (6%). A análise das frações intelectuais deveria reter somente os “professores e profissões científicas” e deixar de lado, ou mesmo descartar, os quadros (do setor público e privado), engenheiros e profissionais liberais (médicos, advogados etc.)? Essa última opção, que envolve pressupostos e escolhas teóricas, não é vista como evidente por diversos autores, como discutimos anteriormente.

Já as profissões culturais (da informação, das artes e espetáculos) são compostas de arquitetos (9% do conjunto em 2011), profissionais do espetáculo (29%), das artes visuais e profissões artísticas (34%), por arquivistas, profissionais da documentação e conservação (4%);

22. *Repères et références statistiques sur les enseignements, la formation et la recherche* 2018, 2019.

quanto às profissões literárias (15%), a parte dos jornalistas e trabalhadores da edição (11%) é nitidamente superior à dos autores literários e tradutores (4%), cujos efetivos são de 25 800²³. O peso relativo deste último subgrupo é baixo, sabendo que em seu interior encontramos escritores e também os leitores das editoras, *ghost writers*, tradutores etc. Para o conjunto dessas profissões, o peso dos diplomas varia: ele é muito elevado no caso dos arquitetos e bem mais baixo nas profissões artísticas propriamente ditas. O *status* também varia: os não assalariados são mais numerosos entre os autores literários, cenaristas e escritores de roteiros (72%) do que entre os artistas do espetáculo (17%) e os jornalistas e trabalhadores da edição (12%).

Outra fonte de dados sobre os escritores é fornecida pela Agessa, associação à qual corresponde um regime específico de segurança social: ela permite registrar os indivíduos que declaram direitos autorais. Mas a população em questão é somente aquela que extrai uma receita relativamente elevada de sua atividade: ela é composta de uma minoria de escritores, além de fotógrafos e autores de tipos variados (ilustradores, autores-compositores etc.). A atividade de escritor, o estatuto socioprofissional e o direito (autoral) estão longe de coincidir. É preciso acrescentar que o reconhecimento social de um indivíduo como escritor é uma questão complexa (que fazer dos “escritores amadores”?²⁴); para que seja fruto de uma análise sociológica, é preciso recorrer a outros indicadores além das nomenclaturas oficiais. Informações mais detalhadas só podem ser obtidas por meio de dispositivos de pesquisa originais, como os questionários administrados a indivíduos que satisfazem certos critérios cujas explicitação e especificação são úteis²⁵.

INTELECTUAIS E DIPLOMADOS

Ao final deste panorama, podemos apenas constatar a dificuldade de delimitar um grupo intelectual, como se faz no caso de

23. Marie Gouyon e Frédérique Patureau, “Vingt Ans d’évolution de l’emploi dans les professions culturelles (1991-2011)”, 2014.
24. Claude Poliak, *Aux Frontières du champ littéraire: Sociologie des écrivains amateurs*, 2006.
25. Bernard Lahire, *La Condition littéraire: La Double vie des écrivains*, 2006; Gisele Sapiro e Cécile Rabot (orgs.), *Profession? Écrivain*, 2017.

outros grupos socioprofissionais. A razão subjacente dessa dificuldade não é o caráter inexprimível do grupo, mas os limites de uma abordagem objetivista que busque relacionar a atividade intelectual a indicadores relativamente unívocos. É preciso também levar em consideração a importância das clivagens internas (assalariados/profissões liberais/intermitência e precariedade; peso relativo dos diplomas; grau de proximidade do setor econômico etc.) que podem prevalecer sobre os fatores de coesão. O critério “conhecimentos muito aprofundados”, embora permita reunir indivíduos em uma mesma categoria socioprofissional, está longe de garantir a homogeneidade do grupo e de lhe dotar de interesses, valores e comportamentos convergentes. A única maneira de testar a questão da coesão do suposto grupo é adotar uma abordagem histórica que estude precisamente os contextos em sua diversidade nacional e conjunturas, de modo a revelar alianças e clivagens.

Se procuramos o rastro de um grupo intelectual, é precisamente em direção à população diplomada que devemos olhar, sabendo que a posse de diplomas está longe de ser suficiente para fazer dos intelectuais uma classe homogênea. A razão das dificuldades encontradas vem de um uso substancialista do título acadêmico que o considera como uma variável explicativa separada, ao mesmo tempo, das outras variáveis e dos outros grupos sociais e de sua história. O crescimento do número de diplomados abrange, contudo, diferentes evoluções: a expansão de ofícios qualificados em vários setores da economia é tanto uma das consequências técnicas da divisão do trabalho nas sociedades capitalistas avançadas quanto a expressão de uma mudança na definição social dos postos e da forma de alcançá-los. O recurso ao sistema escolar se acentuou, inclusive entre grupos nos quais, até então, prevalecia somente a posse de capital econômico. A palavra *universidade* tende a abranger um leque cada vez maior de ramos e especialidades. Assim, o desenvolvimento das formações universitárias, como aquelas oferecidas pelas grandes escolas de comércio e administração, a partir dos anos 1960, indica menos um fortalecimento da posição dos intelectuais face às classes dominantes do que uma transformação dos modos de reprodução social no interior dessas classes. Quanto às novas formações universitárias ditas curtas, refletem um progresso da escolarização

não necessariamente ligado a uma mobilidade ascendente, já que a manutenção de sua posição relativa no espaço social pode passar, no caso das novas gerações, a frequência à instituição escolar.

Isolar o saber e o atribuir a um grupo específico é esquecer que ele não tem um sentido único e pode ser combinado, de acordo com o caso, com outros capitais que contribuem para o valor social dos títulos e com outras “variáveis”. Os padrões, vindos da Escola Politécnica e da Escola Nacional de Administração (ENA), são, se desejarmos, intelectuais, mas menos como chefes do que como amadores cultos e, ocasionalmente, como autores de livros (de memórias e ensaios). Podemos finalmente nos perguntar se a questão do pertencimento intelectual não é uma tela que impede a percepção das oposições na população diplomada quanto à relação das espécies de capitais detidos (culturais, econômicos etc.) e da distância do poder econômico e político.



3. UM ESPAÇO AUTÔNOMO

A sociologia dos intelectuais encontrou, para se constituir, uma dificuldade resultante da tensão entre duas orientações. A primeira orientação buscava mostrar a coerência de um grupo social intelectual dotado de um conjunto de aspirações, atitudes e crenças; a segunda orientação pretendia explicar as próprias práticas intelectuais: em um caso, trata-se preferivelmente dos agentes e, no outro, sobretudo dos discursos, seu conteúdo e forma. A conciliação dos dois aspectos permitiria ultrapassar a dicotomia tradicional entre externalismo (estudo dos fatores sociais) e internalismo (estudo dos produtos considerados segundo as normas de verdade, de coerência etc.).

A sociologia dos intelectuais, inscrita em uma tradição anti-idealista que encontramos notadamente no materialismo histórico de Marx, tem como pressuposto essencial não partir do pensamento considerado *in abstracto*, mas dos indivíduos reais com seus interesses e paixões. Os textos devem ser considerados não como portadores de significados a serem decifrados por intérpretes que os sobrevoam, mas como atos (de polêmica, conciliação, retradução

etc.) que seus atores realizam, uns em relação aos outros, em um determinado contexto¹.

Superar a Antinomia da Análise Interna e da Análise Externa

A sociologia dos intelectuais não busca simplesmente “historizar” as ideias, mas relacioná-las com propriedades específicas dos agentes que participam da sua produção e circulação, para melhor compreender seu conteúdo e forma e para dar conta de seus efeitos sociais. Indaga-se, primeiramente, em que medida a recusa anunciada do “idealismo” permitiu à sociologia marxista da cultura contribuir para a sociologia dos intelectuais.

SOCIOLOGIAS MARXISTAS

Gramsci foi mencionado anteriormente. Outro nome importante é Georg Lukács (1885-1971). Filósofo húngaro, ele cresceu no Império Austro-húngaro e falava bem alemão. Aluno de Max Weber, voltou-se ao marxismo graças aos eventos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Tratando da literatura europeia à luz do marxismo, ele se esforça para identificar formas estéticas e ideológicas (epopeia, romance etc.) e para fundamentá-las nas relações de classe. Assim, o idealismo filosófico alemão, segundo ele, deveria estar ligado às forças sociais da burguesia ascendente e depois imperialista. Lukács, bem consciente dos riscos de uma abordagem mecanicista, queria fazer justiça à singularidade dos autores, mas não escapou a uma visão normativa: as experiências coletivas de angústia, dúvida e esperança se condensando nos grandes criadores, que permitem compreender o que a fria análise histórica não seria capaz de apreender com tal profundidade. Assim, Goethe exprimiria as contradições objetivas de seu tempo de uma forma original e lúcida, fonte de toda a sua grandeza². Em sua impressionante *História Social da Arte e da*

1. Quentin Skinner, *Visions politiques*, [2002] 2018, vol. 1, *Sur la Méthode*.
2. Georges Lukács, *La Destruction de la raison*, [1954] 1958-1959.

*Literatura*³, Arnold Hauser (1892-1978), um dos membros do “Círculo de domingo”, reunido ao redor de Lukács em Budapeste, adota, de forma mais nuançada e detalhada, a mesma visão expressiva das obras: Rousseau é, assim, visto como um representante de correntes ideológico-estéticas contemporâneas (sentimentalismo, irracionalismo, exaltação da natureza e do povo) que se referem a conflitos de classe⁴. O mesmo se aplica a Lucien Goldmann (1913-1970), discípulo e intérprete de Lukács na França. Seu estudo sobre *O Deus Escondido*⁵ busca mostrar como os autores jansenistas como Blaise Pascal e Jean Racine exprimiram a visão trágica do mundo própria a uma nobreza de toga, dividida entre suas aspirações aristocráticas e uma condição objetiva de subordinação temporal.

Esse tipo de análises, por mais interessante e original (e à época subversivo) que seja, está exposto a diversas críticas. Primeiramente, ele toma muito de empréstimo da história literária tradicional, com seus grandes autores, doutrinas e correntes bem documentadas e com grupos sociais contemplados de maneira bastante geral. Em seguida, ele opera diversos curtos-circuitos entre estrutura e indivíduo, macro e microanálise, como bem observou o historiador marxista Raymond Williams, que se esforçou para escapar deles introduzindo, entre infraestrutura e superestrutura, a mediação dos estilos de vida⁶. Finalmente, esse tipo de abordagem não está ao abrigo de um certo número de objeções empíricas, resultando de um enquadramento ao mesmo tempo rígido e flexível: a correspondência entre a história social de um grupo e os supostos conteúdos intelectuais (por exemplo, entre os togados e a visão trágica) é tão simples e transparente quanto sugere Goldmann? Não estamos expostos a hipóteses *ad hoc* apoiadas em “contradições” dotadas de virtudes explicativas? O recurso a ideologias de grupos sociais não tem o efeito de minimizar o peso das histórias específicas (religiosa, literária, filosófica etc.)? Muito frequentemente, um discurso geral sobre o “método dialético” ocupa o lugar da metodologia.

3. Arnold Hauser, *Histoire sociale de l'art et de la littérature*, [1951] 1982.

4. *Idem, ibidem*.

5. Lucien Goldmann, *Le Dieu caché*, 1955.

6. Raymond Williams, *Culture and Society*, 1750-1950, [1958] 1971, p. 272.

O CAMPO INTELECTUAL

A contribuição de Pierre Bourdieu à sociologia da literatura foi elaborada com o objetivo de escapar dos impasses simétricos em que se engajavam dois de seus colegas da École Pratique des Hautes Études, ocupados pela leitura de Racine em versões não acadêmicas: a do curto-circuito sociológico, de Lucien Goldmann, e a do formalismo textual associológico, de Roland Barthes. Tendo sido o primeiro sociólogo a propor uma teoria relativamente sistemática dos intelectuais, bem como instrumentos de trabalho e ilustrações, Bourdieu permitiu a construção de um coletivo de sociólogos e historiadores que conduziam pesquisas nessa mesma perspectiva. É instrutivo comparar o lugar de destaque da sociologia dos intelectuais na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*⁷, com o seu peso residual na *Revue Française de Sociologie*⁸. Podemos constatar também o quanto a sociologia dos intelectuais, inclusive quando vista a partir dos Estados Unidos⁹, deve aos trabalhos de Bourdieu e seus alunos.

A abordagem de Bourdieu se inscreve em uma problemática global que busca superar a alternativa entre uma abordagem objetivista, centrada em fatores estruturais, e uma abordagem subjetivista, centrada em experiências individuais¹⁰. A noção de campo parece a mais adaptada para transformar a alternativa em um programa dinâmico de pesquisa, afastando as interrogações de tipo marxista sobre as “determinações em última instância” e postulando a existência de um espaço dotado de autonomia em relação aos interesses, valores e forças externas. Esse espaço não está, entretanto, em estado de suspensão social, pois podemos falar de lutas, estratégias e alianças, como em outros universos. Ele é dotado, no entanto, de uma economia interna não diretamente regida pelas forças externas. Nele, são produzidos bem simbólicos reconhecidos como tais,

7. Revista ligada ao grupo de cientistas sociais vinculados a Bourdieu (N.T.).
8. Louis Pinto, “Une Science des intellectuels est-elle possible?”, 1986.
9. Gil Eyal e Larissa Buchholz, “From the Sociology of Intellectuals to the Sociology of Interventions”, 2010.
10. Pierre Bourdieu, *Les Règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*, [1992] 1998; *Idem*, “Sur le Fonctionnement du Champ Intellectuel”, 1999b.

e não bens estimáveis, entre outras coisas, pelo seu valor de mercado. Essa autonomia do campo, resultado de um processo histórico de diferenciação, admite gradações e não é irreversível. Ela se manifesta, notadamente, por meio de efeitos de seleção e eleição: não é qualquer pessoa que consegue engajar-se ou acredita ter vocação para o exercício deste tipo de atividade, que supõe todo tipo de competências (saber escrever, conhecer uma multitude de textos, dominar as classificações internas etc.) e também uma *illusio*, uma crença fundamental no valor imanente do campo e um interesse pelos debates em curso, temas a tratar, autores de referência etc. Assim, constitui-se uma relação quase circular entre o valor produzido no campo, o jogo e desafios que ali transcorrem, os agentes que a eles se consagram e as escalas de avaliação, gratificação e sanção. Uma das questões essenciais é a determinação das fronteiras do campo (“é, ou não é... um verdadeiro intelectual”).

O campo intelectual é um espaço não somente autônomo, mas também diferenciado. Ele pode ser caracterizado pelo conjunto das posições que, definidas em oposição ao exterior, se distinguem, ademais, umas das outras. Enquanto os mais autônomos se caracterizam pela produção restrita aos pares, os menos autônomos estão ligados à produção ampliada, para um público leigo, frequentemente designado como o “grande público”. Esse eixo contempla uma boa parte das lutas próprias a este universo: a visão exigente, ou mesmo intransigente, de uns se opõe à visão ambígua daqueles que se esforçam para combinar uma reivindicação de valor intrínseco e a esperança de alcançar uma audiência tão larga quanto possível. Os primeiros se expõem ao risco do hermetismo, tomando “a arte pela arte” como garantia de pureza e desinteresse, e rejeitando, como sinais de “prostituição”, tudo que possa evocar uma concessão ao gosto dos “filisteus” (ou “burgueses”). Os segundos apelam de bom grado ao bom senso e ironizam as extravagâncias atribuídas aos primeiros, que eles desconfiam de buscar seduzir pelo escândalo e provocação.

A dinâmica do campo resulta primeiramente de lutas internas. Mas é preciso adicionar outros fatores de transformação. Um deles está ligado à lógica de canonização que estabelece uma tensão entre as produções culturais heterodoxas em vias de legitimação, em

particular por meio do sistema escolar (inscrição de novos autores nos currículos), e as produções culturais heterodoxas mais recentes e percebidas como mais inovadoras.

A oposição principal, entre a produção pura, destinada a um mercado restrito aos produtores, e a grande produção, voltada à satisfação dos anseios do grande público, reproduz uma ruptura fundadora com a ordem econômica, que está no princípio do campo de produção restrita; ela é intersectada por uma oposição secundária que se estabelece, no interior do próprio subcampo da produção pura, entre vanguarda e vanguarda consagrada¹¹.

Entre essas posições, as recompensas diferem: o sucesso comercial, considerado em um polo como um sinal de êxito, pode suscitar, no outro polo, suspeita de comprometimento, pois somente a aprovação pelos pares vale como atestado de valor. Os agentes têm um capital específico e lutam para impor o princípio dominante de hierarquização intelectual (exigente *versus* fácil, leve *versus* pesado etc.).

Em *As Regras da Arte*¹², Bourdieu apresenta, além de um enquadramento teórico, análises históricas sobre o meio do século XIX, momento decisivo para a autonomização do campo literário. Os defensores da arte pela arte (Baudelaire, Flaubert, Mallarmé etc.) tiveram que se definir tanto contra a “arte burguesa” quanto contra a “arte social”, homólogos no campo literário das classes antagônicas. O artista se define por uma posição tida como irreduzível às oposições do espaço social e às “ideias recebidas” que lhes são associadas. Assim, a personagem Frédéric, da *Educação Sentimental* de Flaubert, pode ser considerada como a transposição para o romance da figura do artista, partilhando com este o desprezo pela utilidade e seriedade, o sonho de indeterminação ou de ubiquidade social e a oscilação entre diferentes posições (políticas, sentimentais etc.)¹³.

11. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, [1992] 1998, p. 204.

12. *Idem, ibidem.*

13. *Idem, ibidem.*

MECANISMOS ESTRUTURAIS

Um dos fatores de transformação é de ordem morfológica. Ao longo do século XIX, constatamos um crescimento do número de títulos publicados e de produtores. Essa tendência de longa duração é acompanhada por variações cíclicas (crescimento, entre 1875 e 1890, regressão, nos anos 1890, e retomada, nos anos 1900) e por uma evolução diferencial dos gêneros: o romance e a poesia estão em ascensão no momento em que o teatro declina. Quanto aos produtores de livros, há um aumento de seu número e um fenômeno de sobreprodução em razão de um crescimento mais limitado do mercado¹⁴. Entre os lugares suscetíveis de serem ocupados e o número de candidatos, pode haver distorções que impõem estratégias diversas (reconversões, abandonos etc.). Um estudo clássico consagrado aos pintores impressionistas¹⁵, caso exemplar transponível a outros universos, mostra que, até a metade do século XIX, o sistema rígido da Academia de Belas-Artes, com seus prêmios, concursos, encomendas e salões, tinha mantido a constância do número de eleitos, que eram ao mesmo tempo artistas oficiais e notáveis burgueses. Esse sistema se confrontou, na segunda metade do século, com um excesso de candidatos que contestaram tanto a estética oficial (pintura histórica e religiosa) quanto os modos de consagração: o mercado representado pelos galeristas suplantou o salão de pintura e também pôs fim ao *numerus clausus*, favorecendo as aspirações de todos os que recusavam o “academicismo”.

Esse caso permite pensar sobre o problema tradicional das gerações. Não há uma necessidade de inovar própria aos jovens, mas a invenção de novas posições aparece, em particular nas situações de aglomeração ou de crise social, como um meio para os novos participantes escaparem ao veredito dos detentores de posições estabelecidas. O que os jovens partilham é, antes de tudo, um conjunto de problemas e um repertório de soluções possíveis: é o caso dos “jovens vienenses” da Viena dos anos 1890, que, decepcionados com o liberalismo progressista e racionalista dos anos 1860, se afirmaram

14. Christophe Charle, *La Crise littéraire à l'époque du naturalisme*, 1979.

15. Harrison White e Cynthia White, *La Carrière des peintres au XIX^e siècle: Du système académique au marché des impressionnistes*, [1965] 1991.

cultivando temas como a dissolução do eu, uma estética “dionisíaca” e um certo pessimismo social e cultural¹⁶.

O contraste entre setores pode favorecer fluxos que vão dos setores mais concorridos aos mais abertos. Assim, o nascimento da psicologia experimental na Alemanha deve muito aos efeitos conjugados da crise de identidade da disciplina filosófica e da sobreprodução de jovens diplomados na disciplina fisiológica¹⁷: a “hibridação de papéis” teria sido um meio para constituir o tema eminentemente filosófico da alma como objeto de estudo científico propício à experimentação. De acordo com o caso, as fronteiras são transgredidas ou defendidas. A crítica filosófica do “psicologismo”, com diferentes variações propostas por Gottlob Frege, Edmund Husserl e os neokantianos, deve ser compreendida, em parte, como uma estratégia teórica de filósofos que se recusam a conceder aos psicólogos uma competência em questões consideradas como escapando à sua jurisdição (o sujeito, as leis da lógica etc.). Essa resposta dos filósofos tinha também um aspecto institucional: em 1913, uma petição exigia que os experimentalistas deixassem de ser aceitos nos departamentos de filosofia¹⁸. Pode-se, em parte, compreender nessa lógica muitas das críticas antinaturalistas visando o sociologismo, o historicismo etc.

ACUMULAÇÃO E GESTÃO DO CAPITAL

O mérito principal da noção de campo intelectual é sua função mediadora: entre criação e espaço social, entre lógica interna e forças externas, entre subjetividade e constrangimentos objetivos. Ela permite analisar, entre outras coisas, a estrutura global de um estado do campo intelectual (por exemplo, a Viena estudada por Pollak¹⁹), a criação e a legitimação de uma nova posição no campo (veja o caso da “nova sociologia econômica” americana²⁰), as dis-

16. Carl E. Schorske, *Vienne fin de siècle: Politique et Culture*, [1980] 1983.

17. Joseph Ben-David, *Éléments d'une sociologie historique des sciences*, [1991] 1997.

18. Martin Kusch, *Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*, 1995.

19. Michael Pollak, *Vienne 1900*, [1984] 1992.

20. Bernard Convert e Johan Heilbron, “La Réinvention américaine de la sociologie économique”, 2005.

posições sociais (sensibilidade “feminina”, devaneio e meditação *versus* interesse pela ação e pelo sucesso temporal), relacionando-as, de forma mediada pela trajetória familiar e pela posição na fratria, à posição no espaço das classes ou frações das classes dominantes e às oposições no campo intelectual²¹.

A primeira tarefa de um estudo empírico é de identificar o espaço de possibilidades com o qual um agente deve contar. Uma trajetória sociologicamente construída difere das biografias ordinárias, que são relatos sem princípio e sem hipóteses. Não é nem o pertencimento nem a origem de classe que determina as orientações dos indivíduos, mas, primariamente, a sua posição no campo. No entanto, o acesso às diferentes posições e a manutenção delas não são aleatórios. São as disposições previamente adquiridas, por meio da socialização familiar e escolar, que permitem dar conta do que leva um agente em direção a uma região do campo e do que o desvia de outra região, as escolhas feitas em um momento dado podendo ser reformuladas, reconsideradas ou renegadas sob o efeito das transformações da conjuntura intelectual e das fases da trajetória. Há aqui, como em outros meios, tentativas, fracassos e bifurcações. Os trunfos que levam um indivíduo em direção a uma posição singular (poesia *versus* literatura regionalista, filosofia das ciências *versus* filosofia da religião, monografia *versus* abordagem global, empiria *versus* teoria) são em parte incorporados sob a forma de gostos e habilidades e em parte objetivados na forma de títulos acadêmicos ou de uma imagem pública (nome e reputação): o encontro entre esses trunfos e o espaço dos possíveis suscita ou desencoraja ambições, sugere oportunidades a explorar e desafios a assumir.

A conquista de uma posição é uma forma de acumulação de capital, mas não é inútil lembrar que o que entendemos por conquista não pode ser equiparado à estratégia coerente que poderia sugerir a reconstrução retrospectiva feita por um observador. O fundador do parnasianismo, Charles Leconte de Lisle, tinha iniciado sua poesia no romantismo. Tendo vegetado por vários anos, ele conseguiu se

21. Sobre o escritor Henri-Frédéric Amiel, ver: Luc Boltanski, “Pouvoir et impuissance: Projet intellectuel et sexualité dans le *Journal d'Amiel*”, 1975; sobre os escritores anatólios do Brasil, ver: Sergio Miceli, *Les Intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*, 1981.

GESTÕES DO CAPITAL POÉTICO

Longe do que sugere a oposição entre abordagens interna e externa, a singularidade dos traços associados a uma obra retira sua inteligibilidade da posição ocupada por um agente capaz de explorar as potencialidades do campo (recursos formais a utilizar e/ou a reciclar e alianças ou clivagens a afirmar) e de inventar fórmulas ou soluções inéditas.

No final do século XIX, a poesia era um meio congestionado, e os novos participantes, incitados a explorarem um gênero com uma audiência mais ampla. A análise dos romancistas franceses desse período¹ indica a existência de uma linha de clivagem indissociavelmente social e intelectual: o romance naturalista (Guy de Maupassant, Émile Zola etc.), que descreve, à moda de uma investigação científica, personagens ordinárias, quando não humildes, parece ser feito por escritores de origem relativamente baixa (filhos de empregados e pequenos comerciantes, nascidos fora da capital e pouco diplomados); já o romance “psicológico” (Maurice Barrès, Paul Bourget etc.), que busca evocar, de forma sutil e refinada, a interioridade delicada de personagens de nível, convém melhor aos escritores provenientes das classes superiores (filhos de diplomatas e acadêmicos, nascidos em Paris e detentores de títulos universitários, que se voltaram inicialmente à poesia). A invenção do romance psicológico permite satisfazer as altas aspirações aplicando um estilo nobre a um domínio até então ocupado pelo estilo rebaixado do naturalismo. O romance consegue, assim, obter uma legitimidade mais elevada e desenhar a fisionomia de um campo literário no qual a qualidade deixou de ser considerada incompatível com o sucesso comercial.

Guillaume Apollinaire representa, duas décadas mais tarde, uma ilustração da manutenção a todo custo do gênero poético que, por volta de 1900, estava em crise com o declínio do simbolismo². Diferentemente dos escritores “psicólogos”, demasiado burgueses para se arrisca-

1. Rémy Ponton, “Naissance du roman psychologique: Capital culturel, capital social et stratégie littéraire à la fin du XIX^e siècle”, 1975.
2. Anna Boschetti, *La Poésie partout: Apollinaire, homme-époque (1898-1918)*, 2001.

rem às convenções e ao grande público, ele toma partido da inovação. De origem burguesa, mas socialmente desclassificado, Apollinaire foi criado somente por sua mãe e por ela exposto, desde cedo, a meios, culturas e regiões diferentes. Ele era bom aluno, mas não concluiu os estudos, sendo excluído das profissões burguesas. Frequentou precocemente várias vanguardas e desenvolveu uma carreira literária, na qual, após um início prudente, marcado pela imitação de predecessores de prestígio, buscou introduzir diversas inovações. Ele deveu, então, contar com os concorrentes de sua geração, confrontados aos mesmos problemas: era preciso, antes de tudo, se diferenciar da *Nouvelle Revue Française* (NRF) e de seus romancistas e poetas (Paul Claudel e Paul Valéry). Apollinaire o fez da maneira mais controlada e sistemática e se distanciou, também, por um lado, dos futuristas, que por um tempo haviam sido seus aliados, mas que, considerados transgressores, terminam por se desqualificar, e, por outro lado, daqueles que pareciam próximos por suas aspirações e recursos (Blaise Cendrars, Jules Romains etc.). Apollinaire contava, em contrapartida, com seus amigos, pintores de vanguarda, entre os quais Pablo Picasso, cujo trabalho ele comenta e aos quais a sua imagem de inovador é associada. Ele se destacou por acumular gêneros diferentes (poesia, crítica e textos eróticos) e seu renome se beneficiou, entre outras coisas, do escândalo ligado às peripécias da sua vida privada. Como mostra a análise das propriedades formais de suas poesias, ele consegue combinar, com uma grande liberdade, modernidade e tradição, dissonância e harmonia, e provocação e seriedade. Assim, o ritmo e a composição exprimem uma fidelidade à tradição, que ele assimila sem servilismo, ao passo que outros traços, como a supressão da pontuação, a técnica da colagem emprestada dos pintores cubistas e a dos caligramas expressam uma sensação de “descontinuidade”. Sua coletânea *Alcools*, publicada em 1912, marca seu acesso ao estatuto de poeta da modernidade, de “homem-época” que condensa em sua pessoa todas as inovações e todas as direções possíveis (a “simultaneidade”, rótulo fluido que reivindicam diversos aspirantes a poetas): todas as posições devem, por um tempo, se definir em relação à sua. Detentor de um importante capital literário, Apollinaire está bem situado para executar uma subversão exitosa, uma “revolução simbólica” (como Baudelaire e Mallarmé) que transforma a estrutura do campo impondo novas maneiras de ver, classificar e avaliar.

impor como inovador menos por seus poemas do que pelo prefácio à coletânea *Poemas Antigos* (1852), espécie de manifesto no qual ele se diferenciava de seus antecessores envelhecidos, celebrando a impessoalidade, o rigor formal e a indiferença em relação à política. Como profeta, ele apresentou sua concepção de poesia como uma busca iniciática de salvação e conseguiu reunir no salão que dirigia um grupo de discípulos fervorosos que não demoraria a se lançar na conquista de posições sólidas (na Academia Francesa)²².

Jean-Paul Sartre, graduado pela Escola Normal Superior (ENS) e agregado²³ de filosofia, escapa da trajetória modal de um professor de filosofia graças a um desvio bem-sucedido pela literatura. Bem cedo, ele publica, pela editora Gallimard, um romance, *A Náusea* (1938), desafiando as convenções do psicologismo burguês e impondo, na literatura, questões filosóficas. Por meio de artigos de crítica literária e de filosofia introduzindo diferentes autores (William Faulkner e Edmund Husserl), ele inventa uma posição filosófico-literária bem como um novo código de avaliação dos produtos intelectuais que se beneficia precisamente da recepção de *O Ser e o Nada* (1943), obra que o consagra como filósofo. Ele domina, então, várias regiões do campo intelectual. Seu “engajamento”, no terreno político, pela Libertação da França completa seu *status* inédito de “intelectual total”²⁴.

Por fim, não se deve esquecer que a autonomia do campo, tendência imanente bem como norma, é apenas relativa. A análise relacional permite compreender não somente as posições comparadas umas com as outras, mas também as relações entre esse campo e o que o engloba, o campo do poder (ou das classes dominantes). Uma primeira questão é a das condições de vida e das fontes de renda: em qual medida um indivíduo é independente das demandas sociais que agem por meio da imprensa, editoras, circuitos comerciais

22. Rémy Ponton, “Programme esthétique et accumulation de capital symbolique: L’Exemple du Parnasse”, 1973.

23. Agregação é o concurso que certifica e recruta professores para o ensino secundário ou universitário na França. Agregado é aquele que teve sucesso nesse concurso e está habilitado a lecionar (N.T.).

24. Anna Boschetti, *Sartre et les temps modernes: Une Aventure intellectuelle*, 1987.

(teatro e cinema), mecenas ou patronos poderosos e instituições (partidos e Igrejas)? O conjunto das posições simultaneamente ocupadas por um mesmo agente em vários setores permite compreender o que uma escolha determinada em matéria intelectual deve aos pertencimentos extraintelectuais. E se certas atividades podem ser consideradas mais ou menos compatíveis com a criação, como o ensino²⁵, ou puramente como um “ganha-pão” (como Kafka assalariado em uma companhia de seguros), impondo constrangimentos mais perceptíveis²⁶.

A ideia de um campo intelectual relativamente autônomo não deve levar a subestimar a questão do acesso ao campo e das condições de sucesso ou de sobrevivência em seu interior. Na realidade, há barreiras à entrada que privilegiam os filhos da burguesia, os parisienses e os homens. Já o(a)s dominado(a)s devem ultrapassar um conjunto de obstáculos. O caso das mulheres escritoras é significativo, pois elas devem vencer o ceticismo do meio familiar de origem, a condescendência de um mundo literário sujeito a modelos de excelência masculinos e os entraves gerais à carreira (tarefas domésticas, filhos etc.) que recaem sobre elas, bem como sobre outras mulheres de outros grupos sociais e profissionais²⁷. Os trabalhos em sociologia da educação permitem mostrar as relações de dominação que pesam sobre as orientações em direção a disciplinas e especialidades²⁸ e que tendem também, no interior de determinado domínio, a fadar as mulheres a temas e/ou métodos compatíveis com modelos sociais adequados, desviando-as da teoria e da política e atribuindo a elas o íntimo, o sentimento, a família²⁹ e a observação minuciosa³⁰.

25. Nathalie Heinich, *Être écrivain*, 2000; Bernard Lahire, *La Condition littéraire: La Double vie des écrivains*, 2006.

26. Gisèle Sapiro e Cécile Rabot (orgs.), *Profession? Écrivain*, 2017.

27. Delphine Naudier, “Les Écrivaines et leurs arrangements avec les assignations sexuées”, 2010.

28. Sobre o caso das ciências humanas, ver: Gérard Mauger e Charles Soulié, “Le Recrutement des étudiants en lettres et sciences humaines et leurs objets de recherches”, 2001.

29. Christian de Montlibert, “L’Emprise de la féminisation sur le savoir sociologique”, 2001.

30. Hélène Charron, *Les Formes de l’illégitimité intellectuelle: Les Femmes dans les sciences sociales françaises, 1890-1940*, 2013.

AFINIDADES ESTRUTURAIS

Destacamos as notáveis homologias entre as posições objetivas (produção de vanguarda, produção voltada ao grande público etc.), as disposições subjetivas (heréticas, burguesas etc.) e as tomadas de posição, sejam elas de natureza estética, filosófica ou política. A essas homologias, é preciso acrescentar as que dizem respeito a múltiplos espaços, notadamente os dos editores, críticos e públicos. Na realidade, os intelectuais devem contar, na concepção e transmissão de suas produções, com várias espécies de grupos sociais, em particular com os que chamamos de intermediários, objeto de crescente interesse³¹. Uma função de aconselhamento personalizado dos leitores é assegurada, atualmente, pelos livreiros independentes e membros das bibliotecas públicas, mas de maneira bastante diferente: enquanto os primeiros organizam conferências e debates, afirmando sua *persona* e experiência singular por meio das preferências assumidas³², os segundos parecem destinados a uma relativa oblação, que se revela em suas apostas seguras (autores conhecidos, frequentemente consagrados por meio de prêmios)³³.

Os editores não se contentam em colocar em contato leitores e autores, eles fazem com que os autores existam enquanto tal: como Gallimard, que aconselhou Sartre quanto ao título do seu primeiro romance, *A Náusea*, e que, ao sugerir a eliminação de passagens consideradas eróticas ou realistas, favoreceu uma imagem metafísica do livro³⁴. O volume das vendas é evidentemente um indicador global para os editores, mas a rentabilidade não é o único critério, já que a estrutura do campo intelectual se une à do campo editorial por relações de homologia, com um polo comercial que se opõe a um polo de produção restrita que aposta no longo prazo³⁵.

31. Wenceslas Lizé, Delphine Naudier e Olivier Roueff, *Intermédiaires du travail artistique: À la Frontière de l'art et du commerce*, 2011.
32. Sophie Noël, "Le Petit commerce de l'indépendance: Construction matérielle et discursive de l'indépendance en librairie", 2018.
33. Cécile Rabot, "Le Rapport des bibliothécaires de lecture publique aux amateurs", 2012.
34. Anna Boschetti, *Sartre et les temps modernes: Une Aventure intellectuelle*, 1987.
35. Pierre Bourdieu, "Une Révolution conservatrice dans l'édition", 1999a.

No interior de uma mesma empresa, essa oposição é frequentemente reproduzida, com, de um lado, as coleções de romances de sucesso, registros da atualidade e biografias de grandes homens e, de outro lado, coleções de poesia, ensaios filosóficos e literatura de vanguarda.

À medida que as editoras crescem, elas são tomadas por uma lógica capitalista de expansão (absorção de pequenos editores e aquisição de direitos estrangeiros) e de rentabilidade (produção voltada ao grande público) que pode ser embaralhada, até certo ponto, pela conquista de autores seguros, dotados, ao mesmo tempo, de uma imagem de qualidade e de sólidas garantias de vendas futuras. O que acontece na caixa-preta das editoras pôde ser estudado por meio de práticas como a operação de pré-seleção feita por funcionários pouco visíveis que avaliam as chances de êxito de uma publicação. Quanto aos membros dos comitês editoriais das grandes editoras, cujo papel oficial é opinar sobre os manuscritos recebidos, eles leem apenas uma parte dos textos e tendem a ocupar uma função de caução coletiva às escolhas feitas pela direção. Os autores publicados são em geral já conhecidos e raramente descobertos graças a um envio postal³⁶.

O papel das mídias e dos críticos, central, mas frequentemente difícil de medir, contribui para a construção de uma imagem pública dos autores. Foi assim que a imprensa conservadora, periodicamente indignada com os intelectuais imorais (como Flaubert com *Madame Bovary*), se obcecou em fazer do casal Sarte-Beauvoir a encarnação de uma liberdade “existencialista”, feita de escolhas filosóficas, éticas, políticas e sexuais mais ou menos escandalosas. Quando Bourdieu morreu, quase todos os jornais o apresentaram como um agitador sectário e um acadêmico... superestimado. Ao contrário, o filósofo Michel Serres se beneficiou, nas mesmas circunstâncias, de elogios unânimes (“humanista”, “caloroso”, “encantador” etc.).

36. Anne Simonin e Pascal Fouché, “Comment on a refusé certains de mes livres: Contribution à une histoire sociale du littéraire”, 1999.

AS PALAVRAS E SUA PARTE IRREFLETIDA

A historicização dos objetos e das noções diz respeito, primeiramente, às palavras e às categorias utilizadas. A definição da filosofia variou, notadamente, com o modo de transmissão e o enquadramento institucional: em contraste com figuras anteriores³⁷, o filósofo universitário só se tornou historiador da filosofia no século XIX, na França e na Alemanha³⁸. O mesmo se aplica aos gêneros literários. A obra clássica de Ian Watt propõe uma análise de um novo gênero, que apareceu na Inglaterra no século XVIII, e de seus consumidores: o romance. Entre as transformações sociais e culturais que explicam tal inovação, uma das principais é a aparição, bem notada pelos editores dinâmicos, de um público de mulheres alfabetizadas no interior das classes médias, inclinadas a se interessarem pelas pessoas ordinárias, seus sentimentos e preocupações³⁹. O romance repudia o estilo dos gêneros nobres e picarescos em favor de uma narrativa “realista”, que descreve personagens singulares e tira partido dos recursos da dimensão temporal, destacando a experiência de vida e as transformações psicológicas⁴⁰.

As classificações acadêmicas ou semiacadêmicas, que assumem frequentemente a forma “ismo” (realismo, surrealismo, existencialismo etc.), são artefatos que cristalizam de forma relativamente plausível uma reunião conjuntural de autores, temas e palavras e que escondem, sob um conteúdo doutrinário mais ou menos coerente, as estratégias de novos participantes em busca de rupturas com os valores dominantes⁴¹. É o caso do estruturalismo e da *French theory*⁴²:

- 37. Sobre o filósofo da Antiguidade, ver: Pierre Vesperini, *La Philosophie antique*, 2019.
- 38. Ulrich Schneider, “L’Historicisation de l’enseignement de la philosophie dans les universités allemandes du XIX^e siècle”, 1995.
- 39. Sobre o problema do gosto, ver: Levin Schücking, *Soziologie der literarischen Geschmacksbildung*, Dalp-Taschenbücher, [1923] 1961.
- 40. Ian Watt, *The Rise of the Novel: Studies in Defoe, Richardson and Fielding*, 1964.
- 41. Anna Boschetti, *Ismes: Du Réalisme au postmodernisme*, 2014.
- 42. François Cusset, *French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze & cie et les mutations de la vie Intellectuelle aux États-Unis*, 2003.

esta permitiu que departamentos em via de marginalização (*French studies*) constituíssem, ao custo de uma agregação heterogênea de grandes nomes importados (Jean Baudrillard, Jacques Derrida, Michel Foucault etc.), uma alternativa intelectualmente, ou mesmo politicamente, subversiva à dominação universitária da filosofia analítica e das ciências humanas consideradas “científicas”, valendo-se dos recursos da legitimidade acadêmica (revistas, conferências etc.). A circulação desses produtos não se restringe ao outro lado do Atlântico: ela continua, do lado contrário, com a importação francesa de glosas de importadores americanos, como Judith Butler.

ALÉM DAS FRONTEIRAS

A historicização nunca é tão completa quanto quando se beneficia de uma abordagem comparativa, tanto diacrônica quanto sincrônica. Assim, é o modo de inserção nas classes superiores que torna os intelectuais franceses específicos quando comparados com os alemães. A oposição cultura/civilização, desenvolvida por pensadores do outro lado do Reno, constitui a fronteira que se estabelece entre os intelectuais e o público instruído⁴³. Na França, o Estado monárquico centralizado e a corte favoreceram as trocas entre ambos os lados; os “homens das letras”, tendo que levar em conta os gostos dos leitores instruídos, precisaram abster-se de formas de expressão tidas como “pedantes” e cultivar a bela linguagem, a medida e o bom senso. Na Alemanha, ao contrário, a ausência dessas condições e o aquartelamento dos intelectuais nas universidades favoreceram um outro modelo, fundado na seriedade e na recusa do mundano. Daí surge a clivagem entre os valores do gosto e elegância, próprios à “civilização”, e os valores da profundidade e sinceridade, próprios à “cultura”.

Essa análise exemplar propõe um eixo essencial para uma análise comparativa das relações entre o polo mundano e o polo erudito em diferentes configurações nacionais. Assim, a França do século XIX vê prosperar por um longo período escritores que estavam frequentemente ligados aos salões e, mais tarde, à imprensa e à política. Na Alemanha, os escritores ocupam uma posição mais

43. Norbert Elias, *La Civilisation des mœurs*, [1939] 1985.

periférica, e as figuras intelectuais mais reconhecidas são mantidas em um enquadramento institucional e corporativo que as destina, ao mesmo tempo, à erudição acadêmica e ao conformismo político. Conformismo este que se acentua em consequência, por um lado, de uma especialização crescente que se contrapõe aos ideais proclamados de formação total do homem (*Bildung*) e, por outro lado, do declínio econômico e estatutário⁴⁴. A Inglaterra apresenta outra configuração, decorrente da persistência do antigo modelo social e universitário do *gentleman*, que tende a favorecer uma socialização comum e a frequentação das elites aristocráticas e dos intelectuais dominantes⁴⁵. Nestes diferentes países, o desenvolvimento da universidade e de novas especialidades no final do século teve impactos sobre a definição das diferentes posições e sobre suas relações.

A própria ideia de comparação poderia sugerir que a maior parte das produções intelectuais deveriam ser avaliadas em escala nacional. Tudo vai nesse sentido: a língua, a escola, o mercado editorial e a construção do campo intelectual. Além disso, a nação aparece como o produto da contribuição dos intelectuais à legitimidade de um Estado que se deve, em parte, à homogeneidade da sua população. A ideia de unificação pela língua e cultura foi defendida pelo escritor e filósofo alemão Johann Gottfried von Herder, que reagiu, no final do século XVIII, ao universalismo imperialista dos autores franceses. Contra os salões e Paris, o “povo” era invocado em nome de valores de antiguidade e unicidade, vendo-se provido de uma literatura imemoral que, caso não existisse, podia ser inventada, como mostra o caso de Ossian, um suposto bardo escocês de tempos remotos, que se revelou ser apenas um jovem e obscuro escritor contemporâneo chamado Macpherson. Sua poesia entusiasmou a Europa romântica, que encontrou nela um modelo e uma alternativa à dominação cultural francesa e greco-latina. Cada nação europeia reivindicou seus poetas de épocas pregressas, suas lendas e seus heróis. Os tempos antigos foram exaltados por escritores seguindo o

44. Fritz K. Ringer, *The Decline of the German Mandarins*, 1969; Christophe Charle, *Les Intellectuels en Europe au XIX^e siècle: Essai d'histoire comparée*, 1996.

45. Christophe Charle, *op. cit.*, 1996, pp. 266-270.

modelo de Walter Scott, admirado na Europa de seu tempo pela invenção do gênero novo do romance histórico, que pretendia estabelecer a continuidade entre presente e passado⁴⁶. No caso de nações mais recentes, como o Brasil, um trabalho simbólico importante foi necessário para transformar o negativo (dominação cultural da Europa, mestiçagem etc.) em positivo (o Brasil como a “terra do futuro”, nas palavras de Stefan Zweig)⁴⁷.

A mitologia nacional se baseia em uma ilusão de campos como unidades fechadas e separadas. Contudo, por um lado, há correntes de circulação atestadas pela cultura cosmopolita de muitos intelectuais, viagens ao exterior e traduções⁴⁸, e, por outro lado, esses campos se inscrevem em um espaço internacional que, longe de ser homogêneo, é, ele mesmo, estruturado por relações de forças⁴⁹. As línguas e literaturas não têm o mesmo peso, sendo dominantes as que se beneficiam de traduções e de modelos que obtêm reconhecimento no exterior. Paris foi, assim, a capital da República das Letras, espécie de “meridiano de Greenwich”⁵⁰ que incitava os escritores do mundo inteiro a permanecerem por ali, confrontarem-se com uma produção de referência e, finalmente, obterem o reconhecimento por parte de juízes tidos como os mais abertos e audaciosos: podemos citar nomes tão diferentes quanto os de Johan August Strindberg, James Joyce ou Samuel Beckett. O espaço internacional das traduções aporta uma ilustração dessas relações de poder: os países dominantes são os menos inclinados a traduzir, ao passo que o balanço das traduções se inverte nos países dominados⁵¹. Convém acrescentar que a identidade pública dos autores varia, como mostra

46. Anne-Marie Thiesse, *La Création des identités nationales*, 1999.

47. Afranio Garcia, “Les Intellectuels et la conscience nationale au Brésil”, 1993.

48. Gisèle Sapiro, *Translatio: Le Marché de la traduction en France à l’heure de la mondialisation*, 2008.

49. Pierre Bourdieu, “Les Conditions sociales de la circulation internationale des idées”, 2002.

50. Pascale Casanova, *La République mondiale des lettres*, 1999.

51. Johan Heilbron e Gisèle Sapiro, “La Traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux”, em Gisèle Sapiro (org.). *Translatio: Le Marché de la traduction en France à l’heure de la mondialisation*, 2008.

o caso dos filósofos franceses “pós-estruturalistas”, se forem vistos a partir de Paris ou das universidades americanas⁵².

O Que é Uma Leitura Sociológica?

Insistimos nas determinações estruturais das “escolhas” feitas pelos agentes. Porém, qual diríamos ser o aporte da sociologia para a compreensão dos textos? Uma leitura sociologicamente pertinente objetiva discernir, no interior dos textos, os gestos, em parte inconscientes, realizados em uma determinada conjuntura, as “astúcias” que serão percebidas e apreciadas, de maneira mais ou menos clara, pelos contemporâneos, destinatários reais ou almejados, e pelos pares, alguns aliados, outros adversários. Se não falamos simplesmente “para” nos distinguir dos outros, tampouco falamos sozinhos, e o próprio fato de nos exprimirmos publicamente têm chances de provocar efeitos de imputação e marcação. A visão intelectualista, que considera o texto como acabado, fechado e disponível para a decodificação, precisa ser substituída por uma abordagem que se prenda, tanto quanto possível, à reconstrução de seu princípio gerador (*modus operandi*), um conjunto de esquemas intelectuais e estilísticos. A leitura sociológica não deve escolher entre o estudo objetivo da posição de um autor no campo intelectual e o estudo subjetivo de um indivíduo singular, entre os constrangimentos externos e as pulsões expressivas. Mas, inegavelmente, o foco pode variar entre os momentos objetivo e subjetivo, primeiramente em função das questões colocadas e, em seguida, segundo a natureza e a extensão dos materiais disponíveis. Podemos nos interessar tanto pelas trajetórias individuais ou coletivas, quanto pela constituição de uma questão, domínio ou teoria.

Um dos princípios de uma leitura sociológica dos textos é que a distância entre eles reflete as diferenças entre as posições objetivas, as disposições sociais e intelectuais e as condições de elocução. Vamos isso de forma quase experimental em um exercício proposto

52. Sobre Derrida, ver: Michèle Lamont, “How to Become a Dominant French Philosopher: The Case of Jacques Derrida”, 1987.

CONFLITOS DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

A análise sociológica dos discursos progride por meio da confrontação dos modelos teóricos e das hipóteses utilizadas. Amplamente cumulativa, ela não escapa aos debates, aos desacordos e, às vezes, às polêmicas. Dois exemplos:

O primeiro trata da sociologia da literatura. A disputa diz respeito tanto a pontos metodológicos quanto à significação sociologicamente trabalhada da obra kafkiana. Em seu livro sobre Kafka, Bernard Lahire¹ questiona os trabalhos de Bourdieu sobre Flaubert ou Heidegger, de Boschetti sobre Apollinaire e de Casanova sobre vários escritores. Ele os critica principalmente por conceberem os textos como estratégias de distinção no campo em questão e, conseqüentemente, por negligenciarem a formação dos *habitus* em um determinado meio familiar. O que está oculto, segundo ele, é a dimensão “existencial” que permite aos autores exprimirem, para além das tomadas de posição no interior do campo, conflitos íntimos e aspirações profundas. Assim, o antagonismo de Kafka com seu pai deve ser visto como decisivo no processo de criação do romance: as experiências originais importam mais do que o pertencimento ao universo literário. Longe de se restringir a esse ponto, que julga fundamental, em seu livro, Lahire se interessa também pelo trabalho de escrita marcado por um “estilo ascético”, por relatos curtos e pela “literalização”, que consiste na figuração concreta de expressões correntes etc.

Em seu livro consagrado ao mesmo escritor, Pascale Casanova² considera que seu oponente retorna à abordagem biográfica tradicional. Ela busca mostrar que Kafka deve ser situado no interior de diversos espaços: como tcheco, autor de língua alemã e judeu. Em uma posição dominada em universos de referência prestigiosos (a começar por Viena), ele é levado, sem cálculo deliberado, a contestar o esteticismo vienense dominante, encarnado por Arthur Schnitzler. Sua relação com seu pai é, na realidade, politicamente sobredeterminada; o que ele rejeita em seu pai é o conformismo ético, político e religioso de judeu assimilado. Ele se encontra, assim, atraído por figuras progressistas do teatro ídiche, em luta contra a assimilação. O problema crucial da

1. Bernard Lahire, *Franz Kafka: Éléments pour une théorie de la création littéraire*, 2010.
2. Pascale Casanova, *Kafka en colère*, 2011.

dominação é exemplificado em suas narrativas pelo drama da culpa difusa face a um tribunal enigmático. É a relação com o mundo social feita de tormentos e revoltas que determina suas escolhas estilísticas: ao questionamento político das crenças e evidências corresponde uma forma literária que suspende as expectativas do leitor, eludindo a atribuição do narrador a uma posição transparente e gerando confusão em relação ao ponto a partir do qual as coisas são vistas.

É sobretudo o lugar acordado ao estudo em termos de campo que parece melhor resumir a disputa entre os dois autores.

O segundo exemplo, no caso sem uma crítica mútua, diz respeito à história da sociologia. Devendo descrever o estado da disciplina no pós-guerra, marcado pelo refluxo do durkheimianismo e pelo desenvolvimento de trabalhos empíricos (o Centre National de la Recherche Scientifique em oposição à Sorbonne), Jean-Michel Chapoulie e Johan Heilbron oferecem visões opostas. Chapoulie apresenta uma ciência finalmente livre dos entraves da especulação teórica: ele dota os sociólogos de competências técnicas e de um programa de trabalho voltado ao trabalho de campo e à observação³. Heilbron se afasta dessa narrativa. O estudo das propriedades sociais e escolares dos indivíduos em questão e das modalidades de acesso à carreira de sociólogo sugere, sobretudo, a fraqueza de seu capital, pouco evocada pelo outro estudo, e faz aparecer, então, tanto suas investigações (de campo *versus* teoria) quanto sua epistemologia como uma forma de fazer da necessidade virtude e, finalmente, como uma regressão em relação às ambições durkheimianas⁴.

Podemos pensar que aqui a diferença das abordagens se refere sobretudo ao lugar que deve ser dado à autorrepresentação dos indivíduos em questão.

3. Jean-Michel Chapoulie, “La Seconde fondation de la sociologie française, les États-Unis et la classe ouvrière”, 1991.

4. Johan Heilbron, “Pionniers par défaut? Les Débuts de la recherche au Centre d’Études Sociologiques (1946-1960)”, 1991.

por um semanário a um autor conhecido, convidado a comentar uma obra de arte de sua escolha: os textos desses autores diferem em função do capital detido (escritor, historiador da arte, jornalista etc.), não somente por meio das obras escolhidas (*Quattrocento*, pintura abstrata etc.), mais ou menos legítimas, prestigiosas e raras, mas sobretudo pela maneira de falar delas (subjéctiva, impessoal, erudita etc.) e pelas categorias de percepção e avaliação utilizadas (alegria/tristeza, rigor formal/transgressão dos códigos etc.)⁵³.

PRÉ-REQUISITOS: DESCONSTRUIR OS PRINCÍPIOS DE VISÃO E DE DIVISÃO

Um preparativo ao mesmo tempo histórico e crítico à análise dos textos é o estudo da recepção de um autor ou obra, uma espécie de genealogia da imagem pública de um autor. Não podemos abordar a leitura do “filósofo e poeta” Lucrécio sem desconstruir a mitologia contemporânea de um pensador epicurista rebelde que anunciava o Iluminismo, sendo amaldiçoado pelo Ocidente cristão⁵⁴. O mesmo vale para Nietzsche. Considerado por muito tempo como um poeta, moralista ou profeta, não era garantido na França, antes dos anos 1960, que ele fosse lido como um verdadeiro filósofo: antes de Gilles Deleuze, nenhum filósofo tinha a autoridade ou o interesse por uma leitura desse tipo. Após 1968, aproximado de Marx e de Sigmund Freud, a despeito do aristocratismo que proclamava, ele se tornou até mesmo uma figura radical da “dissidência” e da “diferença”⁵⁵. Os primeiros leitores de um autor merecem particularmente ser estudados para resistir à leitura teleológica do passado. Retrospectivamente considerados como *naïfs*, os leitores de Marx na França dos anos 1880-1910 foram alvo de uma dupla exclusão, política e intelectual. Para existir, eles tiveram de inventar, contrapondo-se ao mesmo tempo aos autodidatas isolados e aos universitários, a fórmula do intelectual do partido, que se baseava

53. Louis Pinto, “L’Émoi, le mot, le moi: Le Discours sur l’art dans le ‘musée égoïste’ du *Nouvel Observateur*”, 1991a.

54. Pierre Vesperini, *Lucrèce*, 2018.

55. Louis Pinto, *Les Neveux de Zarathoustra: La Réception de Nietzsche en France*, 1995.

na “ciência” e que, com os meios a seu alcance, extraía material de versões esquemáticas e já envelhecidas de doutrinas como o materialismo ou o evolucionismo⁵⁶. Em contraste, o “marxismo ocidental” aparece nos anos 1920 como uma criação de profissionais da filosofia preocupados sobretudo em escapar do economicismo⁵⁷.

As variações no espaço são também fortemente instrutivas. A recepção francesa da “teoria da justiça” de John Rawls permitiu analisar, entre outras coisas, o processo por meio do qual uma teoria inscrita no quadro estadunidense da filosofia analítica e destinada a leitores filósofos foi submetida a leituras que se conformavam às matrizes políticas dominantes. Rawls foi sucessivamente apropriado em uma série de espaços: as margens do sistema acadêmico, revistas intelectuais “antitotalitárias” e de “segunda esquerda” e, em último lugar, filósofos universitários que o integraram na lista de autores canônicos da agregação. A análise da recepção das teorias da justiça requer a conjunção do estudo da lógica específica de diferentes campos, em um momento dado, com a adoção de um fio condutor implícito, o das afinidades de *habitus* cristãos aos quais o registro teórico da filosofia política “pura” pôde fornecer uma forma de eufemização⁵⁸.

Para compreender as variações conjunturais, a análise do trajeto dos valores intelectuais deve ter como objeto o espaço global das lutas de classificação e hierarquização. Os “retornos a” ensinam tanto, e às vezes até mais, sobre aqueles que os promovem quanto sobre o autor em questão. Alexis de Toqueville, esquecido por muito tempo, passou a ser visto como um pai fundador da sociologia. No período da Guerra Fria, ele permitiu que se propusesse uma alternativa liberal à Marx nos Estados Unidos e na França: foi o caso também de um pensador como Raymond Aron e dos colaboradores da revista liberal e anticomunista *Preuves*. Não é por acaso que, no período pós-1968, o retorno a Tocqueville tenha sido conduzido por figuras

56. Marie Ymonet, “Les Héritiers du capital: L’Invention du marxisme en France au lendemain de la Commune”, 1984.

57. Perry Anderson, *Sur le marxisme occidental*, [1976] 1977.

58. Mathieu Hauchecorne, *La Gauche américaine en France: La Réception de John Rawls et des théories de la justice*, 2019.

do pensamento “antitotalitário”, como François Furet ou Claude Lefort. Em um cenário de contestação dos “grandes modelos [ou narrativas]” oferecidos pelas ciências humanas e de ascensão da filosofia política, esse autor ganhou seus títulos de nobreza acadêmica como sociólogo, embora sirva muito menos à pesquisa que ao ensino⁵⁹. Gabriel Tarde e Georg Simmel foram lidos, desde os anos 1990, essencialmente como pensadores do indivíduo, em oposição às sociologias “holistas” e “deterministas”⁶⁰. Ao contrário, podem existir freios ao reconhecimento de uma figura do passado: no caso de Apollinaire, a imagem do poeta foi alvo do trabalho de enfraquecimento bem-sucedido e durador por parte dos surrealistas, que se esforçaram para minimizar a sua originalidade, mesmo que bebessem fortemente de seu legado⁶¹.

AS ESTRATÉGIAS DE CLASSIFICAÇÃO

As lutas intelectuais são, em parte, lutas de classificação que, por meio de esquemas flexíveis e transponíveis, permitem tratar uma pluralidade de problemas em domínios diversos. Um mesmo gesto impõe novas problemáticas e novas linhas de clivagem em um determinado domínio, bem como, de forma mais ou menos eufemizada, meios para pensar o mundo social. Os conceitos também são estratégias. Por exemplo, os pares de oposição parcialmente redundantes empregados na filosofia bergsoniana (espaço/tempo, quantidade/qualidade, inteligência/intuição etc.) são tanto um meio de agir contra a supremacia das teorias “científicas” e do racionalismo kantiano, então dominante na universidade, quanto um meio para pensar o mundo social opondo a “sociedade aberta” dos criadores, profetas e sábios à “sociedade fechada” das pessoas comuns, terreno cedido à sociologia (de Durkheim)⁶².

59. Claire Le Strat e Willy Pelletier, *La Canonisation libérale de Tocqueville*, 2005.

60. Louis Pinto (org.). *Le Commerce des idées philosophiques*, 2009b.

61. Anna Boschetti, *La Poésie partout: Apollinaire, homme-époque (1898-1918)*, 2001.

62. Louis Pinto, *Sociologie et philosophie: libres échanges. Bourdieu, Derrida, Durkheim, Foucault, Sartre...*, 2014.

As classificações intelectuais permitem fazer demarcações de todas as ordens, político-ideológicas e também institucionais ou simplesmente profissionais e/ou disciplinares⁶³. A fronteira com a psicologia foi, desde o século XIX, um problema teórico central para os filósofos, e não apenas uma questão universitária. O mesmo ocorreu com Durkheim, mas por razões diferentes: a autonomia reivindicada pela sociologia dependia, inicialmente, da forma de pensar suas relações com a filosofia bem como com a psicologia⁶⁴. Quanto à psicologia, a posição de Durkheim pôde parecer, sobretudo no entre-guerras, demasiado rígida, mesmo para certos de seus discípulos que diziam conceber a sociologia como uma “psicologia coletiva”. Isso se deve, em parte, à mudança das relações de força em favor da psicologia. Marcel Mauss se consagrou a temas como o corpo e a emoção, e Maurice Halbwachs à emoção e à memória. Halbwachs quis promover a psicologia defendendo ser impossível distinguir realmente o social do individual na explicação do suicídio; contrapôs-se, assim, a Durkheim, que se esforçou para distinguir cada disciplina... para evitar justamente toda acusação de imperialismo [disciplinar]⁶⁵.

Aqueles que pretendem criar uma nova posição se confrontam ao espaço dos possíveis, com um horizonte intelectual delimitado por um estado dos problemas e soluções. Os filósofos marxistas, para existirem como tal, tiveram que, ao mesmo tempo, impor Marx no universo das opções teóricas legítimas e determinar o conteúdo da “filosofia marxista” por meio de pontos privilegiados, como a relação com Hegel ou a difícil definição do “materialismo dialético”. Os poetas surrealistas precisaram criar uma nova posição, distinta da de Apollinaire e do movimento dadaísta, explorando tanto a teoria freudiana das associações livres quanto os temas do sonho e do imaginário tirados, em parte, do patrimônio literário clássico.

Fator de inovação intelectual, a subversão das classificações anteriores favorece a aparição de objetos inéditos. No nascimento da sociologia, pode-se distinguir um período pré-disciplinar e um

63. Andrew Abbott, *The System of Professions: An Essay on the Division of the Expert Labor*, 1988.

64. Massimo Borlandi, “Durkheim et la psychologie”, em Raymond Boudon (org.), *Durkheim fut-il Durkheimien?*, 2011.

65. Louis Pinto, *op. cit.*, 2014.

período disciplinar⁶⁶. No primeiro, a sociedade fora pensada por autores que aplicavam os esquemas conceituais, respectivamente, da teoria política, da economia política e da escrita moralista. O quadro institucional era aquele das academias, dominado por “filósofos” que se baseavam em noções universalistas (razão, natureza etc.): tratava-se antes de uma teoria social secularizada (em relação à dominação anterior da Igreja) do que de uma ciência. Ao longo dos anos 1770 e depois durante a Revolução Francesa, para que a sociedade se tornasse um objeto do conhecimento científico, duas coisas foram necessárias: por um lado, uma demanda política por saberes aplicados em matéria de gestão da população (vide o casal Turgot-Condorcet) e, por outro lado, a aplicação a um novo domínio de modelos provenientes das ciências mais avançadas, a matemática e a fisiologia. O período revolucionário provocou profundas transformações institucionais e ideológicas, propícias a uma clivagem inédita e durável entre as letras e as ciências⁶⁷. A constituição da sociologia como ciência se deveu ao estabelecimento de um regime propriamente disciplinar, em ruptura com aquele dos “filósofos”, cuja expressão sistemática foi a epistemologia histórica e diferencial de Augusto Comte. O papel de Comte consistiu menos em aportes positivos do que na delimitação de um lugar específico para uma disciplina ainda por nascer, mas concebida imediatamente como irredutível às mais antigas e dotada de uma cientificidade virtualmente equivalente⁶⁸.

Finalmente, não se deve negligenciar a parte irrefletida, de saberes tácitos que escapam aos leitores atuais e que o texto, por si só, não permite ver de imediato. É aquilo que, para falar dos saberes de uma época, Foucault designava como *épistémè* de uma época⁶⁹ e buscava reconstruir a partir de textos frequentemente menores. O irrefletido pode ser detectado, em particular, por meio do inconsciente escolar (de uma disciplina ou instituição) que marca as

66. Johan Heilbron, *Naissance de la sociologie*, 2006.

67. Wolf Lepenies, *Les Trois cultures: Entre science et littérature, l'avènement de la sociologie*, [1985] 1990.

68. Johan Heilbron, *op. cit.*, 2006.

69. Michel Foucault, *Les Mots et les choses: Une Archéologie des sciences humaines*, 1966.

SOCIOLOGIA DA FILOSOFIA

A sociologia dos intelectuais pode ser caracterizada em função das especialidades. E quanto à filosofia, que pretende alcançar proposições verdadeiras e trans-históricas, e que a sociologia expõe a um relativismo, ao menos metodológico?

Dois modelos prevalecem nesta área¹. O de Randall Collins² é um cruzamento da sociologia das ciências de Robert Merton, do interacionismo e das análises de redes. O eixo central é a questão da “criatividade” filosófica, abordada com considerável erudição e por meio de afrescos impressionantes (Ocidente, Índia, China, Japão etc.). Com base em comparações entre lugares e períodos, trata-se de dar conta das condições de produtividade das escolas e grupos e de sua reprodução e concorrência: daí o interesse pela questão dos níveis ótimos de número e tamanho, que parece um tanto excludente de outros pontos de vista.

Propondo outro modelo, Bourdieu³ esboçou uma teoria do campo filosófico que prolonga análises conceituais (sobre o campo e as disciplinas) e empíricas, incluindo aquela consagrada à “ontologia política de Martin Heidegger”⁴. Seu objetivo é, por um lado, compreender as propriedades da trajetória social e intelectual que permitem explicar as escolhas efetuadas e, por outro lado, descrever de que forma trabalha um profissional da filosofia. Para tanto, ele precisa identificar as relações de homologia entre as tomadas de posição propriamente filosóficas e as tomadas de posição ideológico-políticas. Nessa perspectiva, o livro *O Ser e o Tempo* pode ser considerado, em parte, como uma formação filosófica da ideologia “revolucionária conservadora” dos anos 1920, o que permite compreender as teses que dizem respeito ao “nós”, à recusa de “assistência” e ao “ser-para-a-morte”. Mas, como profissional da filosofia, Heidegger deve criticar, em seu próprio terreno, as opções teóricas então dominantes, em particular o neokantianismo, revertendo, em benefício da sensibilidade e da imaginação, a prioridade dada ao entendimento. Igualmente, para recusar as ideias racionalistas e uni-

1. Carl-Göran Heidegren e Henrik Lundberg, “Towards a Sociology of Philosophy”, 2010.
2. Randall Collins, *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*, 1998.
3. Pierre Bourdieu, “Sur le fonctionnement du champ intellectuel”, 1999b.
4. Pierre Bourdieu, *L'Ontologie politique de Martin Heidegger*, 1988.

versalistas (do francês Descartes), ele teve que se confrontar às ciências sociais (Dilthey) e ao relativismo histórico (Spengler), e propor uma forma radical para superá-los, dita “ontológica”, por meio das noções de “facticidade”, “historicidade” e “ser-com” (ou “comunidade”).

A sociologia da filosofia se desenvolve entre dois polos. O primeiro é constituído dos estudos de trajetórias. O caso de Sartre ilustra particularmente bem o ajuste das disposições sociais às expectativas do campo intelectual: os filósofos puderam reconhecer em sua obra todos os sinais de excelência acadêmica, bem como uma concepção da liberdade em ressonância com seus valores morais e intelectuais⁵. Outro exemplo é o de Foucault, também um “herdeiro”, favorecido, desde o início, por condições ótimas para êxito intelectual: como compreender seus anos de aprendizagem e suas tentativas e erros junto à psicologia, antes de sua tese inovadora sobre a história da loucura?⁶ As disposições sociais e intelectuais de Sartre e Foucault foram consideradas nestes trabalhos, e as de Bourdieu, Derrida, Foucault e Lévinas foram igualmente estudadas⁷. O estudo consagrado ao filósofo americano Richard Rorty busca explicar sua ruptura com a filosofia analítica e sua conversão ao pragmatismo e à “filosofia continental”⁸. Querendo ultrapassar Collins e Bourdieu, que teriam acentuado demasiadamente a pesquisa de “status” no campo, o autor se propõe a explicar uma conversão dificilmente explicável por fatores objetivos, utilizando a noção um pouco fluida de imagem de si (*self concept*), correndo o risco de voltar ao “projeto original” sartriano e romper com a metodologia de objetivação sociológica. Finalmente, outros trabalhos versaram sobre as estratégias de carreira dos jovens filósofos⁹ ou de reconversão de seus títulos para uma disciplina como a psicanálise¹⁰.

5. Anna Boschetti, *Sartre et les temps modernes: Une Aventure intellectuelle*, 1987.
6. José Luis Moreno Pestaña, *En Devenant Foucault: Sociogenèse d'un grand philosophe*, 2006.
7. Louis Pinto, *La Religion intellectuelle: Emmanuel Lévinas, Hermann Cohen, Jules Lachelier*, 2010; *Sociologie et philosophie: libres échanges. Bourdieu, Derrida, Durkheim, Foucault, Sartre...*, 2014.
8. Neil Gross, *Richard Rorty: The Making of an American Philosopher*, 2008.
9. Charles Soulié, “Apprentis philosophes et apprentis sociologues”, 1995b.
10. Gaspar Fontbonne, “Malaise dans la philosophie? Les Philosophes devenus psychanalystes en France dans les années 1970”, 2019.

O outro polo é o de uma análise das estruturas institucionais e mentais. Trabalhos foram dedicados à institucionalização do ensino da filosofia¹¹, à estrutura do campo e aos princípios de divisão internos, de ordem teórica ou pedagógica¹². Outros tomam como objeto os debates ao redor de uma questão como a do “psicologismo”, que mobilizou a maior parte dos filósofos alemães nos anos 1890-1910¹³. O inconsciente acadêmico dos filósofos, analisado por Durkheim¹⁴ em um artigo sobre a agregação de filosofia, pode ser estudado por meio de esquemas de pensamento imanentes ao exercício da dissertação, às proezas de virtuosos¹⁵ e às hierarquias intelectuais reveladas por meio do estudo das escolhas de autores efetuadas pelos estudantes para suas antigas dissertações de mestrado¹⁶. A relação dos filósofos franceses com a sociologia também aparece como um momento de verdade¹⁷.

11. Jean-Louis Fabiani, *Les Philosophes de la république*, 1988.
12. Louis Pinto, *La Vocation et le métier de philosophe: Pour une sociologie de la philosophie dans la France contemporaine*, 2007.
13. Martin Kusch, *Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*, 1995.
14. Émile Durkheim, “L’Enseignement philosophique et l’agrégation de philosophie”, [1895] 1975.
15. Louis Pinto, *op. cit.*, 2007; Charles Soulié, “La Pédagogie charismatique de Gilles Deleuze à Vincennes”, 2017.
16. Charles Soulié, “Anatomie du goût philosophique”, 1995a.
17. Louis Pinto, *La Théorie souveraine: Les Philosophes français et la sociologie au XX^e siècle*, 2009a.

mentes, inclusive originais, por meio de formas de expressão, exposição e argumentação⁷⁰, bem como por meio de uma *doxa* cultural produzida por redes de sociabilidade e de grupos mais ou menos informais.

SOCIOANÁLISE

A leitura sociológica dos textos permite, finalmente, que se percebam e desnaturalizem os efeitos de despersonalização ou despolitização inscritos no trabalho de formatação acadêmica, sem,

70. Émile Durkheim, *L’Évolution pédagogique en France*, 1938.

Por fim, podemos considerar que a recepção de autores importados¹⁸ e a edição de livros filosóficos¹⁹ devem ser levados em conta pela leitura sociológica dos autores.

Seria injusto e prejudicial omitir alguns trabalhos históricos de filósofos ou historiadores. Alguns estudam as (re)definições da categoria de filósofo, frequentemente percebida como uma essencial atemporal²⁰. Outros autores se esforçam para ir o mais longe possível no estabelecimento de correlações entre trajetórias intelectuais, escolhas teóricas e orientações políticas: é o caso do estudo das concepções divergentes da lógica propostas, nos anos 1930, por três filósofos de língua alemã, Rudolf Carnap, Ernst Cassirer e Martin Heidegger²¹ ou das orientações filosóficas e políticas de Friedrich Nietzsche²².

18. Louis Pinto (org.), *Le Commerce des idées philosophiques*, 2009b; Romain Pudal, “Enjeux et usages du pragmatisme en France (1880-1920): Approche sociologique et historique d’une acculturation philosophique”, 2011.
19. Olivier Godechot, “Le Marché du livre philosophique”, 1999.
20. Pierre, Vesperini, *La Philosophie antique*, 2019.
21. Michael Friedman, *A Parting of the Ways: Carnap, Cassirer and Heidegger*, 2000.
22. Domenico Losurdo, *Nietzsche, le rebelle aristocratique: Biographie intellectuelle et bilan critique*, [2002] 2016.

entretanto, fazer de um autor um simples portador de uma ideologia de classe. Apoiando-se em textos de autoanálise de Freud, Carl Schorske mostrou como a psicanálise transpôs para a *psyché* individual um conflito com o pai de dimensões sociais e culturais. O que será pensado como “complexo de Édipo” remete ao confronto de um filho, portador de aspirações contestatórias, com um pai da geração liberal, levado ao conformismo. Como mostra o material onírico, a relação com o pai ocorre no contexto do desejo de uma viagem a Roma, longamente adiada, no qual se revela a ambivalência de Freud em relação a essa cidade: por um lado, a Roma antiga atraía o homem culto e médico respeitado e, por outro lado,

a Roma católica despertava a inquietude de um judeu face às forças autoritárias e obscurantistas às quais a figura, considerada rebelde, de Aníbal ofereceria um contramodelo⁷¹. Consequentemente, a primeira Roma prevaleceu sobre a segunda graças à autoanálise, a viagem se tornou possível e, sobretudo, a política desapareceu em proveito da revolução freudiana que foi a psicologia profunda. Criatividade intelectual e trabalho sobre si se encontram aqui estreitamente unidos. Essa abordagem histórica constitui uma tentativa exemplar de detectar um campo de forças sociopolíticas no coração da interioridade: o social está na “subjetividade” e na ciência. Nessa mesma perspectiva, o estudo das primeiras escolhas políticas, no caso bastante conservadoras, de autores como o escritor Jorge Luis Borges⁷² ou o antropólogo Louis Dumond⁷³ permite compreender melhor as suas disposições sociais, sua trajetória posterior e seus textos de maturidade.

71. Carl Emil Schorske, *Vienne fin de siècle: Politique et culture*, [1980] 1983.

72. Sergio Miceli, “Jorge Luis Borges: Histoire d’un écrivain-né”, 2007.

73. Roland Lardinois, “Louis Dumont et la science indigène”, 1995.

4. O INTELLECTUAL COMO FIGURA PÚBLICA: UMA CONQUISTA FRÁGIL

Abordaremos *in fine* o que poderia constituir o preparativo do estudo: a invenção, no final do século XIX, do intelectual como figura social. Por que determinados indivíduos foram levados, em situação de crise, a exibir uma qualidade geral e assumir uma presença pública? O termo *intelectual* não se restringiu à França, ele se impôs em diferentes partes do mundo e assumiu significados diversos. Tornando-se um título de qualificação ou até mesmo de nobreza (ou de infâmia), ele tendeu, desde o último terço do século XX, a funcionar como um rótulo cuja aquisição pode ser cobiçada e alvo de lutas intensas, frequentemente dotadas de uma forte visibilidade (graças aos “intelectuais midiáticos”). Esboça-se, assim, uma forma nova de economia simbólica, que podemos tentar explicar, atualmente, em função de suas consequências sobre a definição do intelectual.

Se o intelectual, entendido como produto da autonomização de um campo científico específico, resulta de um trabalho de construção sociológica, resta indagar acerca das condições históricas de aparição do nome e da noção de intelectual no espaço público, que tem certamente a ver com a autonomização, mas não se reduz a ela. Evidentemente nos remetemos à França e a um espaço nacional dotado de propriedades específicas¹.

O CASO DREYFUS

Associamos, geralmente, a nova figura do intelectual ao “Manifesto dos Intelectuais”, publicado em 1898 em defesa do capitão Alfred Dreyfus, acusado injustamente de traição pela justiça. O “Caso Dreyfus”, que desencadeia paixões, reflete uma clivagem profunda ao redor de princípios contrários, expressos notadamente sob a forma de petições. Aos que reclamam justiça em nome de valores universalistas (ausência de preconceitos, uso de provas etc.) e demandam a revisão do processo, opõem-se os defensores a todo custo do Exército, que realçam a origem judia do “traidor”. É a razão pela qual analisar a constituição de cada um dos campos e argumentos mencionados aparece como um meio privilegiado para compreender os modos de mobilização ao redor dos quais transcorrem as lutas pela definição legítima dos assuntos públicos, da nação e de seus valores. As regularidades observadas refletem os determinantes sociais das tomadas de posição. *Grosso modo*, podemos dizer que encontramos, de um lado, principalmente os escritores burgueses e voltados ao grande público e acadêmicos de disciplinas humanistas tradicionais e, de outro lado, principalmente escritores ligados às vanguardas e acadêmicos de novas disciplinas. A instituição universitária se caracteriza, então, por uma redefinição de suas funções sociais e culturais: a “nova Sorbonne”, sustentada pelos republicanos, se opõe à cultura mundana dos lite-

1. Christophe Charle, *Naissance des intellectuels*, 1990; Jean-François Sirinelli, *Intellectuels et passions françaises: Manifestes et pétitions au XX^e siècle*, 1990; Christophe Prochasson, *Les Années électriques: 1880-1910*, 1991.

ratos e tenta promover um modelo racional de ensino, tendo como referências a ciência e a pesquisa. O conformismo social e cultural tende a ser contestado pelos representantes de novas especialidades ou disciplinas (psicologia, sociologia e geografia) ou parcialmente renovadas (filosofia), cuja carreira universitária se baseia na inovação e que, sendo às vezes de origem judia ou protestante e/ou provenientes da pequena burguesia, encontram nos valores progressistas uma legitimação da inclinação ascendente de sua trajetória². De forma geral, podemos mostrar que as oposições propriamente ideológicas e políticas têm afinidades com as oposições relativas à definição da cultura e ao papel dos produtores culturais³.

Como conceber uma história estrutural que permita passar de uma análise das relações entre grupos sociais à compreensão dessa conjuntura singular que foi a do Caso Dreyfus? É útil recorrer a múltiplos focos⁴. O primeiro diz respeito às transformações do espaço das classes dirigentes no contexto das últimas décadas do século XIX, marcado pela instalação progressiva do regime republicano fundado na noção de soberania popular. Os meios tradicionais dos proprietários, notáveis e “capacitados” se encontram, então, confrontados não tanto às massas das cidades e interior, quanto às “novas camadas”, caras a Léon Gambetta. Na realidade, trata-se menos de uma clivagem entre o povo e a elite do que entre duas concepções de elite. De um lado, haveria uma elite “fechada”, dotada de cultura e riqueza e apoiada em instituições “seguras” como a Igreja e o Exército. De outro lado, estaria uma elite “aberta”, que reivindica o “mérito”, ou seja, o esforço individual, consagrado pela escola. A escola está no centro de debates que têm por objeto a representação da educação: a educação deve aparecer como o prolongamento do pertencimento à burguesia ou como um bem autônomo? Em um caso, ela deve ser limitada às pessoas da boa sociedade e recusada a pessoas mal preparadas em função de seu nascimento; em

2. Victor Karady, “Durkheim, les sciences sociales et l’université: bilan d’un semi-échec”, 1976.

3. Wolf Lepenies, *Les Trois cultures: Entre science et littérature, l’avènement de la sociologie*, [1985] 1990.

4. Christophe Charle, *op. cit.*, 1990.

ANTI-INTELECTUALISMOS

O anti-intelectualismo é uma arma frequentemente manejada por intelectuais contra os concorrentes que se busca desqualificar, de forma mais ou menos leal. Embora os intelectuais mais autônomos, considerados como tipos ideais, sejam os mais expostos, é o conjunto das pessoas instruídas ou diplomadas que são progressivamente transformadas em alvo.

Um dos efeitos da grande divisão entre as letras e as ciências que ocorreu na virada do século XIX foi a celebração romântica da sensibilidade, que procurava lembrar que o homem não é apenas entendimento desencarnado. Podemos distinguir duas formas antinômicas com dimensões inseparavelmente estéticas e éticas. A primeira, o sentimentalismo de tipo rousseauiano, tende a magnificar o ponto de vista dos dominados, acentuando a simplicidade do sentimento contra os refinamentos do pensamento e da fala. A segunda, de tipo espiritualista, reflete o ponto de vista que os dominantes são levados a adotar sobre o mundo social. Ela encontra uma de suas expressões na separação que alguns escritores e professores¹ fizeram entre a alma e a inteligência, o eu “profundo” e a vida social superficial.

A crítica filosófica e/ou científica do intelectualismo, que seria errôneo qualificar como anti-intelectualista, convida, sobretudo, a se desprender das tentações espontâneas do etnocentrismo intelectual, levado a utilizar a consciência, a reflexão e as ideias para explicar as crenças e ações. Assim, Karl Marx elaborou o materialismo histórico por meio de uma crítica de Hegel, para quem a história universal constitui a manifestação do Espírito: ele se esforçou para mostrar que, na história, os homens produzem antes de tudo as condições materiais de sua existência e que, se eles fazem a história, não sabem a história que fazem. As ciências sociais foram marcadas pela recusa de toda especulação idealista, como vemos em Max Weber², que reconhece a importância dos interesses materiais e simbólicos, ou em Pierre Bourdieu³, que destaca a noção de senso prático, contra duas formas opostas de intelectualismo, a de Jean-Paul Sartre e a de Claude Lévi-Strauss.

1. Louis Pinto, “Épreuves et prouesses de l’esprit littéraire”, 1998.
2. Max Weber, *L’Éthique protestante et l’esprit du capitalisme*, [1905] 2000.
3. Pierre Bourdieu, *Le Sens pratique*, 1980.

Distinta da crítica teórica do intelectualismo, a denúncia abertamente política dos intelectuais admite variantes que, embora não estejam separadas por barreiras estanques, não deixam de ser distintas tanto por seu conteúdo ideológico quanto pelas frações sociais mobilizadas. Em função das posições e interesses dos agentes, as formas de anti-intelectualismo podem ser mais ou menos fundamentadas, panfletárias ou oraculares. Atualmente, a denúncia demagógica das “elites” e dos “intelectuais” encontra tanto mais eco nas sociedades quanto maior for nelas o peso dos títulos escolares. O título tende a fazer da escola a instância de legitimação das diferenças sociais, o que a expõe a se tornar um alvo favorito, permitindo frequentemente que a aversão burguesa pelos “professores” se dissimule como “popular”.

O pensamento conservador em suas diferentes nuances (contrarrevolucionários, tradicionalistas e moderados) considera os intelectuais como ingênuos que tendem a confundir suas abstrações livrescas com o mundo real e insuflar ideias extravagantes em pessoas até então resignadas ou mesmo satisfeitas⁴. Os intelectuais conservadores partilham as armas da experiência e do bom senso com os grupos sociais cujos interesses materiais e espirituais eles expressam (mais ou menos abertamente)⁵.

Na retórica operarista que dominou os partidos revolucionários, os intelectuais eram percebidos como “individualistas” (“burgueses” e “pequeno-burgueses”)⁶. Em nome do povo, dos quais se apresentam como os mandatários legítimos, os detentores de autoridade política na Rússia stalinista ou na China maoísta acusavam, humilhavam e ostracizavam os indivíduos suspeitos de quererem pensar sem o Partido, melhor do que ele e, finalmente, contra ele. O que estava em jogo, para eles, era a afirmação do primado do capital político sobre o capital cultural.

A retórica fascista suspeita que os intelectuais sejam “desenraizados”: a análise e a argumentação objetivas e impessoais são julgadas como sendo, por si só, antinaturais, pois impõem a dúvida e o exame ao que, fundamentalmente, não precisa de justificação, como a vida, a força, o instinto, a fé (“fanática”) e a raça, tidos, ao mesmo tempo,

4. Marc Angenot, *Rhétorique de l'anti-socialisme: Essai d'histoire discursive, 1830-1917*, 2004; Zeev Sternhell, *Les Anti-lumières: Une Tradition du XVIII^e siècle à la guerre froide*, 2010.

5. Albert Otto Hirschman, *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*, 1991.

6. Bernard Pudal, *Prendre parti*, 1989.

como evidentes, primitivos e sagrados. Apenas um “intelectual” é aceito: aquele que reduz sua atividade a uma missão única – a exaltação das crenças primordiais. Habitado pela contradição de uma compreensão que se deve negar para se afirmar, esse personagem está condenado, seguindo o modelo de Heidegger, a buscar um pensamento mais “original” e “autêntico”. O estudo dos conteúdos ideológicos esconde frequentemente o problema, contemplado por alguns raros autores – filósofos dotados de uma sólida cultura histórica⁷ e historiadores⁸ –, da possibilidade desta entidade estranha que é o intelectual fascista, devotado à sua terrível missão de “destruição da razão”, segundo a expressão de Georg Lukács.

7. Domenico Losurdo, *Heidegger et l'idéologie de la guerre*, [1991] 1998; Emmanuel Faye, *Heidegger: L'Introduction du nazisme dans la philosophie. Autour des séminaires inédits de 1933-1935*, 2005.
8. Johan Chapoutot, *Comprendre le nazisme*, 2020.

outro caso, ela deve ser difundida. O segundo foco: a morfologia das profissões fundadas, por um lado, no conhecimento e na cultura e, por outro lado, nas características do campo intelectual. Em paralelo à estagnação das profissões liberais, geralmente favoráveis à ordem social, constatamos um crescimento de dois grupos: o dos universitários e o das profissões artísticas e literárias. O mundo intelectual parece, ao menos aos olhos da burguesia tradicionalista, um universo desregrado, invadido por candidatos ingênuos e presunçosos. O terceiro foco: a lógica das mobilizações na ocasião do Caso Dreyfus, cujos traços principais resumimos acima: os inovadores se opõem aos que sustentam as tradições, os jovens aos velhos, os eruditos aos escritores etc. Esses focos são suficientes para dar conta do modo de constituição de uma figura social inédita?

O INTELECTUAL COMO ARQUÉTIPO

É a constituição de um espaço público estruturado, associado à democracia, que favoreceu o debate e a controvérsia (em oposição ao dogma e à autoridade) e tornou possível a unificação, ao redor

de propriedades críticas gerais, de uma população dispersa em uma variedade de competências e talentos (ciências/literatura, disciplinas universitárias etc.). Tendo que operar uma reunião de nomes tão eficaz quanto possível, as petições se baseiam na diversidade das lógicas setoriais que favorecem o agrupamento de escritores, artistas ou universitários. E, como em outros grupos, certas figuras são centrais e outras marginais. É, assim, instrutivo notar que, em textos famosos, adversários como o anti-Dreyfus Ferdinand Brunetière⁵, professor de literatura na Sorbonne, e o pró-Dreyfus Émile Durkheim⁶, sociólogo e então professor em Bordeaux, estavam relativamente de acordo quanto à tipificação do intelectual. Enquanto Brunetière, tendo descartado alguns “românticos tardios, discípulos de Renan, Flaubert e Nietzsche”, visa “um certo número de artistas, mas sobretudo de eruditos”, Durkheim evoca, em sua resposta, o caso do “paleógrafo”, do “linguista” e do “químico”. Os escritores (a despeito de Zola) não ocupam o primeiro plano, mesmo entre os signatários do famoso “Manifesto dos Intelectuais”⁷.

A nova figura do intelectual foi construída por seus adversários antes mesmo do Caso Dreyfus, que será para eles uma confirmação da sua visão: segundo um modo profundamente político de tipificação, essa figura se constituiu ao redor do grupo dos acadêmicos inovadores e antitradicionalistas, ligados às reformas políticas e pedagógicas e à divisão do trabalho intelectual. Para escritores conservadores como Paul Bourget (*O Discípulo*, 1889) e Maurice Barrès (*Os Desenraizados*, 1897), que pintavam em seus romances personagens designados nominalmente como “intelectuais”, tratava-se de mostrar a forte ligação entre um modo de pensar considerado vulgar e os ideais democráticos: o pertencimento ao mundo universitário, a orientação racionalista, kantiana ou mesmo positivista, e sua insensibilidade ao mistério e ao sublime se alinham com a origem social própria aos “bolsistas”, que tudo devem à escola. O jogo

5. Ferdinand Brunetière, “Après le procès”, mars 1898.

6. Émile Durkheim, “L’Individualisme et les intellectuels”, [1898] 1970.

7. Christophe Charle, *op. cit.*, 1990, p. 170; Vincent Duclert, “L’Engagement scientifique et l’intellectuel démocratique: Le Sens de l’Affaire Dreyfus”, 1999; Gérard Noiriel, *Dire la vérité au pouvoir: Les Intelectuels en question*, 2010.

da representação era político: o universitário erudito é aquele que realiza, de forma eminente, o ideal da democracia na mente. Ele pode ser desqualificado duplamente, intelectualmente (racionalismo abstrato) e politicamente (universalismo igualitário que dissimula a *libido dominandi* de uma nova casta... pior que as antigas)⁸. Os indivíduos contra os quais a nova representação foi construída assumiram e inverteram essa representação, destacando a integridade intelectual e o desinteresse.

A Sociologia dos Engajamentos Intelectuais

O Caso Dreyfus, ato de nascimento do intelectual se assim quisermos, não fez mais do que iniciar uma interrogação sobre os engajamentos dos intelectuais. A primeira tarefa é dar conta das regularidades nas tomadas de posição expressas em situações que revelam clivagens particularmente sensíveis.

POSIÇÕES E TOMADAS DE POSIÇÃO

As homologias entre posições institucionais e tomadas de posição intelectuais e ético-políticas foram destacadas, em relação aos acadêmicos, em particular os das letras e ciências humanas⁹. Além dos trabalhos de historiadores sobre o nascimento dos intelectuais, várias pesquisas estudaram situações críticas. A polarização observada entre intelectuais da resistência e intelectuais colaboracionistas permitiu mostrar como um período excepcional, como a Ocupação alemã na França, iluminou as oposições no interior do campo intelectual: como algumas décadas antes, encontramos, de um lado, os romancistas voltados ao grande público, consagrados pelas instituições (Academia Francesa de Letras), repletos de honras e condecorações e relativamente idosos, e, de outro lado, os autores de vanguarda (como os surrealistas) e frequentemente jovens¹⁰.

8. Louis Pinto, "La Vocation de l'universel: La Formation de la représentation de l'intellectuel vers 1900", 1984b.

9. Pierre Bourdieu, *Homo academicus*, 1984.

10. Gisèle Sapir, *La Guerre des écrivains: 1940-1953*, 1999, pp. 21-102.

Outra oportunidade para examinar as clivagens ideológicas por meio das petições foi oferecida, em um contexto completamente diferente, pelo plano Juppé de reforma da seguridade social e das aposentadorias (1995): de um lado (a lista pró-“Reforma”) estavam os que, dizendo-se às vezes de esquerda, apoiavam a reforma contra o “arcaísmo” da esquerda tradicional e, de outro lado (a lista pró-“Greve”), os que, em oposição, apoiavam os grevistas do setor público, mobilizados contra a reforma em nome das “conquistas mais universais da República”. Por trás da aparente simetria dos dois campos de intelectuais, a análise permite mostrar os diferentes princípios de associação dos signatários das duas petições: a lista “Reforma” reúne um maior número de altos funcionários, *experts*, economistas de instituições e intelectuais próximos aos anteriores, muitas vezes presentes nas mídias (*Le Nouvel Observateur*) ou em revistas como *Esprit* ou *Le Débat* (Jacques Julliard, Pierre Rosanvallon e Alain Touraine); já a lista “Greve” inclui preferivelmente acadêmicos e pesquisadores dotados de um capital intelectual fundado essencialmente em critérios internos de avaliação e afastados das mídias e do universo dos “tomadores de decisão” (Pierre Bourdieu e Jacques Derrida). Não poderíamos, entretanto, subestimar as diferenças no interior de cada lista: assim, na primeira, coabitam três famílias, a dos altos funcionários e *experts*, a dos “tomadores de decisão” e a dos intelectuais, frequentemente detentores de um capital midiático; e, na segunda lista, podemos distinguir os “cientistas” e os “militantes”¹¹.

Além das grandes oposições, podemos ver mais detalhadamente como indivíduos que tudo parecia aproximar fizeram escolhas diferentes. O estudo do caso é interessante, pois permite enfrentar certas objeções ao “determinismo” sociológico e mostrar como se especificam princípios de análise inicialmente concebidos em função de uma população de grande dimensão. É o caso, por exemplo, de Henry Bordeaux e François Mauriac, romancistas católicos e membros da Academia Francesa, o primeiro se voltou à colaboração, enquanto o segundo se tornou favorável a Charles de Gaulle. Se eles tinham em comum uma origem burguesa e provinciana,

11. Julien Duval, Christophe Gaubert, Frédéric Lebaron, Dominique Marchetti e Fabienne Pavis, *Le Décembre des intellectuels français*, 1997.

OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA: DOIS MODELOS

A respeito das tomadas de posição política dos intelectuais, é instrutivo confrontar os modelos divergentes propostos por dois autores que parecem opostos em tudo, um de reputação progressista e o outro bastante conservador. O primeiro, Pierre Bourdieu¹, se pergunta como o intelectual conservador é possível; o segundo, Raymon Boudon², se pergunta “por que os intelectuais não gostam do liberalismo”. As questões colocadas, embora possam parecer simétricas, o são apenas quanto à forma.

O ponto de vista de Boudon é normativo. O intelectual de esquerda é um desvio paradoxal, quase patológico, de indivíduos que, pretendendo dedicar-se ao conhecimento, se desviam do que lhes deveria parecer o caminho mais desejável, o liberalismo, preferindo o caminho irracional do socialismo: eles se recusam, simplesmente, a ver o óbvio (o liberalismo é a eficiência econômica, a liberdade de escolha etc.). Essa evidência constitui a pedra angular do ponto de vista de um pensador liberal: essa sociedade criticada não merece nem tal excesso de honra (ela é, evidentemente, imperfeita) nem essa indignidade (ela é aperfeiçoável, e os males dos quais ela sofre têm origens múltiplas, complexas...); ela não deve ser, pois, defendida contra críticas fundadas na ignorância e nos antolhos da ideologia. Mas como a cegueira intelectual é possível? Baseando-se em uma versão corrigida da teoria do agente racional, Boudon evita tudo que poderia evocar uma análise causal (“determinista”) e não tem outro recurso além da incriminação de uma espécie de viés, de falha cognitiva que conduz a opiniões aberrantes. Os intelectuais “liberais” agem segundo razões (em oposição a interesses ou disposições), mas de acordo com razões ruins, que oferecem uma visão da sociedade tão coerente quanto simplista (de tipo “conspiracionista”) e tão sedutora quanto fugaz (as modas dos bairros à margem esquerda do rio Senna, em Paris). Boudon não parece querer explicar por que nem como algumas pessoas conseguem, e outras não, avaliar de forma tão razoável quanto possível: a (boa) escolha é sempre algo um pouco misterioso.

1. Pierre Bourdieu, *Les Règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*, [1992] 1998.
2. Raymond Boudon, “Pourquoi les intellectuels n'aiment pas le libéralisme”, 2003.

O ponto de vista de Bourdieu, embora não seja totalmente desprovido de uma dimensão normativa, se inscreve em um quadro teórico diferente, o de uma sociologia histórica cumulativa, utilizando instrumentos como a classe social ou o campo intelectual. Ele não busca contribuir para o conhecimento da patologia social dos intelectuais, como faz Boudon, mas dar conta, de forma tão objetiva quanto possível, das condições sócio-históricas de possibilidade das diversas modalidades de pertencimento intelectual (de Sartre a Raymond Aron, se quisermos). Dominados no interior do espaço das classes dominantes (no “campo do poder”), os intelectuais são levados a se oporem à perpetuação da ordem cultural, aos dominantes e “burgueses”, de onde vêm as afinidades que sentem em relação aos que ocupam posições dominadas no espaço social, os explorados e pobres. Não se trata de um “fator” que age cegamente nem de um cálculo explícito, mas de uma relação estrutural, objetivamente fundada e interiorizada na forma de disposições, gostos e aspirações. Uma confirmação da hipótese geral é oferecida *a contrario* pelo intelectual conservador. Em um universo que ele considera como tomado por valores contestatórios (“de esquerda”), ele deve afirmar sua questão de honra intelectual exercendo suas capacidades críticas em duas direções: não somente contra as ilusões dos intelectuais de esquerda, mas também contra as facilidades do conformismo burguês (o senso comum não é suficiente, é preciso argumentar etc.); e embora ele se alinhe finalmente ao campo conservador, ele o faz somente após um exame presumidamente informado e imparcial. O intelectual conservador está, assim, fadado à ambivalência, pois nunca se reconhece plenamente nem nas extravagâncias do intelectual radical nem nos preconceitos do burguês comum. Tal comportamento inclui uma forma de racionalidade, mas ela é diferente da do agente boudoniano: as “escolhas” em consideração refletem as propriedades de uma posição social em conflito, distinta da dos intelectuais do outro lado e da dos burgueses menos dados à reflexão.

Podemos decidir entre essas duas abordagens, e com base em qual critério? Notemos que uma abordagem remete a “modelos” e outra a uma sociologia histórica. Trata-se, na primeira, de conjecturar o que podem ser as “boas razões” das condutas e, na segunda, de testar hipóteses metódicas sobre um material empírico adequado à comparação.

sua divergência de ordem política parece estar ligada à inserção diferente no campo literário: enquanto Bordeaux, dependente das opiniões das instituições e da grande imprensa, podia se entregar a suas pulsões reacionárias, que eram também as de seu público burguês, Mauriac, uma figura mais complexa (e mais atormentada), tendia a se desviar de tentações políticas que poderiam ter sido as suas, buscando conciliar suas preocupações religiosas e éticas com as exigências do polo de produção restrita encarnado pela *Nouvelle Revue Française*¹².

Podemos igualmente considerar as lógicas de engajamento em relação às formas de transação entre restrições diferentes. É o caso dos intelectuais comunistas franceses que não poderíamos considerar como simples vítimas cegas de uma ideologia “totalitária”. O que opera é uma lógica de dupla lealdade que permite aos acadêmicos, às vezes bem dotados em capital escolar, mostrarem os aportes do marxismo à ciência e à cultura e se beneficiarem, ademais, de um atestado definitivo de progressistas que outros intelectuais não podiam reivindicar. Isso se aplica tanto aos companheiros de viagem do Partido Comunista Francês (PCF) no entreguerras¹³ quanto, mais tarde, aos colaboradores da revista *La Nouvelle Critique* (1967-1980)¹⁴.

Essas análises dos engajamentos intelectuais buscam romper com toda uma série de abordagens bastante atraentes, mas não, ou pouco, sociológicas: puramente biográficas (ora hagiográficas, ora polêmicas), culturalistas (referindo-se a uma época ou a um meio) e ideológicas (centradas em conteúdos doutrinários). Como no caso das tomadas de posição propriamente intelectuais, elas relacionam os capitais dos quais dispõem os indivíduos em um momento de sua trajetória e a estrutura do campo dos possíveis.

12. Gisèle Sapiro, *op. cit.*, 1999, pp. 209-247; *Les Écrivains et la politique en France: De l’Affaire Dreyfus à la guerre d’Algérie*, 2018.

13. Isabelle Gouarné, *L’Introduction du marxisme en France: Philosovietisme et sciences humaines (1920-1939)*, 2013; Sylvain Laurens, *Militer pour la science: Les Mouvements rationalists en France (1930-2005)*, 2019.

14. Frédérique Matonti, *Intellectuels communistes: Essai sur l’obéissance politique. La Nouvelle critique (1967-1980)*, 2005.

O MANDATO INTELECTUAL

Podemos nos perguntar, igualmente, sobre os modos de justificação (ou desqualificação) do engajamento. Inicialmente implicado no campo pró-Dreyfus, o escritor Julien Benda, mais tarde, recusa ver o ideal diminuído nas lutas partidárias e exhibe uma posição intransigente que consiste em distinguir entre o espiritual e o temporal, os valores universais do “clérigo” (verdade, justiça etc.) e as “paixões políticas”¹⁵. Embora a distinção pareça globalmente aceitável, não carregaria ela o risco de inocência e otimismo ingênuo? Podemos, pois, nos perguntar se a fronteira entre os engajamentos nobres e vulgares (partidários) é tão simples e bem demarcada quanto pretendia Benda: não seria, precisamente, próprio a um intelectual honesto e informado distinguir a importância e a urgência das questões em jogo, para além tanto do silêncio indiferente quanto do barulho frenético, e, em situações às vezes difíceis e complexas, aceitar “sujar as mãos”?

Sabendo que o mandato reivindicado em nome de valores universais não pode ser submetido a uma codificação, em nome do que ele pode ser atribuído? A questão se colocou no Caso Dreyfus. Em contraposição a Brunetière, que defendeu valores superiores aos indivíduos (a pátria, o Exército, a magistratura etc.) e denunciou a presunção de pequenos professores (“eu não vejo o que qualifica um professor de tibetano para governar seus semelhantes, nem o que um conhecimento exclusivo das propriedades do quinino ou da cinchonina confere em termos de direitos à obediência e ao respeito dos outros homens”), a argumentação de Durkheim se dedicou essencialmente a refutar a acusação de individualismo. Para ele, não se trata de privilegiar indivíduos singulares que se colocavam como juízes supremos contra a sociedade, mas de mostrar que a sociedade moderna se baseia em uma forma de sagrado dotada de toda a força do coletivo: o ideal comum é o indivíduo que se realiza por meio do julgamento livre e racional. A essa argumentação principal sobre os valores (individualismo racionalista contra autoridade tradicionalista) se adiciona uma reflexão sobre as condições sociais

15. Julien Benda, *La Trahison des clercs*, 1927; Paul Engel, *Les Lois de l'esprit: Julien Benda ou la raison*, 2012.

de acesso ao universal. O intelectual, reconhece Durkheim, não tem o “monopólio da inteligência”, mas adquiriu, por meio de seus “hábitos profissionais”, uma disposição para usar a “inteligência” como um fim em si e não como um meio para causas diversas. Os intelectuais não são uma nova “aristocracia”, como os acusam, mas antes a imagem aproximada do ideal humano fundado no uso autônomo da razão: “acostumados pela prática do método científico a reservar seu julgamento enquanto não se sentem esclarecidos, é natural que eles cedam menos facilmente aos movimentos das massas e ao prestígio da autoridade”¹⁶. Durkheim não recorre a um saber preciso, mas a uma virtude intelectual e moral inscrita nos *habitus* de um grupo sem fronteiras determináveis. O mandato intelectual é uma espécie de usurpação legítima.

Podemos considerar, pelo menos em uma primeira aproximação, a distribuição dos modos de engajamento dos intelectuais segundo alguns eixos como especialização/generalidade ou saber puro/aplicado¹⁷, ou, ainda, podemos distinguir o intelectual revolucionário (que se tornou crítico), o intelectual de governo e o intelectual específico¹⁸. O intelectual “total”, presente em todos os *fronts* e fora de seu domínio de competência, foi estreitamente associado à posição singular de filósofo-escritor de Sartre e implica o “engajamento” em oposição à “irresponsabilidade”. É o “homem” que parece estar em jogo em cada “situação”: “Ao tomar partido na singularidade de nossa época, nós nos unimos, finalmente, ao eterno”¹⁹. Diversas críticas podem ser feitas a esse modelo: a tentação do profetismo, o amadorismo (mesmo bem-intencionado), o desconhecimento das realidades sociais, sem esquecer a parcialidade partidária (compañheirismo com o Partido Comunista). As escolhas de Sartre foram objeto de crítica da parte de alguns de seus pares, a começar por Raymond Aron, Georges Canguilhem e Maurice Merleau-Ponty.

16. Émile Durkheim, *op. cit.*, [1898] 1970.

17. Gisèle Sapiro, “Modèles d’intervention politique des intellectuels: Le Cas français”, 2009.

18. Gérard Noiriel, *op. cit.*, 2010.

19. Jean-Paul Sartre, “Présentation des *Temps modernes*”, [1946] 1948.

Podemos escapar à alternativa entre tomadas de posição incertas e um silêncio obstinado e considerar um engajamento baseado em conhecimentos? É o que pensavam figuras intelectuais surgidas nos anos 1960, período marcado pela ascensão das ciências humanas. O intelectual “específico” de Foucault busca reconhecer a especialização da pesquisa e a necessidade de o intelectual se confrontar com não especialistas que podem ter coisas a dizer sobre diferentes terrenos. Esse intelectual é modesto (ele fala simplesmente de prisões, asilos e escolas), e tão mais modesto que, diferentemente de todas as figuras anteriores, renuncia a defender uma visão do mundo e exprimir uma “verdade”²⁰. O intelectual “coletivo” de Bourdieu revive, em um sentido, a ambição sartriana, mas com duas diferenças notáveis: as ciências sociais fornecem ferramentas de conhecimento essenciais e insubstituíveis; há um efeito próprio do coletivo, pois a cooperação ativa e lúcida entre indivíduos permite, graças a trocas regulares e estruturadas (periódicos, pequenos livros, encontros etc.), compensar as limitações de cada um deles e tornar possível uma “*Realpolitik* da razão”²¹. Nos Estados Unidos também se desenvolveu uma reflexão sobre o “intelectual [e o sociólogo] público”, expressão um pouco bizarra em francês que se explica pelo contexto americano: trata-se simplesmente do intelectual que busca sair do *campus* universitário e se manifestar sobre questões atuais e de interesse geral, sem assumir um papel nem de *expert* nem de profeta.

É esclarecedora a hipótese de que os intelectuais se dividem entre vários polos em função do tipo de capital detido (filosófico, literário ou científico) e de sua relação com o campo de produção restrita ou o campo de produção ampliada, ou, se quisermos, com a universidade, as mídias e os poderes políticos e econômicos. Mas é preciso adicionar que os critérios estão longe de serem sempre claros e unívocos. A autonomia do intelectual não pode ser objeto de uma certificação absoluta e definitiva, ela é uma norma e, como tal, alvo de falhas e mal-entendidos²². Por mais livres e rigorosos que

20. Michel Foucault, “Entretien avec Michel Foucault”, [1976b], 1994.

21. Pierre Bourdieu, *Contre-feux* 2, 2001, pp. 33-41.

22. Por exemplo, Foucault entusiasmado pela leitura dos “novos filósofos” ou pela Revolução Iraniana de 1978.

sejam, alguns intelectuais se desnorteiam em novas situações e são levados a improvisar, ou seja, na realidade, a se deixarem conduzir por suas disposições e pelo espírito do tempo ou, simplesmente, a cederem às solicitações de um círculo próximo. Às vezes é difícil separar a parte da convicção íntima e a do conformismo (ou mesmo da preguiça intelectual). Também é difícil medir a capacidade de um indivíduo de avaliar as reais implicações de tomadas de posição sobre questões complexas, sobredeterminadas por lógicas de demarcação e aliança.

A história das ciências sociais mostra um outro quadro, diferente de uma cidade acadêmica fechada: ela mostra o peso (visto retrospectivamente) de fatores externos, como as trajetórias sociais dos indivíduos, os interesses políticos, a *doxa* intelectual etc. Certamente, um estudioso como Maurice Halbwachs existe como sociólogo graças ao reconhecimento de um público de pares, mas o exame de documentos não acadêmicos (folhetos, cartas etc.) permite mostrar que ele se situa também em vários outros espaços não puramente científicos, o que deve ser compreendido diferentemente de seus trabalhos. Ele foi, em sua juventude, um estudante da Escola Normal Superior e socialista reformista, autor de uma tese durkheimiana, mas também de um panfleto militante sobre a cidade. Como observador e “visitante” dos operários, ele partilha a visão dos urbanistas reformadores sobre eles, preocupados em desfazer os efeitos nocivos que a rua tem sobre os pobres, graças a uma política de habitação²³. Mais tarde, ele dirige um duplo olhar em relação à população da cidade de Chicago, para a qual foi convidado: o olhar de um sociólogo durkheimiano armado de conceitos como integração e anomia, e também o olhar de um burguês europeu esclarecido, ainda que com antolhos ou mesmo preconceitos quando precisou compreender o que escapava a seu quadro de análise, como os grupos minoritários dificilmente “assimiláveis”, tais como negros e judeus²⁴.

23. Christian Topalov, “Maurice Halbwachs et les villes (1908-1912): Une Enquête d’histoire sociale des sciences sociales”, 1997.

24. Christian Topalov, “Maurice Halbwachs: L’Expérience de Chicago (automne 1930)”, 2006.

Os escritos de um mesmo autor podem, segundo a conjuntura, carregar a marca de uma pluralidade de usos, destinatários e funções, cujo peso respectivo tende a variar, não sendo sempre fácil operacionalizar delimitações. Basta pensar em *A Evolução Pedagógica na França* de Durkheim²⁵: esse curso na Sorbonne, ao mesmo tempo, propõe uma sociologia histórica da educação na França, combate o conservadorismo intelectual e educacional, sugere caminhos para uma reforma e defende uma visão dos fins próprios a sociedades fundadas no individualismo e na especialização. Em um caso como esse, podemos distinguir uma função crítica de desvelamento e esclarecimento, que recorre a repertórios científicos, filosóficos ou literários, uma função ideológica de legitimação, que usa o pensamento como arma nas lutas político-intelectuais do presente, uma função de *expertise*, que consiste em diagnosticar e prognosticar, e, finalmente, uma função ética de afirmação de certos valores sociais (poderíamos adicionar uma função estratégica de escolha do momento e do estilo de intervenção). Essas funções, às vezes entrelaçadas pelo autor em um mesmo texto, podem, em outro lugar, se encontrar separadas entre diferentes registros de enunciação. A distinção entre uma sublimação intelectualmente fértil e uma simples atenuação de pulsões sociais não é garantida pelo renome do autor: ela deve ser estabelecida de forma crítica, caso a caso.

Rumo à Heteronomia?

Algumas pessoas evocam atualmente a imagem crepuscular de um fim ou declínio dos intelectuais, fazendo de Sartre uma referência gloriosa, mas doravante ultrapassada. O paradoxo é que essa imagem deve muito a personagens midiáticas que reclamam a herança dos grandes predecessores, reivindicando uma lucidez excepcional que as autoriza a denunciar (na imprensa) o desaparecimento dos “grandes” e o nivelamento geral. Mas, ao invés de observadores imparciais, não seriam elas sintomas de transformações do campo intelectual das quais podemos tentar dar conta sociologicamente?

25. Émile Durkheim, *L'Évolution pédagogique en France*, 1938.

Dois fatores principais contribuíram particularmente para o efeito de desencantamento intelectual, que é dificilmente explicável por uma baixa da qualidade dos produtos intelectuais: por um lado, o papel crescente das mídias e, por outro lado, as transformações da universidade.

Podemos ser tentados a relacionar a presença crescente das mídias no campo intelectual à existência de um mais numeroso público dotado de formação secundária e superior. A imprensa de qualidade, em pleno crescimento desde os anos 1960²⁶, dá um lugar importante à crítica de livros, às tribunas, às crônicas e aos debates. Os intelectuais parecem também poder desfrutar de emissões de rádio e televisão dedicadas a ideias ou livros, bem como de circuitos de conferências nas instituições culturais do Estado (como a Biblioteca Nacional da França), que lhes oferecem uma espécie de certificação não oficial. Como resultado da multiplicação de posições fluidas e intermediárias, tensionadas entre a declaração de exigência de qualidade e a busca de audiência, a polarização anterior entre produção restrita e produção voltada ao grande público pareceria se desfazer em proveito de uma atenuação das fronteiras do campo²⁷. “Intelectual” (ou “filósofo”) torna-se uma denominação não controlada, distribuída por meio do funcionamento de circuitos editoriais e midiáticos. Entre o autêntico e a imitação, toda uma zona intermediária tende a se estruturar e diversificar graças a mediadores mais ou menos competentes, acostumados aos “toma lá dá cá” e à celebração dos valores considerados mais seguros. Face aos prêmios propostos pela imprensa, os consumidores de bens culturais estão fadados a oscilar entre a admiração irrefletida, a desconfiança inquieta quanto à qualidade dos bens e a rejeição global.

Uma nova questão é introduzida, a luta pela visibilidade²⁸, em que, tirando vantagem de uma onipresença midiática, cada um dos

26. Louis Pinto, *L'Intelligence en action: Le Nouvel Observateur*, 1984a.

27. Sobre os intelectuais “de luxo” ou de “paródia”, ver: Louis Pinto “*Tel quel. Au Sujet des intellectuels de parodie*”, 1991b.

28. Sobre essa noção, ver: Nathalie Heinich, “*La Culture de la célébrité en France et dans les pays anglophones: Une Approche comparative*”, 2011; Boris Attencourt, “*Qu’est-ce que la notoriété? Quelques réflexions sur une approche essentialiste en sciences sociales*”, 2016.

beneficiários pretende estar presente apenas pela qualidade de suas produções e se diferenciar de seus concorrentes, remetidos ao lado superficial da glória mundana, o “intelectual midiático” servindo de contraponto fácil e unânime²⁹. A *hit-parade* dos intelectuais de destaque se impõe como uma evidência, decorrendo de suas próprias qualidades³⁰. A objetivação sociológica dessa população, que ainda deve ser feita de forma metódica, pressupõe que a lista dos eleitos (convidados de emissões de rádio e televisão, conferências e cruzeiros culturais) seja referida a suas diversas características: propriedades sociais, escolares, institucionais, grau de “multiposicionalidade” (presença em diferentes espaços culturais, midiáticos, políticos etc.), peso respectivo de suas produções esotéricas (destinadas aos pares) e de suas produções exotéricas (destinadas a um público leigo), circuito de consagração etc. Podemos lançar a hipótese de que a visibilidade supõe tanto um capital social importante quanto grandes pretensões, favorecidas pelo meio de origem.

A UNIVERSIDADE NA LINHA DE FRENTE DAS “REFORMAS”

A distância real ou proclamada em relação à instituição universitária constitui o principal constrangimento estrutural que pesa sobre os produtores intelectuais, condenados a uma busca permanente por superação que toma a forma de um suposto radicalismo intelectual ou político. Não obstante, a linha divisória entre conformismo acadêmico e genialidade criativa tende a se retraduzir no interior da própria instituição universitária.

Frequentemente atacada nas mídias, que pretendem distinguir os indivíduos brilhantes e não conformistas dos universitários comuns, a universidade também se expõe a questionamentos diversos que colaboram para enfraquecer o antigo ideal de autonomia, fundado em critérios internos de avaliação. A palavra *autonomia* toma outro sentido com as novas políticas universitárias (da “sociedade do conhecimento”, estratégia de desenvolvimento europeu, definida em Lisboa, em 2000). Ela permite, sobretudo, que se justifiquem

29. Boris Attencourt, “Badiou *versus* Finkielkraut. Débat du siècle ou débat dans le siècle?”, 2017.

30. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, 1984.

reformas que vão todas no sentido de uma intensificação da concorrência: entre estabelecimentos, forçados a melhorar sua colocação nos *rankings* internacionais e buscar nichos rentáveis; entre pesquisadores doravante submetidos a uma quantificação de suas atividades³¹, à padronização de suas produções (que devem ser impecáveis em suas diversas qualidades formais, estatuto da questão e bibliografia), a pesadas solicitações de financiamentos por “projetos”, concebidas fora do campo científico, e a uma busca por visibilidade externa sob o imperativo da “valorização”. A universidade se encontra exposta à ação de forças heterônomas³²: incluindo a presença de personalidades externas nos “conselhos de administração”, o apelo a “parcerias” e a fontes privadas de financiamento, a referência aos valores empresariais, a rentabilização dos setores³³, o uso crescente de uma mão de obra precarizada e o enfraquecimento dos laços com a pesquisa³⁴. Em um contexto de restrição orçamentária, a retórica empresarial da “excelência” e “inovação” favoreceu a criação de uma linha divisória entre, de um lado, figuras consideradas originais e instituições de prestígio (Institut Universitaire de France, laboratórios de excelência etc.), com amplos recursos e dimensões “internacionais”, e, de outro lado, os pedagogos modestos e estabelecimentos periféricos, que devem gerir a escassez de recursos. Daí a desclassificação relativa dos universitários, muitos dos quais fadados a condições de trabalho degradadas, precariedade, estagnação salarial, dedicação crescente a tarefas administrativas, desconexão entre ensino e pesquisa, introdução do *management* na “governança” universitária, lutas locais de poder e ausência de conciliação. Essa transformação das regras do jogo universitário é acompanhada por uma diferenciação das estratégias, com adesão e submissão de

31. Isabelle Bruno, *À Vos marques, prêts... cherchez! La Stratégie européenne de Lisbonne, vers un marché de la recherche*, 2008; Yves Gingras, *Les Dérives de l'évaluation de la recherche: Du Bon usage de la bibliométrie*, 2014.

32. Christophe Granger, *La Destruction de l'université française*, 2015, pp. 59-121.

33. Michel Grossetti e Béatrice Milard, “Les Évolutions du champ scientifique en France à travers les publications et les contrats de recherche”, 2003.

34. Yves Gingras e Béatrice Gemme, “L’Emprise du champ scientifique sur le champ universitaire et ses effets”, 2006.

uns e resistência de outros, sem falar de um outro caminho: a conquista de posições externas (jornalísticas, editoriais, políticas etc.), propícia à constituição de um estilo híbrido de universitário com pretensões antiacadêmicas, ou até mesmo “radicais”.

Há, finalmente, outra utilização do saber que corresponde ao modelo do *expert* cuja competência é avaliada em função das questões colocadas pelos “tomadores de decisão” dos mundos político, burocrático e econômico. Certos lugares são propícios a um conflito de modelos. É o caso, em particular, da disciplina de economia, que está no centro das escolhas políticas e de seu modo de legitimação e, mais que outras, está submetida a forças contrárias. Aqui podemos distinguir novamente uma oposição central entre dois polos que se confrontam em sua definição da ciência e do papel do economista³⁵: um polo “espiritual”, da pesquisa e da teoria, e um polo “temporal”, próximo do poder político e do mundo empresarial, composto de economistas empresariais e também por acadêmicos familiarizados com os conselhos de administração. O mundo universitário tem que contar com a presença de *experts* de *think tanks*, grupos de reflexão e prospecção financiados de forma privada, de fórmula estadunidense³⁶, como a Fundação Saint-Simon, criada pelo acadêmico François Furet e pelo empresário e ministro Roger Fauroux, ou o Instituto Montaigne, criado por Claude Bébéar, diretor-executivo da Axa Assurance. Essas formas organizacionais, na intersecção entre universidade, Estado e empresas, impõem não somente temas, “relatórios” e “estudos” comentados sem atraso e sem omissão na imprensa, mas também um modelo de prática intelectual que difere do dos acadêmicos “puros”. A ideia de uma evolução inevitável conduzindo do intelectual ao *expert*³⁷, embora não seja implausível, erra ao substituir o conhecimento empírico de uma realidade feita de conflitos por uma visão teleológica unívoca.

35. Frédérique Lebaron, *La Croyance économique: Les Économistes entre science et politique*, 2000.

36. Thomas Medvetz, “Les *Think tanks* dans le champ du pouvoir étasunien”, 2013.

37. Gil Eyal e Larissa Buchholz, “From the Sociology of Intellectuals to the Sociology of Interventions”, 2010.

Esse conjunto de transformações contribui para enfraquecer o papel dos intelectuais mais afastados dos poderes temporais em proveito de outros intelectuais, personagens midiáticos e *experts* e, talvez ainda mais, para borrar as fronteiras e os marcadores, favorecendo indivíduos duplos ou dupla-face que, sendo “visíveis” e diferentes tanto dos intelectuais mais autônomos quanto dos mais midiáticos, dão a impressão de terem conseguido acumular o prestígio da autenticidade erudita e dos interesses temporais. Mas a visão crepuscular de uma decadência dos intelectuais reflete, em parte, as ilusões de ponto de vista dos que confundem as cenas midiáticas com a totalidade da vida intelectual. O universo da edição em ciências humanas e sociais é um bom indicador da produtividade da pesquisa e do ensino que, malgrado lamentos de editores “generalistas” preocupados em obter rendimentos satisfatórios segundo seus critérios, permanece elevada quando considerada fora dos circuitos da visibilidade mundana³⁸.

Universalismo e Relativismo

A sociologia dos intelectuais está às voltas com um certo número de debates, tanto teóricos quanto políticos, que também dizem respeito, de forma reflexiva, à sua própria cientificidade, objetivos e limites. Esse ponto não escapou a autores bastante diferentes (como Mannheim, Lukács, Merton etc.). É possível tomar os intelectuais como objeto, sem relativizar seu próprio ponto de vista e, consequentemente, sem negar a própria possibilidade de um ponto de vista livre de toda limitação social e de todo acesso a algo como uma verdade? A sociologia dos intelectuais implica um historicismo absoluto? Dependendo da resposta dada a esse tipo de problema, as produções intelectuais são reduzidas à sua pura historicidade ou restituídas a um espaço autônomo, consagrado a fins imanentes, incluindo os do conhecimento objetivo. Estão em jogo a concepção e o alcance da sociologia dos intelectuais.

38. Bruno Auerbach, “La Définition légitime des sciences sociales au prisme du débat sur la crise de l’édition SHS”, 2006.

Uma primeira questão diz respeito à relação entre julgamentos de fatos e de valor, que encontramos na oposição entre o engajamento e a “neutralidade axiológica”³⁹: esperamos do erudito que ele não se contente em esposar, mais ou menos sutilmente, as causas dos contemporâneos. Weber não advogava a abstenção do erudito em relação aos interesses e paixões; ele pretendia, ao contrário, combater o profetismo, patologia que consistia em propor uma mensagem ideológica de salvação (religiosa, política etc.) dizendo respeito às questões últimas do “sentido” e, portanto, ultrapassando os limites da competência científica. O erudito não deve ter outra consideração ética além da ditada pela busca da verdade⁴⁰: sua “vocação” é contribuir, com seus próprios meios, para aportar “clareza”, pré-requisito para um engajamento considerado, aliás, perfeitamente legítimo (ainda que recusasse uma concepção edificante do intelectual, Weber se arriscou em questões polêmicas)⁴¹. Embora seja livre em relação aos valores, o erudito não está descolado dos desafios ético-políticos do mundo contemporâneo, que suscitam o tipo de questões colocadas por ele (há nele um *Wertbezogenheit*, uma relação com os valores): é o caso, entre outros exemplos, do problema weberiano das condições históricas da racionalização das condutas. O filósofo Hilary Putnam⁴² pôde sustentar, contra a distinção weberiana entre fatos e valores, considerada “positivista”, que a ciência não se destina somente aos fatos, pois recorre a conceitos “espessos”, como a exploração ou a dominação, que têm uma dupla face, descritiva e normativa. Sem chegar, como ele, a contestar essa distinção, podemos dizer que, somente pelo fato de mostrar a realidade como ela é, a ciência contribui para questionar as concepções e valores de todos aqueles que têm interesse em se limitar às aparências⁴³: ela não é nem neutra nem engajada, mas tem,

39. Tradução francesa [e também brasileira] inicial, bastante contestável, da palavra *Wertfreiheit* utilizada por Max Weber.

40. Max Weber, *La Science, profession et vocation*, [1919] 2005, pp. 48-51.

41. Isabelle Kalinowski, “Leçons wébériennes sur la science et la propagande”, [1919] 2005.

42. Hilary Putnam, *Fait/Valeur: La Fin d’un dogme et autres essais*, [2002] 2004.

43. Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *Invitation à la sociologie réflexive*, 2014, pp. 251-259.

inevitavelmente, consequências ético-políticas e, nesse sentido, é uma disciplina (ao menos objetivamente) política.

A segunda questão, a das relações entre saber e poder, é colocada por aqueles que, em uma linha nietzschiana, suspeitam que a ciência não seja tão livre da busca por poder quanto pretende ser e que, portanto, recusam a conexão entre conhecimento e liberdade estabelecida pela tradição das Luzes. Os filósofos da Escola de Frankfurt já buscavam mostrar o significado instrumental da “tecnociência” como apogeu da racionalidade. Michel Foucault⁴⁴ denunciava, sem realmente demonstrar, a afinidade entre a instituição carcerária e as ciências humanas: enumeramos, classificamos e interpretamos sempre com vistas a controlar e “disciplinar”. Segundo ele, malgrado o universalismo que reivindicava, o discurso sobre a sexualidade não teria outro princípio além de materializar para a burguesia a “autoafirmação de uma classe, ao invés da submissão de uma outra”⁴⁵. Baseando-se às vezes nesse filósofo, alguns autores que reivindicam os “estudos pós-coloniais” questionaram a validade dos saberes sobre as antigas colônias produzidos nas metrópoles e remeteram a figura idealizada do intelectual às funções técnicas e ideológicas de domesticação.

O questionamento da pureza científica das ciências humanas e de sua reivindicação de objetividade contém uma tomada de posição sobre a natureza dos valores éticos. O debate exemplar entre Noam Chomsky e Michel Foucault⁴⁶ ilustra bastante bem o conflito entre um universalista convencido da validade intrínseca de certas noções, como a de justiça, e um “genealogista”, que destaca a subordinação das noções às lutas intrínsecas por poder: devemos dizer sobre o proletariado, como Foucault, que, querendo “derrubar o poder da classe dominante, ele finge simplesmente que essa guerra é justa”, ou, como Chomsky, que ele luta primeiramente para fazer triunfarem os “valores humanos fundamentais”?

44. Michel Foucault, *Surveiller et punir: Naissance de la prison*, 1975.

45. Michel Foucault, *Histoire de la sexualité*, 1976a, vol. 1, *La Volonté de savoir*, pp. 163-164.

46. Michel Foucault, “Débat Michel Foucault-Noam Chomsky”, [1971b] 1994.

PODEMOS DISPENSAR A VERDADE?

A terceira questão, ligada às precedentes, diz respeito à alternativa entre a afirmação de uma verdade objetiva e sua negação relativista. Esta última, denominada às vezes “pós-moderna, se baseia em Nietzsche (“não há fatos, somente interpretações de fatos”), nos filósofos pragmatistas na linha de William James ou em Foucault, concebendo a oposição verdadeiro/falso como resultado de uma “exclusão” bastante similar à que havia criado o louco⁴⁷. O próprio Durkheim tinha destacado um certo parentesco entre a sociologia e o pragmatismo, que teriam em comum a preocupação de “amolecer a verdade”⁴⁸, ou seja, a recusa de um dogmatismo de tipo platônico que deve recorrer a essências atemporais para garantir o conhecimento verdadeiro. Um dos alvos mais constantes de suas críticas à filosofia universitária é justamente o desconhecimento da história e a predileção por abstrações, generalizações um pouco vazias e noções descontextualizadas. Embora reivindicando para a sociologia o “sentido de extrema variabilidade de tudo o que é humano”⁴⁹, Durkheim exprimia fortes reservas em relação à atitude de pragmatista, chegando mesmo a vê-la como um “assalto contra a razão”⁵⁰. Ele encontrou continuidade no “historicismo racionalista” de Bourdieu⁵¹.

Duas tentações contrárias marcaram as ciências humanas. Uma, a hipótese universalista, representada, notadamente, por Mauss, Lévi-Strauss ou Chomsky, supõe a existência de universais. A outra, bem representada pela hipótese relativista de Sapir-Whorf, considera as línguas e as culturas como tantas formas diferentes de “construir” a realidade. O relativismo enfatiza a proeminência de um quadro conceitual historicamente construído e, portanto, contingente, no interior do qual os dados observáveis se inscrevem. Essa atitude esteve no coração da história das ciências de Thomas Samuel Kuhn, baseada na noção de paradigma: entre épocas, não

47. Michel Foucault, *L'Ordre du discours*, 1971a.

48. Émile Durkheim, *Pragmatisme et sociologie (cours de 1913-1914)*, 1955, p. 90.

49. *Idem*, p. 49.

50. *Idem*, p. 27.

51. Pierre Bourdieu, *Méditations pascaliennes*, 1997, p. 128.

há somente descontinuidade, mas sobretudo incomensurabilidade e, conseqüentemente, é impossível falar em formas invariáveis de racionalidade e, *a fortiori*, de uma realidade exterior a todo ponto de vista. O construtivismo radical na sociologia das ciências foi ilustrado pelos *science studies* e pelo “programa forte” de David Bloor.

Um século depois de Durkheim, os “estudos pós-coloniais” tiveram o mérito de incitar a relativização do ponto de vista, com pretensões universalistas, que os estudiosos ocidentais poderiam ter sobre as sociedades coloniais⁵². Todavia, chega um ponto no qual esse tipo de abordagem se expõe a um dilema. Ou (versão fraca) o convite para se desfazer de preconceitos ligados ao ponto de vista do observador ocidental se inscreve em um imperativo universalista e reflexivo de crítica do etnocentrismo⁵³: útil, esse lembrete não é em si original, pois ele exprime a própria ambição das ciências sociais. Ou (versão forte) ele leva a afirmar que as ferramentas intelectuais produzidas por uns e outros não poderiam ser consideradas segundo uma métrica comum: o risco, então, é acumular relativismo e essencialismo, ao qual se pode adicionar uma tendência encantada em favor de “subalternos” sacralizados⁵⁴. A questão de fundo de todos esses debates é, finalmente, saber se a ambição de objetividade e cientificidade das ciências sociais pode se dispensar de recorrer a noções como verdade e racionalidade⁵⁵.

52. Thomas Brisson, *Décentrer l'occident: Les Intellectuels postcoloniaux, chinois, indiens et arabes, et la critique de la modernité*, 2018.

53. Por exemplo, Jack Goody, *La Raison graphique*, 1978.

54. Gérard Lenclud, *L'Universalisme ou le pari de la raison*, 2013; Vivek Chibber, *La Théorie postcoloniale et le spectre du capital*, [2013] 2018.

55. Jacques Bouveresse, *Nietzsche contre Foucault: Sur la vérité, la connaissance et le pouvoir*, 2016; Pascal Engel, *Manuel de survie rationaliste*, 2020.

CONCLUSÃO

Agentes sociais como outros, os intelectuais são objeto das ferramentas de análise sociológica e suscitam questões de ordem geral, como as dos grupos sociais, representações, estratégias, mobilizações etc. Há razões específicas para se dedicar à sociologia dos intelectuais? Qual pode ser seu interesse, além da erudição? Podemos, antes de tudo, ser tentados a encontrar uma resposta na trajetória social dos pesquisadores que se dedicam a ela (este seria um dos objetos incontornáveis de uma sociologia dos sociólogos). Alguns podem vê-la como um objeto nobre que lhes permite conciliar a deferência profundamente interiorizada em relação às hierarquias intelectuais e sociais com as exigências, ao menos externas, de cientificidade. Outros podem vê-la como meio de sublimar as pulsões de subversão intelectual. E alguns podem encontrar nela a ocasião de satisfazer interesses ideológico-políticos. Academicismo, revolta ou tomada de partido? Fascinação ou repulsão? Pode ser difícil desembaralhar o que vem das diferentes tendências e tentações.

Como o sociólogo é afetado por este objeto, possivelmente mais do que por outros, pode-se esperar de sua parte uma vigilância que

tem relação com seu objeto: pelo próprio interesse do conhecimento, ele é convocado a pensar sobre sua relação com o universo intelectual, objetivar as categorias do pensamento acadêmico, as censuras sociais que se impõem a ele e compreender os efeitos prováveis de seus trabalhos.

Uma primeira razão científica para se consagrar aos intelectuais deve-se ao fato de que eles são, antes de tudo, profissionais do trabalho de formalização das crenças e aspirações coletivas: eles asseguram o estatuto público e estável da palavra escrita ao que é percebido, temido ou esperado em diferentes grupos sociais e instituições. Um estudo das ideologias religiosas e políticas não diz respeito somente aos intelectuais: eles têm, certamente, interesses específicos implicados nas relações de concorrência internas, mas tendem a cumprir, além disso, funções de porta-voz ou mediador. Funções essas que são ao mesmo tempo expressivas (nomear a experiência), cognitivas (dizer o que é a realidade) e políticas (dizer o que deve ser feito dada esta realidade). Quase não há sociedades que poderíamos compreender subtraindo a parte do trabalho intelectual: por exemplo, as três ordens da sociedade medieval (*oratores, bellatores e laboratores*) devem ser examinadas não como um simples reflexo da realidade, mas como uma produção de ideólogos interessados em nomear o real¹. Contudo, talvez seja mais ainda o caso em nossas sociedades, que se caracterizam, por um lado, pelo recurso a discursos eruditos e, ocasionalmente, a ambições científicas para a legitimação-deslegitimação da ordem social e, por outro lado, pela circulação dos bens simbólicos entre diferentes esferas, notadamente as do saber desinteressado, *expertise*, debate intelectual (revistas, ensaios etc.) e “opinião pública” (sondagens, imprensa, partidos etc.). A luta pela definição legítima de noções (nossa sociedade é capitalista, liberal, pós-industrial, de consumo etc.?) e problemas sociais (pobreza, delinquência, sofrimento no trabalho etc.) é um aspecto para o qual a contribuição de intelectuais é essencial: ela visa não apenas a impor uma visão, mas a excluir outras como ilusórias, ou mesmo impensáveis.

O que Gramsci buscou tornar visível por meio de uma noção como “hegemonia” é a ligação entre as funções políticas da produ-

1. Georges Duby, *Les Trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, 1978.

ção intelectual e os fundamentos intelectuais da dominação social. Foram pensadores (como Friedrich Hayek) reunidos ao redor da Sociedade do Mont-Pèlerin, criada em 1947, que estiveram na origem da contraofensiva neoliberal contra o “socialismo” e o “estatismo”²: como resultado do sucesso da sua empreitada de mobilização, nos anos 1980, o voluntarismo ideológico-político inicial tendeu a se desfazer em proveito das evidências supostamente indiscutíveis da “ciência econômica”. Na contramão das análises sobre o papel dos filósofos na Revolução Francesa, Roger Chartier³ quis mostrar que seu papel como percursores não foi tão decisivo quanto poderíamos dizer e que foi o evento revolucionário que os constituiu como referências doutrinárias. Um tal ceticismo, embora possa basear-se com razão na constatação de que os deputados do Terceiro Estado não eram leitores de livros filosóficos, talvez seja excessivo, pois vários estudos sobre a recepção mostram que as obras circulam menos como textos lidos e comentados do que por meio de palavras-chave, fórmulas e “bricolagens” (inclusive entre os letrados). Inscrever os intelectuais na história de uma sociedade não implica necessariamente cair em armadilhas intelectualistas. Quando Pierre Bourdieu falava do “efeito de teoria” suscitado pelo pensamento de Marx, não ignorava o volume restrito do público dos leitores competentes de *O Capital*, mas buscava mostrar, de forma mais geral, que esse efeito contribui, em conjunturas nas quais o real parecia ajustado ao que era dito, para fazer existir o que a teoria diz sobre a realidade e validar a profecia, entendendo que é preciso contar também com outras forças além das discursivas.

A outra razão principal para fazer uma sociologia dos intelectuais é a reflexividade científica. O sociólogo de hoje se confronta com um capital cultural acumulado que se apresenta sob duas formas. Em estado objetivado, sob a forma de livros, doutrinas, autores a conhecer e, conforme o caso, a criticar, corrigir etc. Em estado incorporado, sob a forma de hábitos nacionais, disciplinares e sistemas de classificação: é neste ponto que a sociologia é, sem dúvida,

2. François Denord, *Néo-libéralisme version française*, 2007.

3. Roger Chartier, *Les Origines culturelles de la Révolution française*, [1990] 2000.

indispensável, pois pode contribuir para trazer à consciência clara o que existia e agia de forma mais obscura. Ela visa a objetivar, historicizar e relativizar um estado das coisas que se apresenta como atemporal e evidente; e, portanto, ela pode funcionar como uma espécie de socioanálise coletiva.

E isso sem ceder ao “sociologismo”. Sociologizar a produção de discursos não significa pronunciar-se sobre a sua validade ou ceder ao relativismo, mas sim contribuir previamente para elucidar o quadro conceitual e problemático no qual se inscrevem. O sociólogo deve mostrar que possui as ferramentas tanto para estudar os “conteúdos” (e não somente o “contexto”), quanto para mover a linha entre análise externa e análise interna. Nem dogma nem simples convenção, essa linha pode ser deslocada em função do estado dos conhecimentos e dos problemas. Uma análise empírica será considerada satisfatória se conseguir fazer com que se admita um ponto de vista informado e original sobre os discursos destes detentores de pontos de vista privilegiados que são os intelectuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Andrew. *The System of Professions: An Essay on the Division of the Expert Labor*. Chicago, University of Chicago Press, 1988.
- ADLER, Max. "Wissenschaft und soziale Struktur". In: MEJA, Volker & STEHR, Nico. *Der Streit um die Wissenssoziologie*. Frankfurt, Suhrkamp, [1928] 1982.
- ANDERSON, Perry. *Sur le marxisme occidental*. Paris, Maspero, [1976] 1977. [Ed. bras.: *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Tradução de Fabio Fernandes. São Paulo, Boitempo, 2004.]
- ANGENOT, Marc. *Rhétorique de l'anti-socialisme: Essai d'histoire discursive, 1830-1917*. Saint-Nicolas, Presses de l'Université Laval, 2004.
- ATTENCOURT, Boris. "Qu'est-ce que la notoriété? Quelques réflexions sur une approche essentialiste en sciences sociales". *Revue Européenne des Sciences Sociales*, vol. 54, pp. 249-261, 2016.
- _____. "Badiou versus Finkielkraut: Débat du siècle ou débat dans le siècle?" *Zilsel*, vol. 1, pp. 117-152, 2017.
- AUERBACH, Bruno. "La Définition légitime des sciences sociales au prisme du débat sur la crise de l'édition SHS". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 164, pp. 75-92, 2006.

- AZOULAY, Vincent. “Champ intellectuel athénien et stratégies de distinction dans la première moitié du IV^e siècle: de Socrate à Isocrate”. In: COUVENHES, Jean-Christophe & MILANEZI, Silvia (orgs.). *Individus, groupes et politique à Athènes, de Solon à Mithridate*. Tours, Presses Universitaires François-Rabelais, 2007, pp. 171-199.
- BALAZS, Étienne. *La Bureaucratie céleste: Recherches sur l'économie et la société de la Chine traditionnelle*. Paris, Gallimard, 1968.
- BEN-DAVID, Joseph. *Éléments d'une sociologie historique des sciences*. Paris, PUF, [1991] 1997.
- BENDA, Julien. *La Trahison des clercs*. Paris, Grasset, 1927.
- BÉNICHOU, Paul. *Le Sacre de l'écrivain: 1750-1780*. Paris, José Corti, 1973.
- BOLTANSKI, Luc. “Pouvoir et impuissance: Projet intellectuel et sexualité dans le *Journal d'Amiel*”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 5, pp. 80-108, 1975.
- BORLANDI, Massimo. “Durkheim et la psychologie”. In: BOUDON, Raymond (org.). *Durkheim fut-il durkheimien?* Paris, PUF, 2011, pp. 55-80.
- BOSCHETTI, Anna. *Sartre et les temps modernes: Une Aventure intellectuelle*. Paris, Minuit, 1987.
- . *La Poésie partout: Apollinaire, homme-époque (1898-1918)*. Paris, Seuil, 2001.
- . *Ismes: Du Réalisme au postmodernisme*. Paris, CNRS Éditions, 2014.
- BOTS, Hans & WACQUET, Françoise. *La République des lettres*. Paris/Bruxelas, Belin/De Boeck, 1997.
- BOUDON, Raymond. “Pourquoi les intellectuels n'aiment pas le libéralisme”. *Commentaire*, vol. 104, pp. 773-787, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Sens pratique*. Paris, Minuit, 1980. [Ed. bras.: *O Senso Prático*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, Vozes, 2009.]
- . *Homo Academicus*. Paris, Minuit, 1984. [Ed. bras.: *Homo Academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2011.]
- . *L'Ontologie politique de Martin Heidegger*. Paris, Minuit, 1988. [Ed. bras.: *A Ontologia Política de Martin Heidegger*. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas, Papirus, 1989.]

- _____. *Les Règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil, [1992] 1998. [Ed. bras.: *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.]
- _____. *Méditations pascaliennes*. Paris, Seuil, 1997. [Ed. bras.: *Meditações Pascalianas*. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.]
- _____. “Une Révolution conservatrice dans l’édition”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 126-127, pp. 3-28, 1999a.
- _____. “Sur le Fonctionnement du champ intellectuel”. *Regards Sociologiques*, vol. 17-18, pp. 5-27, 1999b.
- _____. *Contre-feux 2*. Paris, Raisons d’Agir, 2001.
- _____. “Les Conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 145, pp. 3-8, 2002.
- _____. & WACQUANT, Loïc. *Invitation à la sociologie réflexive*. Paris, Seuil, 2014.
- BOUREAU, Alain. *L’Empire du livre: Pour une histoire du savoir scolaire (1200-1380)*. Paris, Les Belles Lettres, 2007.
- BOUVERESSE, Jacques. *Schmock ou le triomphe du journalisme: La Grande bataille de Karl Kraus*. Paris, Seuil, 2001.
- _____. *Nietzsche contre Foucault: Sur la vérité, la connaissance et le pouvoir*. Marseille, Agone, 2016.
- BRISSON, Thomas. *Décentrer l’occident: Les Intellectuels postcoloniaux, chinois, indiens et arabes, et la critique de la modernité*. Paris, La Découverte, 2018.
- BRUNETIÈRE, Ferdinand. “Après le procès”. *La Revue des Deux Mondes*, mars 1898.
- BRUNO, Isabelle. *À Vos marques, prêts... cherchez! La Stratégie européenne de Lisbonne, vers un marché de la recherche*. Bellecombe-en-Bauges, Éditions du Croquant, 2008.
- BURKE, Peter. *La Renaissance européenne*. Paris, Seuil, [1998], 2000.
- CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris, Seuil, 1999.
- _____. *Kafka en colère*. Paris, Seuil, 2011. [Ed. bras.: *Kafka Indignado*. Tradução de Regina Salgado Campos e Iraci Poleti. São Paulo, Edusp, 2023.]

- CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (orgs.). *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris, Seuil, 2001.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. “La Seconde fondation de la sociologie française, les États-Unis et la classe ouvrière”. *Revue Française de Sociologie*, vol. 32, pp. 321-364, 1991.
- CHAPOUTOT, Johan. *Comprendre le nazisme*. Paris, Tallandier, 2020.
- CHARLE, Christophe. *La Crise littéraire à l’époque du naturalisme*. Paris, Presses de l’École Normale Supérieure, 1979.
- _____. *Naissance des intellectuels*. Paris, Minuit, 1990.
- _____. *Les Intellectuels en Europe au XIX^e siècle: Essai d’histoire comparée*. Paris, Seuil, 1996.
- _____. & JEANPIERRE, Laurent (orgs.). *La Vie intellectuelle en France*. Paris, Seuil, 2016, vol. 1: *Des Lendemains de la révolution à 1914*; vol. 2: *De 1914 à nos jours*.
- CHARRON, Hélène. *Les Formes de l’illégitimité intellectuelle: Les Femmes dans les sciences sociales françaises, 1890-1940*. Paris, CNRS Éditions, 2013.
- CHARTIER, Roger. “Espace social et imaginaire social: les intellectuels frustrés au XVII^e siècle”. *Annales*, vol. 37, pp. 389-400, 1982.
- _____. *Les Origines culturelles de la Révolution Française*. Paris, Seuil, [1990] 2000. [Ed. bras.: *As Origens Culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo, Editora da Unesp, 2009.]
- _____. *L’Ordre des livres: Lecteurs, auteurs, bibliothèques entre XIV^e et XVIII^e siècle*. Aix-en-Provence, Alinea, 1992. [Ed. bras.: *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília, Editora da UNB, 1994.]
- _____. “L’Homme de lettres”. In: VOVELLE, Michel (org.). *L’Homme des lumières*. Paris, Seuil, 1996.
- CHATRIOT, Alain. “La Lutte contre le “chômage intellectuel”: l’action de la Confédération des Travailleurs Intellectuels (CTI) face à la crise des années trente”. *Le Mouvement Social*, vol. 214, pp. 77-91, 2006.
- CHIBBER, Vivek. *La Théorie postcoloniale et le spectre du capital*. Toulouse, Éditions de l’Asymétrie, [2013] 2018.
- COLLINS, Randall. *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Cambridge, Harvard University Press, 1998.

- CONVERT, Bernard & HEILBRON, Johan. “La Réinvention américaine de la sociologie économique”. *L'Année Sociologique*, vol. 55, pp. 329-364, 2005.
- CUSSET, François. *French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze & cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis*. Paris, La Découverte, 2003.
- DARNTON, Robert. *Bohème littéraire et révolution: Le monde des livres au XVIII^e siècle*. Paris, Gallimard/Seuil, 1983 (Hautes Etudes). [Ed. bras.: *Boemia Literária e Revolução: O Submundo das Letras no Antigo Regime*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo, Companhia da Letras, 1987.]
- DENORD, François. *Néo-libéralisme version française*. Paris, Demopolis, 2007.
- DIU, Isabelle & PARINET, Elisabeth. *Histoire des auteurs*. Paris, Perrin, 2013.
- DUBY, Georges. *Les Trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris, Gallimard, 1978.
- DUCLERT, Vincent. “L'Engagement scientifique et l'intellectuel démocratique. Le Sens de l'affaire Dreyfus”. *Politix*, vol. 48, pp. 71-94, 1999.
- DURKHEIM, Émile. “L'Enseignement philosophique et l'agrégation de philosophie”. *Textes*, vol. 3, Paris, Minuit, [1895] 1975.
- _____. “L'Individualisme et les intellectuels”. *Revue Bleue*, t. x. In: DURKHEIM, Émile. *La Science Sociale et l'Action*. Paris, PUF, [1898] 1970. [Ed. bras.: *O Individualismo e os Intelectuais*. Organização de Marcia Consolim, Márcio de Oliveira e Raquel Weiss. São Paulo, Edusp, 2016.]
- _____. *L'Évolution pédagogique en France*. Paris, PUF, 1938.
- _____. *Pragmatisme et sociologie (Cours de 1913-1914)*. Paris, Vrin, 1955.
- DUVAL, Julien; GAUBERT, Christophe; LEBARON, Frédéric; MARCHETTI, Dominique & PAVIS, Fabienne. *Le Décembre des intellectuels français*. Paris, Raisons d'Agir, 1997.
- ELIAS, Norbert. *La Civilisation des Mœurs*. Paris, Calmann-Lévy, [1939] 1985. [Ed. bras.: *O Processo Civilizador*. Tradução de Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, vol. I: *Uma História dos Costumes*.]

- _____. *Mozart: Sociologie d'un génie*. Paris, Seuil, 1991. [Ed. bras.: *Mozart, Sociologia de um Gênio*. Organizado por Michael Schröter. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.]
- ENGEL, Pascal. *Les Lois de l'esprit: Julien Benda ou la raison*. Paris, Ithaque, 2012.
- _____. *Manuel de survie rationaliste*. Marseille, Agone, 2020.
- EYAL, Gil & BUCHHOLZ, Larissa. "From the Sociology of Intellectuals to the Sociology of Interventions". *Annual Review of Sociology*, vol. 36, pp. 63-90, 2010.
- FABIANI, Jean-Louis. *Les Philosophes de la république*. Paris, Minuit, 1988.
- FAYE, Emmanuel. *Heidegger: L'Introduction du nazisme dans la philosophie. Autour des séminaires inédits de 1933-1935*. Paris, Albin Michel, 2005.
- FONTBONNE, Gaspar. "Malaise dans la philosophie? Les Philosophes devenus psychanalystes en France dans les années 1970". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, vol. 34, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rhsh/3275>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Les Mots et les choses: Une Archéologie des sciences humaines*. Paris, Gallimard, 1966. [Ed. bras.: *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007.]
- _____. "Qu'est-ce qu'un auteur?" In: *Dits et écrits*. Paris, Gallimard, [1969] 2001, vol. 1. [Ed. bras.: "O que é um autor?" In: *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, vol. III: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, pp. 264-298.]
- _____. *L'Ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971a. [Ed. bras.: *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. 12. ed. São Paulo, Loyola, 2005.]
- _____. "Débat Michel Foucault-Noam Chomsky". *Dits et écrits*. Paris, Gallimard, [1971b] 1994, vol. 2. [Ed. bras.: *Ditos e Escritos*. Org. Manoel Barros da Motta; tradução de Vera Lúcia A. Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense, 2003, vol. IV: *Ética, Estratégia, Poder-saber*.]
- _____. *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Paris, Gallimard, [1975]. [Ed. bras.: *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 32 ed. Petrópolis, Vozes, 1997.]

- _____. *Histoire de la sexualité*. Paris, Gallimard, 1976a, vol. 1: *La Volonté de savoir*. [História da Sexualidade. 17. ed. Rio de Janeiro, Graal, 2006, vol. 1: *A Vontade de Saber*.]
- _____. “Entretien avec Michel Foucault”. *Dits et écrits*. Paris, Gallimard, [1976b] 1994, vol. 3. [“Entrevista com Michel Foucault”. In: *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2011, vol. VII, pp. 157-168.]
- FRIEDMAN, Michael. *A Parting of the Ways: Carnap, Cassirer and Heidegger*. Chicago, Open Court, 2000.
- FUMAROLI, Marc. *L'Âge de l'éloquence: Rhétorique et “res literaria” de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Paris, Albin Michel, [1980] 1994.
- GARCIA, Afranio. “Les Intellectuels et la conscience nationale au Brésil”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 98, pp. 20-33, 1993.
- GENET, Jean-Philippe. *Genèse de l'état moderne: Culture et société politique en Angleterre*. Paris, PUF, 2003.
- GINGRAS, Yves. *Les Dérives de l'évaluation de la recherche: Du Bon usage de la bibliométrie*. Paris, Raisons d'Agir, 2014.
- _____. & GEMME, Brigitte. “L'Emprise du champ scientifique sur le champ universitaire et ses effets”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 164, pp. 51-60, 2006.
- _____.; KEATING, Peter & LIMOGES, Camille. *Du Scribe au savant: Les Porteurs de savoir de l'antiquité à la révolution industrielle*. Paris, PUF, 2000.
- GODECHOT, Olivier. “Le Marché du livre philosophique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 130, pp. 11-28, 1999.
- GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché*. Paris, Gallimard, 1955.
- GOODY, Jack. *La Raison graphique*. Paris, Minuit, 1978.
- _____. *Le Vol de l'histoire: Comment l'Europe a imposé le récit de son passé au reste du monde*. Paris, Gallimard, [2007] 2010.
- GORZ, André. *Stratégie ouvrière et néocapitalisme*. Paris, Seuil, 1964.
- GOURNÉ, Isabelle. *L'Introduction du marxisme en France: Philosofo-tisme et sciences humaines (1920-1939)*. Rennes, PUR, 2013.
- GOULDNER, Alvin W. *The Future of the Intellectuals and the Rise of the New Class*. New York, Seabury Press, 1979.

- GOUYON, Marie & PATUREAU, Frédérique. “Vingt ans d’évolution de l’emploi dans les professions culturelles (1991-2011)”. *Culture Chiffres*, n. 6, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de prison*, n. 10, 11, 12 e 13. Paris, Gallimard, [1930-1932], 1978. [Ed. bras.: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.]
- GRANGER, Christophe. *La Destruction de l’université française*. Paris, La Fabrique, 2015.
- GROSS, Neil. *Richard Rorty: The Making of an American Philosopher*. Chicago, University of Chicago Press, 2008.
- GROSSETTI, Michel & MILARD, Béatrice. “Les Évolutions du champ scientifique en France à travers les publications et les contrats de recherche”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 148, pp. 47-56, 2003.
- HADOT, Ilsetraut. *Arts libéraux et philosophie dans la pensée antique*. Paris, Vrin, 2005.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge, Harvard University Press, 2000.
- HAUCHECORNE, Mathieu. *La Gauche américaine en France: La Réception de John Rawls et des théories de la justice*. Paris, CNRS Éditions, 2019.
- HAUSER, Arnold. *Histoire sociale de l’art et de la littérature*. Paris, Le Sycomore, [1951] 1982. [Ed. bras.: *História Social da Arte e da Literatura*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Martins Fontes, 2003.]
- HAVELOCK, Eric Alfred. *Preface to Plato*. Cambridge, Harvard University Press, 1963.
- HEIDEGREN, Carl-Göran & LUNDBERG, Henrik. “Towards a Sociology of Philosophy”. *Acta Sociologica*, vol. 53, pp. 3-18, 2010.
- HEILBRON, Johan. “Pionniers par défaut? Les Débuts de la recherche au Centre d’Études Sociologiques (1946-1960)”. *Revue Française de Sociologie*, vol. 32, pp. 365-379, 1991.
- _____. *Naissance de la sociologie*. Marseille, Agone, 2006. [Ed. bras.: *O Nascimento da Sociologia*. Tradução de Márcia Aguiar. São Paulo, Edusp, 2022.]
- _____. & SAPIRO, Gisèle. “La Traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux”. In: SAPIRO, Gisèle (org.). *Translatio: Le*

- Marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris, CNRS Éditions, 2008.
- HEINICH, Nathalie. *Être écrivain*. Paris, La Découverte, 2000.
- _____. "La Culture de la célébrité en France et dans les pays anglophones: Une Approche comparative". *Revue Française de Sociologie*, vol. 52, pp. 353-372, 2011.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*. Paris, Fayard, 1991.
- HOARE, George & SPERBER, Nathan. *Introduction à Antonio Gramsci*. Paris, La Découverte, 2019 (Repères, Nouvelle édition).
- ISMARD, Paulin. *L'Événement Socrate*. Paris, Flammarion, 2013.
- KALINOWSKI, Isabelle. "Leçons wébériennes sur la science et la propagande". In: WEBER, Max. *La Science, profession et vocation*. Marseille, Agone, [1919] 2005.
- KARADY, Victor. "Durkheim, les sciences sociales et l'université: bilan d'un semi-échec". *Revue Française de Sociologie*, vol. 17, pp. 267-311, 1976.
- KERFELD, George Briscoe. *Le Mouvement sophistique*. Paris, Vrin, [1981] 1999.
- KONRÁD, György & SZELÉNYI, Ivan. *La Marche au pouvoir des intellectuels: Le Cas des pays de l'est*. Paris, Seuil, 1979.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le Futur passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris, Éditions de l'EHESS, [1979] 1990.
- KURZMAN, Charles & OWENS, Lynn. "The Sociology of Intellectuals". *Annual Review of Sociology*, vol. 28, pp. 63-90, 2002.
- KUSCH, Martin. *Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*. Londres, Routledge, 1995.
- LAHIRE, Bernard. *La Condition littéraire: La Double vie des écrivains*. Paris, La Découverte, 2006.
- _____. *Franz Kafka: Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris, La Découverte, 2010.
- LAMONT, Michèle. "How to Become a Dominant French Philosopher: The Case of Jacques Derrida". *American Journal of Sociology*, vol. 93, pp. 584-622, 1987.
- LARDINOIS, Roland. "Louis Dumont et la science indigène". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 106-107, pp. 11-26, 1995.

- LAURENS, Sylvain. *Militer pour la science: Les mouvements rationalistes en France (1930-2005)*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2019.
- LEBARON, Frédéric. *La Croyance économique: Les Économistes entre science et politique*. Paris, Seuil, 2000.
- LE BON, Gustave. *Psychologie des foules*. Paris, PUF, [1895] 1981.
- LE GOFF, Jacques. *Les Intellectuels au Moyen Âge*. Paris, Seuil, 1957. [Ed. bras.: *Os Intelectuais na Idade Média*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo, Brasiliense, 1988.]
- LENCLUD, Gérard. *L'Universalisme ou le pari de la raison*. Paris, Éditions de l'EHESS/Gallimard/Seuil, 2013.
- LEPENIES, Wolf. *Les Trois cultures: Entre science et littérature, l'avènement de la sociologie*. Paris, Éditions de la MSH, [1985] 1990. [Ed. bras.: *As Três Culturas*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo, Edusp, 1996.]
- LE STRAT, Claire & PELLETIER, Willy. *La Canonisation libérale de Tocqueville*. Paris, Syllepses, 2005.
- LIZÉ, Wenceslas; NAUDIER, Delphine & ROUEFF Olivier. *Intermédiaires du travail artistique: À la Frontière de l'art et du commerce*. Paris, La Documentation Française, 2011.
- LOSURDO, Domenico. *Heidegger et l'idéologie de la guerre*. Paris, PUF, [1991] 1998.
- . *Nietzsche, le rebelle aristocratique: Biographie intellectuelle et bilan critique*. Paris, Delga, [2002] 2016.
- LOUIS, Paul. *L'Avenir du socialisme*. Paris, Fasquelle, 1905.
- LUKÁCS, Georg. *Brève histoire de la littérature allemande. Du XVIII^e siècle à nos jours*. Paris, Nagel, [1947] 1949.
- . *La Destruction de la raison*. Paris, L'Arche, [1954] 1958-1959. [Ed. bras.: *A Destruição da Razão*. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo, Instituto Lukács, 2020.]
- MAKHAÏSKI, Jan Waclav. *Le Socialisme des intellectuels*. Textos escolhidos, traduzidos e apresentados por Alexandre Skirda. Paris, Seuil, 1979.
- MALLET, Serge. *La Nouvelle classe ouvrière*. Paris, Seuil, 1963.
- MANDROU, Robert. *Des Humanistes aux hommes de science (XVI^e et XVII^e siècles)*. Paris, Seuil, 1973.

- MANNHEIM, Karl. *La Pensée conservatrice*. Paris, Éditions de la Revue Conférence, [1927] 2009.
- _____. “De la Concurrence et de sa signification dans le domaine de l’esprit”. *L’Homme et la Société*, vol. 140-141, pp. 55-102, [1928] 2001.
- _____. *Idéologie et utopie*. Paris, Éditions de la MSH, [1929] 2006.
- MARMURSZTEJN, Elsa. *L’Autorité des maîtres: Scolastique, normes et société au XIII^e siècle*. Paris, Les Belles Lettres, 2007.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *L’Idéologie allemande*. Paris, Éditions Sociales, [1845-1846] 1974. [Ed. bras.: *A Ideologia Alemã: Crítica da mais Recente Filosofia Alemã em Seus Representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do Socialismo Alemão em Seus Diferentes Profetas, 1845-1846*. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Martorano. São Paulo, Boitempo, 2011.]
- MATONTI, Frédérique. *Intellectuels communistes: Essai sur l’obéissance politique*. *La Nouvelle Critique* (1967-1980). Paris, La Découverte, 2005.
- MAUGER, Gérard & SOULIÉ, Charles. “Le Recrutement des étudiants en lettres et sciences humaines et leurs objets de recherches”. *Regards Sociologiques*, n. 22, pp. 23-40, 2001.
- MEDVETZ, Thomas. “Les *Think tanks* dans le champ du pouvoir étasunien”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 200, pp. 44-55, 2013.
- MICELI, Sergio. *Les Intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Paris, Éditions de la MSH, 1981. [Ed. bras.: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo, Difel, 1979.]
- _____. “Jorge Luis Borges: Histoire d’un écrivain-né”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 168, pp. 82-101, 2007. [Ed. bras.: “Jorge Luis Borges: História Social de Um Escritor Nato”. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 77, pp. 155-182, mar. 2007.]
- MICHELS, Robert. “Intellectual”. *Encyclopedia of the Social Sciences*. Nova York, Macmillan, vol. 8, pp. 118-126, 1932.
- MONTLIBERT, Christian de. “L’Emprise de la féminisation sur le savoir sociologique”. *Regards Sociologiques*, vol. 22, pp. 41-48, 2001.
- MORENO PESTAÑA, José Luis. *En Devenant Foucault: sociogenèse d’un grand philosophe*. Bellecombe-en-Bauges, Éditions du Croquant, 2006.

- MORNET, Daniel. *Histoire de la clarté française. Ses origines, son évolution, sa valeur*. Paris, Payot, 1929.
- NATALI, Carlo. "Lieux et écoles du savoir". In: BRUNSCHWIG, Jacques & LLYOD, Geoffrey (orgs.). *Le Savoir grec: Dictionnaire critique*. Paris, Flammarion, 1996.
- NAUDIER, Delphine. "Les Écrivaines et leurs arrangements avec les assignations sexuées". *Sociétés Contemporaines*, vol. 78, pp. 39-63, 2010.
- NOËL, Sophie. "Le Petit commerce de l'indépendance: Construction matérielle et discursive de l'indépendance en librairie". *Sociétés Contemporaines*, vol. 111, pp. 45-70, 2018.
- NOIRIEL, Gérard. *Dire la vérité au pouvoir: Les Intellectuels en question*. Marseille, Agone, 2010.
- ORY, Pascal & SIRINELLI, Jean-François. *Les Intellectuels en France: De l'Affaire Dreyfus à nos jours*. Paris, Armand Colin, 1986.
- PANOFSKY, Erwin. *Architecture gothique et pensée scolastique*. Paris, Minuit, [1951] 1967. [Ed. bras.: *Arquitetura Gótica e Escolástica: sobre a Analogia entre Arte, Filosofia e Teologia na Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.]
- PERRIN-SAMINADAYAR, Eric. "Des Élités intellectuelles à Athènes à l'époque hellénistique? Non, des notables". In: CÉBEILLAC-GERVASONI, Mireille & LAMOINE, Laurent (orgs.). *Les Élités intellectuelles et leurs facettes*. Rome/Clermont-Ferrand, École Française de Rome/Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2003.
- PINTO, Louis. *L'Intelligence en action: Le Nouvel observateur*. Paris, Métailié, 1984a.
- _____. "La Vocation de l'universel: La Formation de la représentation de l'intellectuel vers 1900". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 55, pp. 23-32, 1984b.
- _____. "Une Science des intellectuels est-elle possible?". *Revue de Synthèse*, IV^e série, pp. 345-360, 1986.
- _____. "L'Émoi, le mot, le moi: Le Discours sur l'art dans le 'musée égoïste' du *Nouvel Observateur*". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 88, pp. 78-102, 1991a.
- _____. "Tel quel: Au Sujet des intellectuels de parodie". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 89, pp. 66-77, 1991b.

- _____. *Les Neveux de Zarathoustra: La Réception de Nietzsche en France*. Paris, Seuil, 1995.
- _____. “Épreuves et prouesses de l’esprit littéraire”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 123, pp. 45-64, 1998.
- _____. *La Vocation et le métier de philosophe: Pour une sociologie de la philosophie dans la France contemporaine*. Paris, Seuil, 2007.
- _____. *La Théorie souveraine: Les Philosophes français et la sociologie au xx^e siècle*. Paris, Éditions du Cerf, 2009a.
- _____. (org.). *Le Commerce des idées philosophiques*. Bellecombe-en-Bauges, Éditions du Croquant, 2009b.
- _____. *La Religion intellectuelle: Emmanuel Lévinas, Hermann Cohen, Jules Lachelier*. Paris, PUF, 2010.
- _____. *Sociologie et philosophie: libres échanges*. Bourdieu, Derrida, Durkheim, Foucault, Sartre... Paris, Ithaque, 2014.
- POLIAK, Claude. *Aux Frontières du champ littéraire: Sociologie des écrivains amateurs*. Paris, Economica, 2006.
- POLLAK, Michael. “Une Sociologie en acte des intellectuels: Les Combats de Karl Kraus”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 36-37, pp. 87-103, 1981.
- _____. *Vienne 1900*. Paris, Gallimard, [1984] 1992.
- PONTON, Rémy. “Programme esthétique et accumulation de capital symbolique: L’Exemple du Parnasse”. *Revue Française de Sociologie*, vol. XIV, pp. 202-220, 1973.
- _____. “Naissance du roman psychologique: Capital culturel, capital social et stratégie littéraire à la fin du xix^e siècle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 4, pp. 66-81, 1975.
- PROCHASSON, Christophe. *Les Années électriques: 1880-1910*. Paris, La Découverte, 1991.
- PROST, Antoine. *L’École et la famille dans une société en mutation*. Paris, Nouvelle Librairie de France, 1982.
- PUDAL, Bernard. *Prendre parti*. Paris, Presses de Sciences Po, 1989.
- PUDAL, Romain. “Enjeux et usages du pragmatisme en France (1880-1920): Approche sociologique et historique d’une acculturation philosophique”. *Revue Française de Sociologie*, vol. 52, pp. 747-775, 2011.
- PUTNAM, Hilary. *Fait/valeur: La Fin d’un dogme et autres essais*. Paris, L’Éclat, [2002] 2004.

- RABOT, Cécile. “Le Rapport des bibliothécaires de lecture publique aux amateurs”. *Sociologie*, vol. 3, pp. 359-376, 2012.
- REPÈRES et références statistiques sur les enseignements, la formation et la recherche 2018. Paris, Ministère de l'Éducation Nationale, 2019.
- RIEFFEL, Rémy. *La Tribu des clercs: Les Intellectuels sous la v^e république, 1958-1990*. Paris, Calmann-Lévy, 1993.
- RINGER, Fritz K. *The Decline of the German Mandarins*. Cambridge, Harvard University Press, 1969. [Ed. bras.: *O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, Edusp, 2000.]
- ROCHE, Daniel. *Les Républicains des lettres: Gens de culture et lumières au XVIII^e siècle*. Paris, Fayard, 1988.
- SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris, Fayard, 1999.
- _____. (org.). *Translatio: Le Marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris, CNRS Éditions, 2008.
- _____. “Modèles d'intervention politique des intellectuels: Le Cas français”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 176-177, pp. 8-31, 2009.
- _____. *La Responsabilité de l'écrivain: Littérature, droit et morale en France (XIX^e-XX^e siècles)*. Paris, Seuil, 2011.
- _____. *Les Écrivains et la politique en France: De l’Affaire Dreyfus à la guerre d’Algérie*. Paris, Seuil, 2018.
- _____. & RABOT, Cécile (org.). *Profession? écrivain*. Paris, CNRS Éditions, 2017.
- SARTRE, Jean-Paul. “Présentation des Temps modernes”. In: *Situations*, 2. Paris, Gallimard, [1946] 1948.
- SCHELER, Max. *Problèmes de sociologie de la connaissance*. Paris, PUF, [1926] 1993.
- SCHNEIDER, Ulrich. J. “L’Historicisation de l’enseignement de la philosophie dans les universités allemandes du XIX^e siècle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 109, pp. 29-40, 1995.
- SCHORSKE, Carl Emil. *Vienne fin de siècle: Politique et culture*. Paris, Seuil, [1980] 1983.
- _____. *De Vienne et d’ailleurs: Figures culturelles de la modernité*. Paris, Fayard, [1998] 2000.
- SCHÜCKING, Levin L. *Soziologie der literarischen Geschmacksbildung*. Dalp-Taschenbücher, [1923] 1961.

- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalisme, socialisme et démocratie*. Paris, Payot, [1942] 1972. [Ed. bras.: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. e-Book. São Paulo, Editora Unesp Digital, 2017.]
- SIMONIN, Anne & FOUCHÉ, Pascal. “Comment on a refusé certains de mes livres: Contribution à une histoire sociale du littéraire”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 126-127, pp. 103-115, 1999.
- SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises: Manifestes et pétitions au XX^e siècle*. Paris, Fayard, 1990.
- SKINNER, Quentin. *Visions politiques*. Genève, Droz, [2002] 2018, vol. 1: *Sur la Méthode*.
- SOREL, Georges B. *La Décomposition du marxisme*. Saint-Denis, Bona Fide, [1908] 1979.
- SOULIÉ, Charles. “Anatomie du goût philosophique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 109, pp. 3-28, 1995a.
- . “Apprentis philosophes et apprentis sociologues”. *Sociétés Contemporaines*, vol. 21, pp. 89-101, 1995b.
- . “La Pédagogie charismatique de Gilles Deleuze à Vincennes”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 216-217, pp. 42-63, 2017.
- STERNHELL, Zeev. *Les Anti-lumières: Une Tradition du XVIII^e siècle à la guerre froide*. Paris, Gallimard, 2010.
- TERRAY, Emmanuel. *Penser à droite*. Paris, Galilée, 2012.
- THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales*. Paris, Seuil, 1999.
- TOPALOV, Christian. “Maurice Halbwachs et les villes (1908-1912): Une Enquête d’histoire sociale des sciences sociales”. *Annales HSS*, n. 5, pp. 1057-1083, 1997.
- . “Maurice Halbwachs. L’Expérience de Chicago (automne 1930)”. *Annales HSS*, n. 4, pp. 11-49, 2006.
- TROTSKI, Leon. “Les Intellectuels et le socialisme”, 1910. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/trotsky/oeuvres/1910/09/lt19100900.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- VAN DAMME, Stéphane. *À Toutes voiles vers la vérité: Une Autre histoire de la philosophie au temps des lumières*. Paris, Seuil, 2014.

- VERGER, Jacques. “Naissance et essor des universités au Moyen Âge”. In: CHARLE, Christophe & VERGER, Jacques. *Histoire des universités*. Paris, PUF, 2012.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mythe et pensée chez les grecs: Études de psychologie historique*. Paris, Maspero, 1965. [Ed. bras.: *Mito e Pensamento entre os Gregos: Estudos de Psicologia Histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.]
- VESPERINI, Pierre. *Lucrèce*. Paris, Fayard, 2018.
- _____. *La Philosophie antique*. Paris, Fayard, 2019.
- VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain*. Paris, Minuit, 1985.
- WATT, Ian. *The Rise of the Novel Studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1964. [Ed. bras.: *A Ascensão do Romance: Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.]
- WEBER, Max. *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris, Flammarion, [1905] 2000. [Ed. bras.: *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antônio Flávio Pierucci. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.]
- _____. *Confucianisme et taoïsme*. Paris, Gallimard, [1916a], 2000. [Ed. bras.: *Religião da China: Confucionismo e Taoísmo*. Tradução de Antonio Fontoura. e-Book, 2019.]
- _____. *Hindouisme et bouddhisme*. Paris, Champs-Flammarion, [1916b], 2003.
- _____. *Le Judaïsme antique*. Paris, Champs-Flammarion, [1918], 2010.
- _____. *La Science, profession et vocation*. Marseille, Agone, [1919] 2005.
- _____. *Sociologie de la religion*. Paris, Champs-Flammarion, [1921] 2014. [Ed. port.: *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. Tradução de Osório de Castro. Seleção de textos e apresentação de Rafael Gomes Filipe. Lisboa, Relógio d'Água, 2006.]
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, [1946] 1963.

- WHITE, Harrison & WHITE, Cynthia. *La Carrière des peintres au XIX^e siècle: Du Système académique au marché des impressionnistes*. Paris, Flammarion, [1965] 1991.
- WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society, 1750-1950*. Harmondsworth, Penguin Books, [1958] 1971.
- YMONET, Marie. “Les Héritiers du capital: L’Invention du marxisme en France au lendemain de la Commune”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 55, pp. 3-14, 1984.

<i>Título</i>	<i>Sociologia dos Intelectuais</i>
<i>Autor</i>	Louis Pinto
<i>Tradução</i>	Elisa Klüger
<i>Produção Editorial</i>	Carla Fernanda Fontana
<i>Projeto Gráfico, Capa e Diagramação</i>	Carla Fernanda Fontana
<i>Imagem da Capa</i>	Enea Vico, <i>A Academia de Baccio Bandinelli</i> , c. 1544. Gravura em metal a partir de desenho de Baccio Bandinelli, 30,6 × 43,8 cm, The Metropolitan Museum of Art
<i>Revisão de Texto</i>	Ieda Lebensztayn
<i>Revisão de Provas</i>	Leonardo Ortiz
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Giulia Rossi Paladino
<i>Formato</i>	14,5 × 23 cm
<i>Tipografia</i>	Electra LT Std
<i>Papel Certificado FSC®</i>	Chambril Avena 80 g/m² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m² (capa)
<i>Número de Páginas</i>	152
<i>Tiragem</i>	1 000
<i>Impressão e Acabamento</i>	Gráfica CS